



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

José Roberto Ferreira de Souza

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM
IMPERATRIZ DO MARANHÃO: EXERCÍCIO DE AVALIAÇÃO POR MEIO DE
ÍNDICE NÃO TRADICIONAL**

GOIÂNIA
2020

José Roberto Ferreira de Souza

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM
IMPERATRIZ DO MARANHÃO: EXERCÍCIO DE AVALIAÇÃO POR MEIO DE
ÍNDICE NÃO TRADICIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Planejamento Territorial

Linha de Pesquisa: Economia e Desenvolvimento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

GOIÂNIA

2020

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

S729i Souza, Jose Roberto Ferreira de
Industrialização e desenvolvimento socioeconômico
em Imperatriz do Maranhão: exercício de avaliação
por meio de índice não tradicional / Jose Roberto
Ferreira de Souza.-- 2020.
120 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Gestão e Negócios, Goiânia,
2020
Inclui referências: f. 110-116

1. Industrialização. 2. Desenvolvimento econômico.
3. Qualidade de vida. 4. Indicadores sociais. I. Pietrafesa,
Pedro Araújo. II. Pontifícia Universidade Católica
de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
e Planejamento Territorial - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 338.45(043)

JOSÉ ROBERTO FERREIRA DE SOUZA

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO EM IMPERATRIZ DO MARANHÃO: UM
EXERCÍCIO DE AVALIAÇÃO POR MEIO DE UM ÍNDICE NÃO
TRADICIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - MDPT, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Aprovado em 30 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA: PEDRO ARAUJO Assinado de forma digital
por PEDRO ARAUJO
PIETRAFESA:99 PIETRAFESA:99617633191
617633191 Dados: 2020.05.19
11:14:05 -03'00'

Prof.º Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

Presidente da banca – PUC Goiás



Prof.ª Dr.ª Aline Tereza Borghi Leite

Examinadora interna – PUC Goiás



Prof.º Dr. Waldecy Rodrigues

Examinador externo – Universidade Federal do Tocantins (UFT)



Prof.º Dr. Antônio Pasqualetto

Membro Suplente, interno – PUC Goiás

DEDICATÓRIA

A minha esposa, Adriana Nogueira, e aos meus amados filhos, Júlio César e João Lucas, pela paciência e compreensão pelos dias em que estive longe e ausente em muitos momentos, ao longo deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, por estarem sempre comigo, iluminando-me, abençoando, dando força necessária para enfrentar todos os obstáculos e vencê-los. Sem essa força Superior me guiando e protegendo, eu não lograria êxito em minha vida.

Ao Prof. Dr. Antônio Pasqualetto, Coordenador do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), pela oportunidade de participar do mestrado e por sua contribuição para o meu crescimento profissional.

Ao funcionário do MDPT, José Renato, que sempre se colocou à disposição para solucionar os problemas e as angústias pelos quais, nós, na qualidade de alunos, sempre estamos vulneráveis a passar.

Aos docentes do MDPT, pela colaboração e atenção dispendida em todos os encontros. Em especial, ao Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa, pela dedicação, paciência, amizade e confiança durante esta jornada, que seria muito mais difícil para mim sem seus conselhos e orientações, durante todo o trabalho.

Aos doutores Aline Tereza Borghi Leite e Laumar Neves de Souza, membros da banca do exame de qualificação, por terem atendido ao convite para desempenhar esse papel, dispondo de tempo e conhecimento para analisar o presente trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela bolsa de estudos que ajudou a custear o curso de mestrado, possibilitando meu crescimento intelectual e profissional.

Aos colegas de turma, pela amizade e pelo companheirismo, que hoje me permite considerá-los amigos.

A todas as pessoas da minha família, pelo apoio e pela força para continuar na árdua missão de concluir o mestrado, incentivando-me a nunca desistir. A todos que não foram citados, mas que, de alguma forma, auxiliaram na elaboração deste trabalho, meu muitíssimo obrigado.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

Este trabalho teve como tema o estudo sobre a industrialização e o desenvolvimento socioeconômico em Imperatriz do Maranhão, sendo avaliado por meio de índice não tradicional. O período de análise correspondeu aos anos de 2008 a 2017. A problemática de pesquisa proposta buscou responder à pergunta: o processo de industrialização no município de Imperatriz foi suficiente para demonstrar crescimento e desenvolvimento socioeconômico? O objetivo geral da pesquisa consistiu em medir o desenvolvimento socioeconômico do município de Imperatriz, no período que antecedeu, durante e pós-implantação de uma indústria de papel e celulose, através da elaboração de índice que permitisse avaliar aspectos relacionados à economia, educação, saúde e habitação do município. O estudo considerou dados secundários de 27 variáveis agrupadas em duas dimensões, que resultaram em cinco índices parciais que, reunidos, resultaram no índice geral. Para obtenção dos resultados, coletaram-se dados que representaram a dimensão econômica e social do desenvolvimento, em que se utilizou da metodologia adaptada de Martins e Cândido (2008) para construção e análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM), no sentido de construir o Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz (IDESI). Diante dos resultados, concluiu-se que a instalação de uma multinacional do ramo de papel e celulose do município de Imperatriz gerou crescimento econômico, mas somente no período da construção da fábrica, não sendo capaz de melhorar a qualidade de vida da população, fato confirmado pela redução dos indicadores que trataram da dimensão social no mesmo período em que se verificou o crescimento. Por outro lado, verificou-se que somente a partir do ano de 2015, houve melhoras na qualidade de vida da população, através da elevação dos índices retratados da dimensão social. Desta forma, a industrialização não foi o suficiente para alavancar o desenvolvimento socioeconômico de Imperatriz, na medida em que não foi possível afirmar que a elevação dos índices que avaliam o bem-estar da população, ocorridos a partir do ano de 2015, tenha sido influenciada apenas pela implantação da indústria.

Palavras-chave: Industrialização. Desenvolvimento. Qualidade de Vida. Indicadores Socioeconômicos.

ABSTRACT

This study focused on studying industrialization and socio-economic development in the city of Imperatriz, state of Maranhão, being assessed by a non-traditional index. Analysis occurred from 2008 to 2017. The proposed research problem sought to answer the question: was the industrialization process in the city of Imperatriz sufficient to demonstrate socio-economic growth and development? The general objective of the research was to measure the socio-economic development of Imperatriz, in the period before, during and after implementation of a pulp and paper industry, through elaboration of an index that would allow assessing aspects related to the city's economy, education, health, and housing. The study considered secondary data of 27 variables grouped into two dimensions, which resulted in five partial indexes that, together, resulted in the general index. To obtain the results, data were collected that represented the economic and social dimensions of development, in which the methodology adapted from Martins and Cândido (2008) was used to construct and analyze the Sustainable Development Index for Municipalities (*Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios*, abbreviated IDSM) to build the Economic and Social Performance Index of Imperatriz (*Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz*, abbreviated IDESI). In view of the results, it was concluded that establishing a multinational pulp and paper industry in Imperatriz generated economic growth, but only in the period of construction of the factory, not being able to improve the quality of life of the population, a fact confirmed by reduction of indicators that dealt with the social dimension in the same period in which there was growth. On the other hand, it was found that only from 2015 there were improvements in the quality of life, through increase of indexes portrayed of the social dimension. Thus, industrialization was not enough to leverage the socio-economic development of Imperatriz, since it was not possible to affirm that increase in rates assessing the well-being of the population, which occurred from 2015, was influenced only by industry implementation.

Keywords: Industrialization Development Quality of Life. Socio-Economic Indicators

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produto Interno Bruto per capita (R\$) - Regiões Seleccionadas	36
Tabela 2	Evolução da População Total de Imperatriz-MA: 1950-2018 (Em mil habitantes)	48
Tabela 3	Imperatriz: pessoal ocupado total, salários e outras remunerações (2008 a 2017)	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Critérios abordados na concepção de qualidade de vida	23
Quadro 2	Dimensões e variáveis para construção do IDESI	61
Quadro 3	Fontes consultadas para elaboração do IDESI	63
Quadro 4	Relação positiva e negativa de cada variável	65
Quadro 5	Classificação e representação dos índices em níveis de desempenho (2008 a 2017)	68
Quadro 6	Índice geral e das variáveis do tema Agregação de valor econômico (2008 a 2017)	72
Quadro 7	Índice geral e das variáveis do tema Dinamismo econômico (2008 a 2017)	79
Quadro 8	Índice geral e das variáveis do tema Educação (2008 a 2017)	86
Quadro 9	Índice geral e das variáveis do tema Saúde (2008 a 2017)	94
Quadro 10	Índice geral e das variáveis do tema Habitação (2008 a 2017)	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do município de Imperatriz	43
Figura 2	Região de Influência de Imperatriz – Redes - REGIC	46
Figura 3	Dimensão econômica, temas e variáveis	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Índice geral do tema agregação de valor econômico (2008 a 2017)	74
Gráfico 2	Índice geral do tema Dinamismo econômico (2008 a 2017)	82
Gráfico 3	Índice Geral da dimensão econômica (2008 a 2017).	83
Gráfico 4	Índice geral do tema Educação (2008 a 2017)	88
Gráfico 5	Índice geral do tema Saúde (2008 a 2017)	97
Gráfico 6	Índice geral do tema Habitação (2008 a 2017)	100
Gráfico 7	Índice geral da dimensão social (2008 a 2017)	101
Gráfico 8	Índice de desempenho econômico e social de Imperatriz (2008 a 2017)	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPACITAR	Programa de Capacitação de Pessoas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CTN	Código Tributário Nacional
DAI	Depreciação Acelerada Incentivada
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FINBRA	Finanças do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IDE	Índice de Desempenho Econômico
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDS	Índice de Desempenho Social
IDSM	Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios
IDESI	Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre transmissão de Bens Imóveis

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PIS	Programa de Integração Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMARANHÃO	Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIPSA	Rede Interagencial de Informações para a Saúde
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação de Dados
SINE	Sistema Nacional de Emprego de Imperatriz
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAB NET	Informações de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
VIS DATA	Visualizador de Dados Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS PARA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	26
1.1 Conceituação de desenvolvimento.....	27
1.2 Industrialização como fonte de desenvolvimento.....	31
1.3 Desenvolvimento humano e qualidade de vida.....	37
CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ E A IMPLANTAÇÃO DA SUZANO PAPEL CELULOSE	42
2.1 Desenvolvimento Econômico de Imperatriz.....	42
2.3 Dinamismo Urbano, Econômico e Social do município de Imperatriz com a chegada do empreendimento industrial.....	55
CAPÍTULO 3 -INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE IMPERATRIZ: ANÁLISE ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DE UM ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL	60
3.1 Aspectos metodológicos para elaboração do Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz.....	61
3.2 Análises das dimensões, temas e variáveis do IDESI.....	69
3.2.1 Dimensão econômica.....	69
3.2.1.1 Tema: Agregação de valor econômico.....	70
3.2.1.2 Tema: Dinamismo econômico.....	75
3.2.2 Dimensão social.....	84
3.2.2.1 Tema: Educação.....	85
3.2.2.2 Tema: Saúde.....	88
3.2.2.3 Tema: Habitação.....	97
3.3 Cálculo do Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz (IDESI). 101	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
Limitações da pesquisa	109
Sugestões para trabalhos futuros	109
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES	117

APÊNDICE I – VARIÁVEIS ORIGINAIS DA DIMENSÃO ECONÔMICA	118
APÊNDICE II – VARIÁVEIS ORIGINAIS DA DIMENSÃO SOCIAL	119

INTRODUÇÃO

A correlação da industrialização com o desenvolvimento é muito comum na literatura que trata sobre economia, visto que a indústria foi determinante pelos crescentes aumentos dos níveis do produto, no denominado crescimento econômico, principalmente em decorrência do aumento da atividade econômica advinda dos efeitos de encadeamento desse processo. Neste sentido, esses efeitos contribuem para crença de que a industrialização é essencial para obtenção de níveis cada vez melhores de crescimento e qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

No Brasil, o processo de industrialização ocorreu de forma tardia, iniciando-se a partir da década de 1930, com consolidação mais efetiva após a década de 1970, sendo verificada concentração industrial na Região Sudeste do País, principalmente na cidade de São Paulo, devido às infraestruturas de transporte e comunicação existentes, oriundas da economia cafeeira, além do elevado poder político e econômico das elites da região. No sentido de mudar essa concentração, a partir de 1968, o governo brasileiro, com a finalidade de oferecer melhores condições estruturais para atrair indústrias para o interior do território nacional, criou a Zona Franca de Manaus, as usinas hidrelétricas de Tucuruí, Sobradinho e outras, na Região Norte do País.

Apesar da grande movimentação no sentido da industrialização, esse cenário, de acordo com Marquetti (2002), começou a ser modificado, quando nas décadas de 1980 e 1990, a economia brasileira passou por processo de desindustrialização em decorrência dos baixos investimentos na economia, principalmente na indústria. Ainda segundo o mesmo autor, a desindustrialização foi extremamente negativa para economia nacional, visto que estaria ligada à transferência dos recursos e do trabalho da indústria para outros setores da economia, principalmente os de serviços, gerando menores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a longo prazo.

Sobre o processo de industrialização em Imperatriz, em julho de 2008, a multinacional Suzano Papel e Celulose anunciou o plano de expansão no sudoeste maranhense, em que contemplava a construção de uma unidade industrial para fabricação de celulose branqueada e papel no município e a criação do projeto florestal de plantio de eucalipto em dois polos: Porto Franco, abrangendo os municípios do oeste maranhense e nas proximidades da cidade de Timon. A escolha

do município de Imperatriz para instalação da indústria ocorreu, principalmente, por oferecer infraestrutura necessária em diferentes aspectos, sobretudo em relação à grande quantidade de plantações de eucalipto na região, além de incentivos fiscais e disponibilidade de terras para o cultivo da matéria-prima principal, ou seja, o eucalipto.

Para levar adiante o projeto de expansão, a aludida empresa fez previsão de investimentos na ordem de R\$ 3,24 bilhão. Uma inversão dessa magnitude, certamente, traria repercussões do ponto de vista de arrecadação de impostos, que de acordo com estudos da empresa, somente na fase de construção, seria em torno de R\$ 342 milhões, referentes às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e em termos de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na ordem de R\$ 97 milhões para o município de Imperatriz (POYRY, 2010).

Furtado (2005) enfatizou que o desenvolvimento econômico tem relação com a capacidade que o local tem de produzir e comercializar bens e serviços, mantendo a geração de emprego e renda e internalizar excedentes. Para Vieira e Santos (2012), a ideia do desenvolvimento é defendida para além do que seja o progresso econômico, pois o objetivo não é apenas a oferta de bens e serviços, mas a melhor distribuição, o que possibilitaria a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para melhora da qualidade de vida.

Nesse contexto e considerando as transformações significativas ocorridas na econômica do município de Imperatriz, no mesmo período em que a indústria de celulose estava se instalando, emergiu a problemática de pesquisa proposta por este trabalho, que buscou responder à pergunta: o processo de industrialização no município de Imperatriz foi suficiente para demonstrar crescimento e desenvolvimento econômico, interferindo na qualidade de vida da população?

O desenvolvimento desta pesquisa se fundamenta na pergunta-problema acima para direcionar as discussões teórico-conceituais e os procedimentos metodológicos da construção de um índice que auxilie no diagnóstico da realidade do município, de forma que a dissertação também pretendeu atestar a hipótese: o município se desenvolveu durante os anos analisados, gerando crescimento

econômico, ao mesmo tempo em que não melhorou os indicadores de qualidade de vida da população.

Ao se pensar no desenvolvimento de uma região ou município em particular, deve-se ponderar o conceito de desenvolvimento, que, na visão de Furtado (2010), deverá contemplar não apenas o progresso econômico, como também o desenvolvimento social.

Para Vieira (2009), o assunto industrialização e desenvolvimento tem suscitado mais perguntas do que respostas. Essas interrogações transitam pela definição de desenvolvimento econômico e de que forma pode ser quantificado, sobre isto, o autor faz os seguintes questionamentos:

É uma maior oferta de bens e serviços? É o aumento da produtividade da economia fruto das inovações? Podemos quantificar o desenvolvimento econômico? Como? Através da renda per capita, por meio de outros indicadores, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)? Como medi-lo no campo regional? (VIEIRA, 2009, p. 14).

Nesse sentido, surge a necessidade da construção de indicadores que permitam a obtenção de informações sobre determinada realidade, tendo como particularidade a síntese de diversas informações, capturando apenas o significado fundamental dos aspectos analisados (MITCHELL, 1996).

De acordo com Hammond et al. (1995), os indicadores fornecem pista para um assunto de maior importância ou torna evidente uma tendência ou fenômeno que não é detectável de imediato, sendo que seu significado vai além do que realmente mede. Para os autores, os indicadores fornecem informações de forma mais quantitativas que somente palavras ou diagramas, sugerem medidas com as quais algum tema de política pública pode ser medido. Os indicadores podem fornecer informações de forma mais simples e de fácil compreensão que as estatísticas complexas ou outra classe de dados científicos ou econômicos.

Diante disso, esta dissertação tem como objetivo geral medir o desenvolvimento socioeconômico do município de Imperatriz, no período que antecedeu, durante e pós-implantação de uma indústria de papel e celulose, através da elaboração de um índice que permita avaliar aspectos relacionados à economia, educação, saúde e habitação do município.

A opção pela construção de um novo índice para o município de Imperatriz e de não utilizar os existentes se deu devido a um dos objetivos da pesquisa ser a análise do desenvolvimento do município, no intervalo compreendido entre os anos

de 2008 a 2017, fato que os índices tradicionais não permitiriam, por serem calculados através de dados extraídos dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o último realizado em 2010, como é o caso do IDH, ou não contemplariam as variáveis que se pretendeu medir. Além disso, não existem índices oficiais construídos para o município de Imperatriz para todos os anos do período do estudo.

Entende-se que esta pesquisa tem relevância, na medida em que Imperatriz é um município que tem potencial representatividade estadual, sendo classificado em segundo lugar no *ranking* do estado do Maranhão, em termos de economia, atrás apenas da capital São Luís. Por outro lado, espera-se que a realização deste trabalho permita melhor conhecimento da realidade local e possa, de alguma forma, subsidiar os gestores públicos no planejamento e na execução de políticas públicas que se destinem a melhorar a qualidade de vida da população.

Tendo em vista o objetivo central que norteou esta pesquisa, alguns objetivos específicos foram elencados, de forma a orientar o desenvolvimento deste estudo. Deste modo, procurou-se: 1) A partir de dados municipais, calcular o Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz (IDESI), utilizando-se das dimensões econômica e social, no período compreendido entre os anos de 2008 e 2017, com objetivo de estimar o nível de desenvolvimento do município; 2) A partir do IDESI calculado, analisar a variação do crescimento econômico e o nível de desenvolvimento do município, ao longo dos anos analisados; 3) Verificar e analisar se houve diferenças de níveis de desenvolvimento no município antes, durante e pós instalação da indústria, através das dimensões consideradas.

O presente estudo foi desenvolvido no município de Imperatriz, localizado no sudoeste do estado do Maranhão, compreendendo o espaço temporal do ano 2008 a 2017. Essa escolha se justifica por considerar que este intervalo de 10 anos se refere a três momentos: o primeiro correspondente ao período que antecedeu à instalação da indústria, os anos de 2008 a 2010; em seguida, o período em que ocorreu a construção e instalação, 2011 a 2013; e, por último, os anos de 2014 a 2017, em que a indústria estava em operação.

No tocante à metodologia utilizada, caracteriza-se como pesquisa analítica e interpretativa, a qual se utilizou de procedimentos quantitativos e revisão de literatura, desenvolvido a partir de material elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, as técnicas empregadas foram as pesquisas bibliográfica e documental, com coleta de dados realizada mediante análise de documentos que caracterizaram perspectiva de múltiplas dimensões do desenvolvimento econômico e social. A coleta de dados teve como fontes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social (MDS), o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para melhor análise econômica e social do município estudado, elaborou-se índice de desempenho econômico e social, com a finalidade de diagnosticar e compreender se houve alguma influência da instalação de uma indústria para o crescimento e desenvolvimento econômico do município, bem como verificar se houve melhorias na qualidade de vida da população.

Para construção do IDESI, a metodologia foi adaptada de Martins e Cândido (2008), para construção e análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM). O mesmo teve como base o modelo desenvolvido por Sepúlveda (2005), junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), que verificou o processo de desenvolvimento sustentável em alguns países da América Latina, em que se aplicou procedimento para ajuste dos valores das variáveis em que as mesmas apresentaram valores entre 0 (zero) a 1 (um). Após, verificou-se o tipo de relação (positiva ou negativa) de cada variável com o desenvolvimento do município: positiva, quando o índice melhorar com o aumento do indicador; e negativa, quando o aumento do indicador significar pioras no índice.

Para o cálculo dos índices, os dados foram operacionalizados de forma a serem considerados os valores mínimos e máximos observados, sendo aplicada fórmula de cálculo, conforme o tipo de relação, positiva ou negativa. Cada variável originou um índice, resultando em 27 indicadores. Para o cálculo do IDESI, as variáveis foram divididas em duas dimensões: a econômica e a social.

Em seguida, através da média aritmética das variáveis de cada dimensão, calcularam-se o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Por último, para o cálculo do IDESI final, computou-se a média aritmética dos IDE e IDS.

Para avaliar os aspectos do desenvolvimento econômico, analisaram-se os indicadores referentes às características econômicas e sociais de Imperatriz. Os indicadores econômicos se concentraram no estudo de variáveis referentes ao produto, à renda e emprego, com a finalidade de traçar o perfil do crescimento econômico do município. Desta maneira, a análise foi fundamentada nas variações do PIB, PIB *per capita*, receitas totais e oriundas do ICMS e ISSQN, bem como a variação de empregos, remuneração e estabelecimentos comerciais existentes, totalizando nove indicadores.

Por outro lado, para avaliação das condições de vida da população, buscou-se compreender as características do atendimento das necessidades básicas para sobrevivência e reprodução social desta. Neste sentido, o IDS elaborado neste estudo incorporou um conjunto maior de indicadores de desempenho, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento social, através da análise da evolução de indicadores relacionados à educação, saúde e habitação, sendo consideradas 18 variáveis.

A compreensão de como se configura as condições de qualidade de vida serve de parâmetro para avaliar como está a vida dos indivíduos de determinado local, demonstrando os setores que carecem de maior atenção e maiores investimentos por parte do poder público, com objetivo de melhorar as condições vivenciadas. Nesta perspectiva, existem diferentes abordagens de avaliação dos indicadores de qualidade de vida na sociedade. O Quadro 1 apresenta critérios abordados por alguns autores na concepção de qualidade de vida.

Quadro 1 - Critérios abordados na concepção de qualidade de vida

Autores	Critérios abordados
Bernstein (1996)	Satisfação das necessidades básicas humanas, como nutrição, saúde e habitação, superação da pobreza absoluta, universalização da educação, garantia dos direitos civis e de participação política.
Januzzi (2006)	Satisfação com a moradia, bairro, vizinhança, cidade; intenção de mudar-se de domicílio, cidade; atendimento de necessidades básicas; atendimento de aspirações culturais, lazer etc.
Nahas (2005)	Educação, renda, saúde, saneamento, pobreza, habitação, energia elétrica, transportes, telecomunicações, trabalho e violência.
Pereira, Godoi e Coelho (2012)	Alimentação, lazer, emprego/trabalho (serviço), saúde, renda (recursos econômicos para o consumo de bens e serviços), educação (acesso e condições científico-culturais), moradia, questões políticas (liberdade de expressão e participação política) e ligadas ao meio ambiente.
Queiroz (2009)	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, saúde e assistência pública, telecomunicações, limpeza urbana, transporte coletivo, seguridade social, educação e segurança pública.
Sachs (2008)	Educação, proteção à saúde e moradia.

Sen (2010)	Promoção da democracia, dos poderes sociais, bem como das condições de saúde, educação e oportunidades.
------------	---

Fonte: Mendes (2015).

Nas abordagens dos autores descritos no Quadro 1, verifica-se grande relevância das categorias educação, saúde e habitação para análise dos níveis de qualidade de vida, com isso, nesta dissertação, os critérios utilizados para avaliação da qualidade de vida seguem na mesma direção. Neste sentido, verificaram-se os níveis de desempenho do município em relação à qualidade do ensino, da aproximação da população aos diversos programas de saúde e a estabelecimentos hospitalares, como se comportou a mortalidade infantil e de causas externas, bem como o acesso da população a serviços básicos, como saneamento, abastecimento de água e coleta de lixo. Estes elementos, sem dúvidas, podem comprometer a coesão social e a qualidade de vida da população, caso estejam ausentes.

A questão levantada visou aprofundar o debate sobre o desenvolvimento e planejamento territorial, uma das áreas do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, contemplado na linha de economia e desenvolvimento territorial.

Com o propósito de facilitar o entendimento, esta pesquisa se encontra dividida em três capítulos. O primeiro traz a revisão da literatura, abordando as teorias e os conceitos acerca do crescimento e desenvolvimento econômico, e a industrialização como forma de desenvolvimento, enfatizando a industrialização no Brasil, no Maranhão e em Imperatriz, em especial a implantação da indústria do setor de celulose. E, em seguida, abordou-se o conceito de desenvolvimento humano, estabelecendo ligação com a qualidade de vida.

O segundo capítulo aborda a caracterização socioespacial e econômica do município de Imperatriz e a implantação da Suzano Papel e Celulose. Abrange as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico de Imperatriz, desde a fundação, passando pelos diversos ciclos da economia até a chegada da indústria de papel e celulose. Com isso, apresentaram-se os fatores determinantes para escolha do município para implantação do empreendimento industrial, enfatizando a formação de matéria-prima, os incentivos fiscais e a infraestrutura oferecida. O capítulo se encerra com a discussão acerca da dinâmica urbana, econômica e social do município com a chegada da indústria, abordando as transformações na área

urbana, o crescimento populacional, a formação profissional e a geração de emprego e renda.

O terceiro capítulo evidencia os dados e as informações levantadas pela pesquisa, a partir de procedimentos metodológicos que facilitam verificar se houve influência da instalação da indústria para o desenvolvimento econômico e social do município. Para isso, elaborou-se índice de desempenho econômico e social que foi dividido em duas dimensões: a econômica, com objetivo de verificar o desempenho econômico e financeiro, além dos rendimentos da população; e a social, com vistas a verificar na qualidade de vida da população.

CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS PARA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A industrialização de uma região ou município é, sem dúvidas, fator que merece destaque para promoção do desenvolvimento e desempenho das atividades produtivas, visto que pode influenciar no aumento do PIB, com possibilidades de melhoria na qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Haddad (1989), a formulação de teorias que tratam do desenvolvimento econômico vem sendo aplicadas desde os anos de 1950. Dentre os autores de destaque, podem-se citar Hirschman (1958), Myrdal (1968), Perroux (1977) e Boudeville (1973), que forneceram informações para discussão dos principais aspectos da economia regional, bem como a industrialização como forma de desenvolvimento.

Neste capítulo, apresentam-se os conceitos de alguns teóricos sobre o desenvolvimento regional, estabelecendo a diferença entre os termos crescimento e desenvolvimento econômico, trazendo, ao final da primeira seção, como o município de Imperatriz se comporta como indutor do desenvolvimento na região do sudoeste maranhense. Em seguida, na segunda seção, mostrou-se como a indústria foi vinculada ao processo de desenvolvimento econômico, destacando algumas teorias que defendem a industrialização como forma de desenvolvimento, passando pela indústria de celulose no Brasil, o processo de desenvolvimento econômico do Maranhão e a chegada da indústria de papel e celulose no município de Imperatriz. Por último, abordaram-se alguns fatores que tratam do desenvolvimento humano e da qualidade de vida.

O desenvolvimento de um país, estado ou região, é relacionado com o desenvolvimento econômico, e se manifesta através de ininterrupto processo de crescimento econômico, que deverá ser complementado por mudanças na qualidade de vida das pessoas que moram no lugar, através de melhorias constantes nas áreas de educação, saúde, renda, habitação, dentre outras. Sobre a definição da teoria de desenvolvimento regional, Furtado (1963, p. 270) pontuou que é aquela que busca “[...] explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e os mecanismos do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas

repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o desenvolvimento regional é relacionado com a capacidade que cada região tem na produção e comercialização de bens e serviços, no sentido de manter a geração de rendas e internalizar excedentes (FURTADO, 2005).

O desenvolvimento regional é um acontecimento que ocorre mais próximo do ambiente do cidadão, não sendo uma construção apenas na teoria ou visto na academia, mas uma necessidade real, de gerenciamento eficaz dos fatores que contribuem para o desenvolvimento, refletindo no bom uso dos recursos e maior participação dos atores locais.

1.1 Conceituação de desenvolvimento

As discussões acerca do conceito de desenvolvimento são bastantes significativas no meio acadêmico, principalmente quando se trata da diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico, visto que muitos autores defendem que para se chegar ao desenvolvimento, é necessário apenas o aumento do nível de renda, sem a preocupação de saber como é feita a distribuição desses rendimentos. Assim, Oliveira (2010) enfatiza que qualquer forma de desenvolvimento, além de resultar em crescimento econômico, deve ser acompanhada da melhoria nos indicadores que expressam o nível de vida das sociedades.

Vieira e Santos (2012) expuseram que os termos desenvolvimento e crescimento econômico são aplicados frequentemente em trabalhos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, sendo bastante abordados na mídia e na política, bem como mencionados nas falas de candidatos a cargos eletivos, contudo, muitas vezes, são tratados com muita confusão, não se diferenciando corretamente os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico.

Para Cavalcante (2008), a associação do crescimento econômico com o aumento da renda *per capita*, não é suficiente para entender as complexas mudanças estruturais que se caracterizam com o processo de desenvolvimento econômico. Desta forma, faz-se necessário explicar a diferença entre crescimento e

desenvolvimento econômico, porque uma região, cidade ou país pode crescer sem se desenvolver economicamente.

Sandroni (2016) afirma que o crescimento econômico é caracterizado pela evolução da capacidade produtiva da economia, ou seja, da produção de bens e serviços de determinado país ou região econômica, e poderá ser mensurado pelo aumento do PIB. Para o mesmo autor, o crescimento de uma economia é caracterizado pela elevação da força do trabalho, proporção de receitas e aperfeiçoamento de tecnologias, enquanto que o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado de melhorias no padrão de vida da população e por modificações na estrutura econômica e social.

Corroborando com os autores anteriores, Nusdeo (2010) descreveu crescimento econômico como:

[...] apenas o crescimento da renda e do PIB, porém sem implicar ou trazer uma mudança estrutural mais profunda. E isso por duas razões alternativas: ou porque tal transformação estrutural já se verificou e o país, portanto, já se desenvolveu, ou então o crescimento é apenas transitório e não se auto sustentará, justamente por não conseguir alterar a estrutura (NUSDEO, 2010, p. 354).

Sobre o desenvolvimento econômico, Baleiras (2011) enfatiza que ele acontece quando há melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, e que isso depende do nível de rendimento, sem ele, em uma economia capitalista, não se pode consumir nada e desfrutar de quaisquer satisfações. Com isso, o valor do PIB e as taxas de desemprego são variáveis importantes que ajudam na avaliação da qualidade de vida do ser humano.

Baleiras (2011, p. 9) argumenta que “[...] Há crescimento econômico num determinado período quando a generalidade dos agregados macroeconômicos evolui no sentido favorável ao bem-estar da generalidade das pessoas”.

Sobre essas diferenças, Cavalcante (2008, p.21) explica que:

A distinção entre os dois conceitos ficou mais evidente na medida em que se constatava que os elevados níveis de renda per capita de muitos países produtores de petróleo não se faziam acompanhar por níveis igualmente elevados de desenvolvimento econômico e social. Foram constatações dessa natureza que motivaram a disseminação, a partir da década de 1990, de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que resulta da ponderação dos indicadores de renda per capita (ajustada para refletir a paridade do poder de compra), longevidade (expressa pela esperança de vida ao nascer) e grau de maturidade educacional (representada pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino) (CAVALCANTE, 2008, p.21).

O desenvolvimento regional, também, é determinado através das diversas formas culturais e costumes de cada localidade, fortalecendo a identidade das comunidades. A ideia de que a vida social e cultural esteja ligada apenas às dimensões econômicas e materiais foram alteradas com o passar dos tempos, sendo fortemente influenciados pelas dinâmicas locais, surgindo a necessidade de serem verificadas ao longo do tempo. Com isso, a cultura local é determinada por questões institucionais e sociais, aquilo que pode ser considerado importante para alterar a qualidade de vida de uma região, pode não ter valor algum em outra (VIEIRA, 2009).

Para se compreender com maior eficácia o termo desenvolvimento, Clemente e Higachi (2000) enfatizam que devem ser considerados vários aspectos nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais. Para os autores, é difícil separar os aspectos econômicos dos sociais, pois os mesmos se encontram interligados, sendo utilizados frequentemente como indicadores de qualidade de vida da população.

Corroborando com os autores Sen (2000), que defende o desenvolvimento não apenas com olhar econômico, mas que o mesmo poderá ser alcançado quando os indivíduos, por meio das próprias capacidades, puderem atingir objetivos, ultrapassando os desafios que impeçam as liberdades de escolha. De acordo com o autor, o crescimento econômico aumenta a capacidade humana, favorecendo condições necessárias, para que os indivíduos tenham oportunidade de escolher os próprios destinos e atingir os objetivos que sempre almejavam para suas vidas.

O mesmo autor afirma que “[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança” (SEN, 2000, p. 10). Deste modo, os investimentos públicos ou privados, em determinados locais, são de grande importância para elevação do poder econômico dos indivíduos, contribuindo fortemente para o desenvolvimento regional, com reflexos positivos no cenário econômico da região. Percebe-se, portanto, que para consolidação do desenvolvimento, é necessário crescimento, contudo, não é condição principal e esgotada.

Com isso, o processo de desenvolvimento regional necessita de esforços das sociedades locais, no sentido de formulação de políticas que permitam a

discussão de questões centrais, transformando a região no autor principal do próprio desenvolvimento.

Até o século XX, uma nação que detinha consistente processo industrial era considerada desenvolvida, por outro lado, onde o processo de industrialização era tímido ou inexistente, era considerada subdesenvolvida. Esse foi um dos fatos que trouxe forte ligação entre o desenvolvimento e o crescimento. As principais teorias que tratam sobre o desenvolvimento regional destacam a industrialização como o principal caminho para atingi-lo, com a finalidade de promover e impulsionar as atividades econômicas de uma região, através das relações entre empresas, formando, assim, ciclo em cadeia (CAVALCANTE, 2008).

Na perspectiva de desenvolvimento que atinja além do crescimento econômico, com modificações no padrão de vida da população e das estruturas sociais, o município de Imperatriz é considerado indutor do desenvolvimento na região em que está inserido, o mesmo faz parte de um aglomerado de municípios que integram a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, criada através da Lei Complementar Estadual nº 89, de 17 de novembro de 2005. Esta região é composta por oito municípios: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene. Com base nos dados divulgados pelo IBGE (2019), apresenta população total estimada de 360.192 habitantes, em área de 7.251,7 km².

Dentre os oito municípios que constituem essa região, Imperatriz se apresenta como o de maior contingente populacional, com 71,82% da população, ou seja, 258.682 habitantes. É pertinente expor também que além de possuir a maior população, existe relação de dependência das cidades da região com Imperatriz, uma vez que se tornou polo de comércio e serviços em geral, além de grande centro universitário. Dados da prefeitura municipal de Imperatriz informam que mensalmente o município recebe média de 700 mil pessoas oriundas de cidades vizinhas, bem como dos estados do Pará e Tocantins.

Assim, com a implantação da Suzano Papel e Celulose no município, a polarização em torno de Imperatriz ficou cada vez mais acentuada; primeiro, devido à oferta de empregos gerados para atuar em funções específicas na indústria; e, depois, com aumento da demanda de serviços educacionais, saúde, transporte, comércio e serviços. Logo, houve a necessidade de maior especialização do

município, com intuito de atender não apenas à população residente, mas também todos os municípios abrangidos pela região de influência.

1.2 Industrialização como fonte de desenvolvimento

A vinculação do desenvolvimento com a industrialização é bastante comum na literatura e população em geral, visto que a indústria é responsável pela oferta de empregos e pelo crescimento das atividades econômicas que são resultantes do processo industrial. Por isso, a industrialização é vista como fundamental para obtenção do crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida, incentivando os países na busca, de cada vez mais, industrializar territórios (OLIVEIRA, 2002).

Sob esse prisma, o desenvolvimento, através da indústria, era considerado sinônimo de desenvolvimento econômico, havendo a necessidade de fortes interferências por parte dos governos para alcançá-lo. A busca do desenvolvimento através da indústria foi desencadeada através da influência e do desempenho de grandes nações que, através da industrialização, alcançaram altos níveis de qualidade de vida e bem-estar para habitantes (SUNKEL; PAZ, 1988).

Na história do capitalismo, o processo de crescimento econômico está intimamente ligado à industrialização. Durante o século XIX, países integrantes da chamada primeira revolução industrial, como a Inglaterra, e depois, na segunda revolução, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Itália, Estados Unidos e Japão, assumiram a ponta do sistema capitalista, sendo considerados nações desenvolvidas. No Brasil, o processo de industrialização somente começou durante o século XX, o que fez com que as indústrias ficassem limitadas e incompletas, especialmente pela falta de potencialidade dos setores de bens de capital (VIEIRA, 2009).

De acordo com o mesmo autor, a industrialização, no Brasil, teve origem através dos cafeicultores de São Paulo, que começaram a investir no setor industrial, visto que detinham bastante capital originário das exportações de café. O grande destaque também foi o governo de Getúlio Vargas, que em 1930, com objetivo de alavancar o desenvolvimento nacional, foi grande incentivador do setor industrial em todo o território brasileiro (VIEIRA, 2009).

Com o propósito de encontrar solução para os diversos problemas da econômica regional e crescer e desenvolver, vários teóricos se debruçaram sobre o estudo dessa problemática, procurando instrumentos para superação do subdesenvolvimento. Entre os estudiosos desta área, podem-se destacar François Perroux (1977) e Gunnar Myrdal (1968), que enfatizaram a industrialização como caminho para o desenvolvimento.

Em meados dos anos de 1950, François Perroux desenvolveu a Teoria dos Polos de Crescimento Econômico, determinando a análise através da observação de aglomerações urbanas industriais nos arredores na cidade de Paris e no Vale do Ruhr, na Alemanha. De acordo com a Teoria, o processo de crescimento econômico acontece de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

Perroux (1977) observou que um dos aspectos relevantes para transformações de uma economia nacional é o aparecimento de uma nova indústria ou o crescimento das existentes, gerando aumento das expectativas e dos fluxos de capitais, com efeitos de multiplicação da economia. Segundo o autor, outro aspecto importante se caracteriza pelo surgimento e desaparecimento de indústrias dos mais diversos tipos de produtos, ao longo dos anos, em taxas de crescimento diferentes para os diversos tipos de indústrias.

Conforme a Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux (1977, p. 146), “o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda a economia”.

Na formação de um polo de crescimento, certas indústrias despertam a atenção, essas são chamadas de indústria motrizes.

Além de produzir efeitos de encadeamento superiores à unidade, do ponto de vista da matriz de insumo-produto, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus efeitos de encadeamento, exercendo, portanto, impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional (SOUZA, 2005, p.89).

Dessa forma, a indústria motriz tem papel importante na atração de novos segmentos industriais ou de fornecedores, com intuito de abastecer o empreendimento instalado, estimulando a economia local e regional, possibilitando a geração de externalidades, que podem ser consideradas positivas ou negativas.

No que diz respeito à indústria de papel e celulose no Brasil, o processo de desenvolvimento teve início no Rio de Janeiro, em 1770, com a fabricação de papel

oriundo de materiais celulósicos. No entanto, a instalação desse tipo de indústria ocorreu somente a partir de 1830, com maior intensidade no ano de 1920, através de incentivos fiscais do governo, sendo que toda a produção era destinada a companhia paulista de estradas de ferro (LEÃO, 2000).

No início da década de 1950, todos os esforços de planejamento do estado brasileiro se consolidaram através do Plano de Metas¹, no qual se elegeram áreas prioritárias para destinação de investimentos, dentre elas, estava a indústria de papel e celulose, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1957, apoiando os projetos de produção de celulose de *Eucalyptus* com maior intensidade. No ano de 1966, por meio da Lei nº 5.106, de 02 de setembro de 1966, implantou-se política de incentivos fiscais, impulsionando a indústria brasileira de base florestal, permitindo a dedução do imposto de renda para investimentos em plantios florestais, proporcionando a formação de grande base florestal que serviu no princípio de suprimentos para indústria siderúrgica com carvão vegetal e a indústria de celulose com madeira (SUZIGAN, 2000).

No que se refere ao desenvolvimento através da implantação de indústrias de papel e celulose no Brasil, pode-se destacar o que ocorreu no extremo sul da Bahia, no início dos anos 1980, em que grandes empresas se instalaram por vislumbrarem na região condições favoráveis para o cultivo do eucalipto e a produção de celulose.

Cerqueira Neto (2012) aborda a influência que o eucalipto teve com outros setores da economia, fazendo reflexão sobre o relacionamento da região com as grandes empresas do eucalipto e as interferências na vida urbana. O autor destaca que a chegada dos complexos do eucalipto na região modificou sensivelmente a estrutura de muitos municípios, enfatizando grande aumento da população residente e, em consequência, grande transformação socioeconômica nas localidades aos arredores das plantações ou fábricas.

Nessa perspectiva, o autor relata o seguinte:

No município de Mucuri, localizado na fronteira com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o eucalipto teve uma grande influência no aumento da sua população, que era de 4.810 habitantes em 1991 e em 2005, teve um acréscimo de 22.305 moradores. Na mesma proporção houve um aumento do número de lojas de diversos segmentos, aparecimento de

¹ O Plano de Metas foi um importante programa de industrialização e modernização do Brasil, desenvolvido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek, no qual fixava uma série de objetivos setoriais, consubstanciados em torno de trinta metas que deviam ser implantadas em cinco anos.

fábrica de móveis, a construção e ou reformas de hotéis e pousadas, a incrementação das clínicas e hospitais, consultórios etc. Estima-se que houve a geração de 13 mil empregos nos municípios que estão no entorno do parque industrial. A contrapartida desse crescimento é a inflação que houve no mercado imobiliário destas cidades, apesar da alegação de que se há inflação é porque houve valorização do lugar (CERQUEIRA NETO, 2012, p. 57).

Ainda de acordo com o mesmo autor, com a chegada das grandes empresas no extremo sul da Bahia, houve grandes modificações no território, o que obrigou a região a uma adequação aos novos cenários, para se tornar um dos maiores centros de produção de eucalipto do País. Para isso, seria necessária melhoria dos sistemas de comunicação e das malhas viárias, com intuito de proporcionar as empresas melhor qualidade na integração de informações e logística de transportes (CERQUEIRA NETO, 2012).

Para melhor visualização do que ocorreu na região, Dias (2001) descreve que a atividade econômica de cultivo da celulose trouxe grandes transformações no território e na vida da sociedade, conforme descrito abaixo:

À medida que projetos voltados para o plantio do eucalipto e para a produção de celulose eram implantados na região, foi-se melhorando a infraestrutura, notadamente aquela inter-relacionada com os projetos, como a ampliação e a melhoria da malha viária, o reforço das linhas de transmissão de energia elétrica, investimentos em saneamento básico, incluindo-se a ampliação dos sistemas de abastecimento de água, melhoria dos sistemas de limpeza urbana, inclusive aumentando o maquinário e a frota utilizada na coleta de lixo e, sobretudo, implantando-se alguns aterros sanitários controlados, além de alguns investimentos, ainda que incipientes, na rede de coleta e de tratamento de efluentes domésticos, o que contribuiu, de certa forma, para incentivar o turismo (DIAS, 2001, p. 323).

No estado do Maranhão, a industrialização começou em meados da década de 1970, com ciclo de modernização que promoveu articulação econômica e gradual diversificação da base produtiva, com destaques para construção do porto de Itaqui, ampliação da malha rodoviária do estado, principalmente a pavimentação da rodovia que liga São Luís a Teresina, e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão que proporcionou a expansão de mecanismos de captação e atração de investimentos. Antes disso, eram predominantes a indústria têxtil e o extrativismo vegetal, em que se destacava a produção de óleo de babaçu (FIEMA, 2009).

Durante a década de 1980, com os investimentos nas áreas de infraestrutura, houve acelerado crescimento econômico com a implantação de grandes projetos na área de extração de minerais, com destaques para o Projeto

Ferro Carajás², da Vale do Rio Doce, associado a importantes obras de infraestrutura, como a implantação da ferrovia de Carajás, utilizada para o transporte de minério de ferro até o porto de Itaqui, e à expansão da agricultura dos cerrados no sudoeste maranhense. Outro grande empreendimento que se instalou no Maranhão nesse período foi o da empresa Alumar, que tinha como objetivo o beneficiamento de bauxita e a produção de alumínio (FIEMA, 2009).

Após esse período, a economia maranhense foi transformada, passando de produtora de bens de consumo não duráveis, para produção e exportação de *commodities* agrícolas e minerais, com destaque para produção da soja e milho, bem como de indústrias de transformação, especialmente a metalúrgica, papel e celulose, e extrativa mineral. Contudo, os grandes projetos do Maranhão, até hoje, são voltados, em maioria, para exportação aos mercados externos, causando alta vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional de *commodities* minerais e agrícolas (HOLANDA, 2013).

Conforme demonstrado anteriormente, Perroux (1977) enfatizou que uma região é considerada polo de crescimento quando há indústria motriz que se insira em determinado meio econômico e tenha capacidade de atração de novas empresas que se relacionam a ela. Desta forma, de acordo com o autor, uma indústria deverá obedecer a três critérios para ser caracterizada como motriz: 1) devem se desenvolver sob a forma de grande indústria moderna; 2) apresentar taxas de crescimento mais elevadas que à média do produto e da economia nacional; e 3) apresentar inter-relações entre indústrias.

Nesse sentido, propõe-se que a Suzano Papel e Celulose seja considerada indústria motriz no município de Imperatriz, uma vez que a instalação desta proporcionou a atração de diversas empresas dos mais variados segmentos, a fim de atender às demandas da indústria e população residente, dentre as quais, pode-se destacar a holandesa AkzoNobel, fabricante de químicos, a empresa Metso/Valmet que atua em soluções em equipamentos para indústria de papel e celulose, e a Air Liquide que fornece gases para área industrial. Do ponto de vista de que uma indústria motriz deverá apresentar taxas de crescimento que superem à média nacional, realizou-se análise das taxas de crescimento da

² O empreendimento é considerado um dos maiores do segmento de mineração a céu aberto no mundo e inclui mina, usina, logística portuária e ferroviária.

economia, tomando-se por base o PIB *per capita* do município de Imperatriz, comparando-a com a média estadual, regional e nacional, como verificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto *per capita* (R\$) - Regiões Seleccionadas

Regiões	Imperatriz	Maranhão	Nordeste	Brasil
2008	9.669,24	6.103,66	7.487,55	16.280,82
2009	10.698,64	6.259,43	8.167,75	17.271,34
2010	11.860,87	7.049,63	9.848,98	19.938,60
2011	13.111,00	7.850,58	10.904,56	22.259,91
2012	17.568,82	9.005,50	12.099,70	24.278,35
2013	20.167,71	9.948,50	12.954,80	26.657,54
2014	22.756,53	11.216,40	14.329,10	28.648,74
2015	23.565,19	11.366,20	15.002,30	29.466,85
2016	27.482,99	12.264,28	15.779,10	30.548,40
2017	25.924,47	12.788,75	16.648,80	31.833,50
Taxa média de Crescimento	13,12%	9,69%	10,50%	8,74%

Fonte: Adaptada de SIMÕES (2013), com base no PIB municipal e Contas Regionais do IBGE, e dados do IMESC (2008-2017).

Após análise dos dados, percebe-se que durante o período de 2008 a 2017, o município de Imperatriz obteve crescimento médio de 13,12% de PIB *per capita* ao ano, sendo, portanto, maior que a média do PIB do Maranhão que cresceu 9,69%, da Região Nordeste que foi de 10,59%, e do Brasil, com elevação de 8,74%. O crescimento verificado é justificado pela instalação de novos empreendimentos, e pela força das exportações da indústria de celulose do município que até o ano de 2012 não existia, passando para saldo positivo na balança comercial de US\$ 528.078.028, em 2017.

Sobre o terceiro fator que caracteriza uma indústria motriz, destaca-se o fato de a indústria de celulose ser um setor chave para cadeia produtiva do papel e outros derivados, causando encadeamentos tanto para frente como para trás, apresentando, portanto, interdependência entre diversas formas industriais, sejam elas fornecedoras ou transformadoras de celulose no produto final.

Outro autor de destaque na área de desenvolvimento regional foi Gunnar Myrdal (1968), que em sua teoria percebeu o desenvolvimento como processo cumulativo, evolutivo, um ciclo que pode ser vicioso ou virtuoso.

Myrdal (1968) enfatiza que dotar uma região com empresas públicas, serviços básicos de educação e saúde, e uma boa infraestrutura, são fatores

essências, para que aconteça o desenvolvimento, acreditando que quanto maior for o grau de desenvolvimento ou pobreza de um país, mais será reproduzida essa situação. Um dos aspectos de grande importância nas ideias de Myrdal (1968) é que deverá haver política intervencionista que controlem as forças de mercado, através de planejamento adequado, do contrário, as atividades econômicas que proporcionam aumento de conhecimentos e maiores rendimentos se aglomerariam em algumas regiões, causando estagnação em outros pontos do país.

Ainda segundo o mesmo autor, a ampliação da produção em grandes cidades gera benefícios a localidades do entorno, empregando muitos trabalhadores e aquecendo o mercado, com elevação do consumo de bens e serviços. Myrdal (1968) ainda enfatiza que quanto mais pobreza tiver no país, maiores serão as desigualdades regionais e que, quanto maior o nível de desenvolvimento, mais forte serão os efeitos de desencadeamento.

Quando uma região ou município tem nível melhor de desenvolvimento, é visível a melhora no setor de transportes e comunicações, os padrões de educação tendem a se elevar, proporcionando convergência dinâmica de ideias e valores, com objetivo de fortalecer a expansão econômica e, conseqüentemente, afastar as dificuldades da atuação.

Diante do abordado, tem-se o entendimento de que a industrialização contribui para o processo de crescimento econômico, não significando a certeza de desenvolvimento, que está intimamente ligado à qualidade de vida dos habitantes de uma região ou município. No entanto, não se discute que o estabelecimento de indústrias, principalmente em regiões mais pobres, é de grande importância para o surgimento do desenvolvimento.

1.3 Desenvolvimento humano e qualidade de vida

Quando se estuda o grau de desenvolvimento de uma determinada região, deve-se considerar que, na realidade, o que importa não é apenas o nível de crescimento, mas como os frutos do crescimento econômico estão sendo compartilhados com a população, tendo em vista a capacidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Sen (2000) elucida que para se ter um diagnóstico da melhoria da qualidade de vida de uma população, faz-se necessário estudo que ultrapasse os parâmetros econômicos e estabeleça valores para fatores associados à cultura e aos aspectos sociais e políticos que possam influenciar na qualidade de vida das pessoas. Assim, o desenvolvimento humano tem enfoque no indivíduo e em tudo aquilo que ele é capaz de alcançar, ao contrário do crescimento econômico que se preocupa com o bem-estar através das rendas auferidas.

O mesmo autor, ainda, defende que o objetivo do desenvolvimento deve estar relacionado com a ampliação das liberdades humanas, retratando as oportunidades econômicas, as liberdades políticas e facilidades sociais, bem como a transparência e a segurança protetora (SEN, 2000).

Nessa perspectiva, o autor defende que:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas (SEN, 2000, p.17).

Para Januzzi (2001), o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, o aumento de oportunidades para o acesso à educação e cultura, além de condições de desfrutar vida longa e saudável, possibilitando à população padrão de vida adequado. O mesmo autor, corroborando com a visão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), enfatiza que o desenvolvimento humano deve ser processo dinâmico e contínuo de ampliação das oportunidades dos indivíduos para busca de níveis crescentes de bem-estar.

Em trabalho, Oliveira (2010) relata que as sociedades estão cada vez mais preocupadas em demonstrar de que maneira o crescimento econômico pode interferir na qualidade de vida da população, e que, por muito tempo, a classificação de um país ou região como pobres ou ricos era medida exclusivamente através das variações do PIB, sem a preocupação de saber como se encontrava a qualidade de vida da população. O autor enfatiza que essa realidade está sendo modificada, visto que a principal finalidade do desenvolvimento deve ser as pessoas e o nível de vida destas.

Assim, reforçando a ideia de que o desenvolvimento humano deve ter como centro as pessoas e a ampliação do bem-estar destas, o PNUD afirma que o desenvolvimento não deve estar atrelado apenas ao acúmulo de riquezas e aumento de rendas, mas com a ampliação das capacidades e da liberdade de escolhas, e que a renda e a riqueza não são fins em si, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam (PNUD; FJP; IPEA, 2013). Assim, essa qualificação define como objetivo do desenvolvimento a melhoria das vidas das pessoas por intermédio da ampliação das possibilidades de ser e fazer alguma coisa.

O conceito de desenvolvimento em uma dimensão humana, bem como sua medida, foi publicado pela primeira vez em 1990, através do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista Amartya Sen. O relatório buscou estimular e mensurar a discussão e a conceituação de desenvolvimento de forma mais ampla, demonstrando em que situação estava a qualidade de vida das pessoas. Desta maneira, de acordo com o relatório, para atingir o desenvolvimento humano, seria necessária a redução das exclusões sociais, representada pela pobreza e desigualdade, devendo existir preocupação não apenas com o crescimento econômico, mas, sobretudo, de que forma a renda está sendo distribuída.

Para o PNUD (1996, p.1):

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população.

Com o conceito de desenvolvimento humano, emergiu a necessidade de saber como ele seria mensurado e de que forma a melhoria da qualidade de vida seria auferida. Portanto, para avaliar o nível do desenvolvimento humano de um país, propôs-se a criação e adoção do IDH, como alternativa ao PIB, que era predominante como medida de desenvolvimento. O IDH foi constituído a partir da

junção de três dimensões essenciais para desenvolvimento humano, e que seriam capazes de expandir as liberdades das pessoas. Essas dimensões foram compostas por um indicador que trata do nível de acesso ao conhecimento -educação-, a outra da esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos à mortalidade -saúde-, e por último, a que trata da renda, de modo a refletir a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência e desfrutar de padrão de vida digno (PNUD, 2013).

De acordo com o atlas de desenvolvimento humano, o IDH foi reconhecido mundialmente pela simplicidade e fácil compreensão, destacando-se pela forma abrangente de mensurar o desenvolvimento, transformando em único índice a complexidade de três dimensões importantes.

Com a finalidade de verificar uma realidade mais próxima da população, em 1998, criou-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ajustando o IDH a uma realidade municipal, refletindo as especificidades e os desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil, sendo que para medir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, utilizaram-se das mesmas dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda (PNUD; FJP; IPEA, 2013).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o município de Imperatriz apresentou para o ano de 2010 IDHM de 0,731, sendo avaliado como Desenvolvimento Humano Alto, estando entre aqueles municípios que estão na faixa entre 0,700 e 0,799 pontos. Nesse índice, a dimensão com maior contribuição foi a que trata da Longevidade, com 0,803 pontos; em seguida a Educação, com índice de 0,698; e, por último, a Renda com índice de 0,697 (PNUD; FJP; IPEA, 2013).

No ano de 2015, o IPEA divulgou o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios brasileiros, esse indicador foi construído em complementação ao IDHM de 2010, o IVS avaliou dezesseis indicadores estruturados em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Nesta perspectiva, a maioria dos municípios da Região Nordeste do Brasil se configuraram na pior escala: 32.4%. No Maranhão, o problema foi considerado pior, os dados divulgados mostraram que 78,8% dos municípios foram classificados em situação de alta vulnerabilidade social. O único município maranhense que atingiu o índice de baixa vulnerabilidade social foi Imperatriz, demonstrando melhor qualidade de vida da população em relação aos outros municípios do estado (IPEA, 2015).

A quantidade de temas analisados gera amplo campo de investigação dentro do processo de desenvolvimento. No entanto, a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico ainda merece atenção nesse processo, visto que a ampliação econômica se mostra como condição necessária para que haja o desenvolvimento humano, mas não o bastante, no sentido de que não é qualquer forma de crescimento que colabora para um desenvolvimento mais equilibrado.

Nessa perspectiva, enfatiza-se que o crescimento econômico de uma sociedade não pode ser traduzido automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que é observado é o aumento das desigualdades. É necessário que o crescimento seja convertido em conquistas concretas para população, traduzindo-se em crianças saudáveis e sem risco de mortalidade, educação e saúde de qualidade, com equilíbrio das rendas e de oportunidades.

Mediante o exposto, de acordo com a discussão apresentada, faz-se necessário esforço para compreender a realidade do desenvolvimento e da qualidade de vida da população dos municípios, no sentido de reconhecer peculiaridades e diferenças geográficas, culturais e organizacionais.

CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ E A IMPLANTAÇÃO DA SUZANO PAPEL CELULOSE

Neste capítulo, apresentam-se as informações relativas a Imperatriz, expondo-se as características do processo de desenvolvimento econômico, dando ênfase aos vários estágios da economia e centralidade enquanto polo regional. Para isso, demonstram-se os motivos pelos quais o mesmo foi escolhido para implantação da indústria de papel e celulose, que proporcionou dinâmica urbana, econômica e social muito forte.

A base da análise é constituída de dados socioeconômicos do município de Imperatriz, a fim de demonstrar a importância do município para Região Sudeste e estado do Maranhão.

2.1 Desenvolvimento Econômico de Imperatriz

O município de Imperatriz, fundado em 1852, está localizado no sudoeste do estado do Maranhão, na divisa com o estado do Tocantins e distante 630 km da capital São Luís, é o segundo município mais populoso do estado, com estimativa para o ano de 2019 de 258.682 habitantes (IBGE, 2019).

Em virtude da localização geográfica, onde termina o cerrado e se inicia a Amazônia oriental, o município é considerado o portal da Amazônia, constituída pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Além disso, está simultaneamente na área de influência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o que facilita a busca de incentivos para investimentos empresariais e governamentais. Outro fator importante é o fato de estar equidistante a mais ou menos 600 km de quatro capitais (Belém - PA; São Luís - MA; Palmas-TO; Teresina - PI), e próximo das cidades de Marabá, no Pará, e Araguaína, no Tocantins, consideradas cidades médias, com grande destaque em seus estados. O município é considerado local estratégico para instalação de empresas distribuidoras de produtos e prestação de serviços para região (SANCHES, 2003).

A Figura 1 apresenta a localização do município de Imperatriz, no estado do Maranhão.

Figura 1 – Localização do município de Imperatriz, Maranhão, Brasil



Fonte: <http://www.mapas-brasil.com/maranhao.htm>

De acordo com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), a cidade de Imperatriz possui aeroporto que interliga os municípios da região aos grandes centros do País, operando diariamente com voos à capital São Luís, para Brasília e São Paulo (INFRAERO, 2020).

Sede da Região de Planejamento do Tocantins e da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, o município de Imperatriz se destaca como um dos maiores polos econômicos do Maranhão, com forte setor comercial e de prestação de serviços, esse com 57% de participação no PIB municipal, seguido da indústria, com 27%; administração pública, 15%; e agropecuária, 1% (IBGE, 2017).

De acordo com Franklin (2008), com relação ao potencial econômico, o município de Imperatriz, nas duas décadas que se seguiram sua fundação, teve a economia baseada na agricultura de subsistência e na criação de gado bovino, sendo a carne e a pele comercializadas no então vizinho estado de Goiás, agora Tocantins, o que culminou em grande movimentação comercial.

Devido à distância dos grandes centros econômicos, o município de Imperatriz, por muito tempo, foi conhecido como a Sibéria Maranhense. Geográfica e politicamente distante da capital São Luís, o crescimento econômico e populacional seguia a passos lentos, no entanto, após o ano de 1958, com o início das obras de construção da rodovia BR 010, com a finalidade de interligar a cidade de Belém à Brasília, essa realidade começou a ser modificada. Após o término da obra, em 1960, com a abertura desse eixo de integração e a oferta de infraestrutura adequada para distribuição de produtos e serviços, viabilizou-se o crescimento das atividades comerciais, com migração de pessoas de outras regiões, transformando a região no segundo maior polo de desenvolvimento econômico do Maranhão (IBGE, 2010).

Para Sanches (2003), com o acesso proporcionado pela rodovia BR 010, ligando o norte ao sul do País, surgiram diversas rotas comerciais, possibilitando a atração de empresas que se instalaram no município, essas, constituídas por famílias e empreendedores que observaram na região grandes oportunidades de crescimento e, sobretudo, a percepção de lucros.

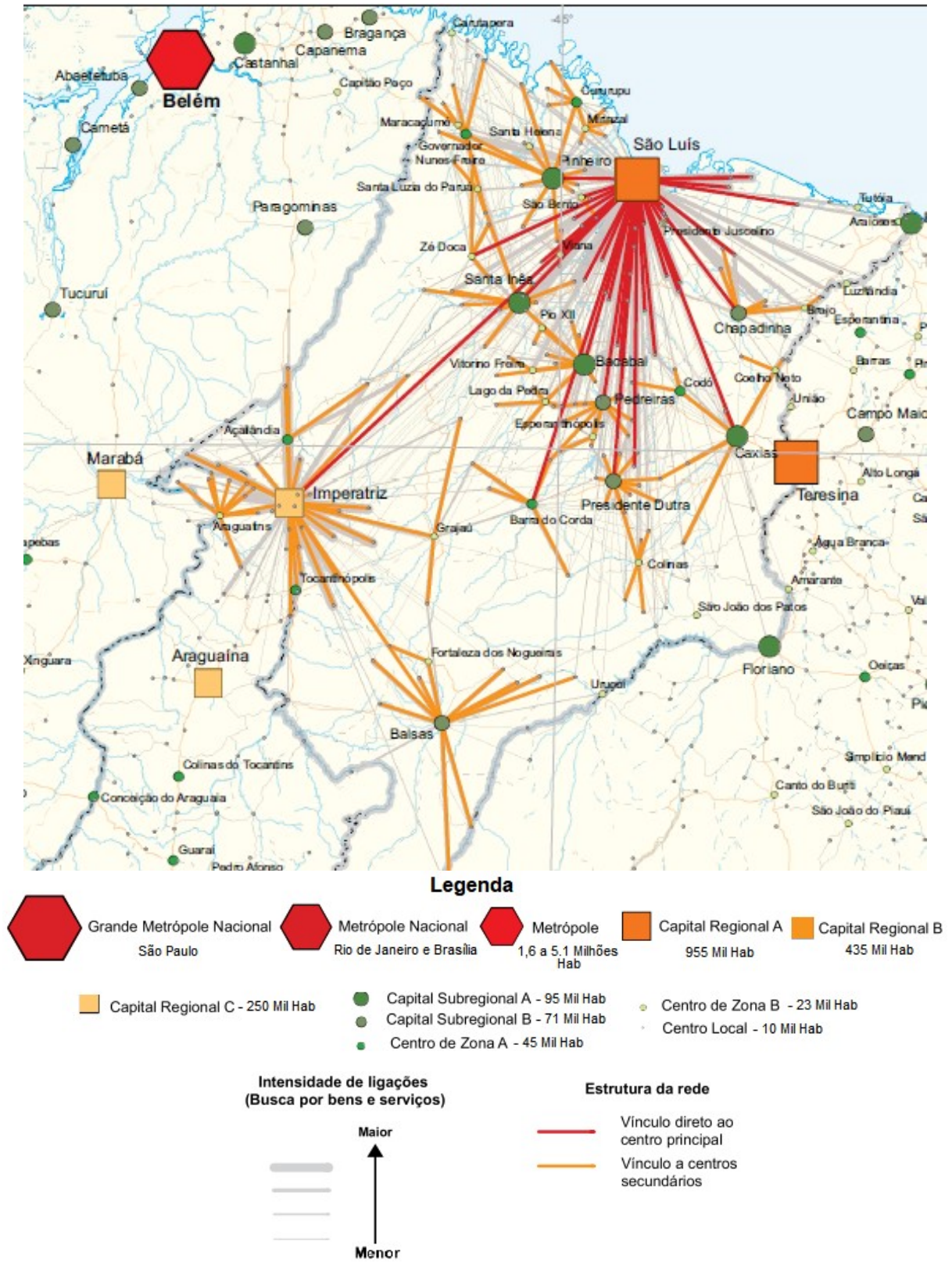
Nesse sentido, as rotas de acesso são de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento de centros considerados polos regionais, trazendo benefícios para cidade sede e sua área de influência, uma vez que existe grande movimentação de indivíduos de uma região para outra, proporcionada pela facilidade de deslocamento e distribuição de mercadorias e serviços.

Em estudo publicado pelo IBGE, no ano de 2008, denominado região de influência das cidades, definiram-se as metrópoles e capitais regionais brasileiras, bem como o alcance espacial destas, a cidade de Imperatriz foi classificada em segundo nível de centralidade, sendo referência de um conjunto de atividades

socioeconômicas e de destino para um grande número de municípios. Nesta perspectiva, Imperatriz foi considerada “Capital Regional”, classificada como tipo “C”, cidades que têm, em média, 250 mil habitantes e 162 relacionamentos (IBGE, 2008).

A polarização e interação espacial de Imperatriz se estende para além do estado do Maranhão, atingindo a Região Sul do Pará e Norte do Tocantins, conforme Figura 2.

Figura 2 – Regiões de Influência da cidade de Imperatriz-MA



Fonte: IBGE (2017).

Consoante à publicação de Regiões de Influência das Cidades do IBGE, Imperatriz possui influência direta, com 95 cidades dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, com destaque para as cidades de Balsas, classificada como “Capital Sub-regional A”; Açailândia, “Capital Sub-regional B”; e Grajaú, “Centro de Zona A”, no estado do Maranhão; e, no estado do Tocantins, as cidades de Tocantinópolis, denominada “Capital Sub-regional B” e Araguatins, como “Centro de Zona A. Essas cidades procuram a cidade de Imperatriz para busca de algum tipo de bem ou serviço, em menor ou maior intensidade.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Imperatriz (2010), o desenvolvimento do município se revela através dos diversos ciclos de sua economia. Durante a década de 1950, seguindo até início de 1980, Imperatriz viveu o ciclo do arroz, com a existência de grande corredor agrícola na chamada estrada do arroz, localizada entre os municípios de Imperatriz e Cidelândia. Esse foi o primeiro grande crescimento experimentado pelo município, sendo caracterizado por profundas transformações na área urbana e no crescimento do contingente populacional (BARBOSA, 2015). Em concordância com Franklin (2008), o grande crescimento populacional e econômico fez surgir problemas de todas as formas, nas áreas da saúde, habitação e do abastecimento de gêneros alimentícios não agrícolas, causando, também, conflitos agrários, em consequência da desordenada ocupação do território.

Nesse mesmo período, no ano de 1958, o município se destacou não apenas como grande produtor de arroz, como também pelo início da construção da rodovia Belém-Brasília, na qual as frentes de trabalho se localizavam na cidade de Imperatriz, colaborando para grande intensificação de fluxos migratórios, tornando-se, após a conclusão da rodovia, um município bastante populoso. De acordo com dados do censo do IBGE de 1950, a população do município era de 14.064 habitantes, sendo que nos três anos seguintes ao início da construção da rodovia, o município recebeu 20.003 imigrantes, passando, em 1960 para 39.169 habitantes (FRANKLIN, 2008).

A partir de 1970 até 1981, outro ciclo que ganhou força na economia do município foi o da madeira, ocasionando aumento de vagas de emprego, atraindo milhares de pessoas que trabalhavam nessa atividade em outras regiões do País, oriundas principalmente das Regiões Sul e Sudeste. Nesse período, houve a instalação de dezenas de serrarias de pequeno porte, ocasionando transformação

da paisagem do município, em que se visualizava constantemente caminhões abertos, carregados de toras de madeira. Em um segundo momento, começaram a chegar as indústrias de grande porte, empregando milhares de trabalhadores, com grandes investimentos na região, devido à grande quantidade de Ipê, Jatobá, Maracatiara e Mogno, este último em extinção, em virtude da extração sem limites (FRANKLIN, 2008).

Sobre o crescimento demográfico, alavancado pela construção da rodovia Belém-Brasília e depois pela forte influência econômica do setor madeireiro, em pouco mais de duas décadas, o município de Imperatriz teve explosão da população. A Tabela 2 apresenta o crescimento populacional do município, dos anos de 1940 a 2010, em que se observa grande variação demográfica, incentivada pela instalação de empreendimentos públicos e privados, além de intensa movimentação comercial que contribuiu para ocupação acelerada do território, demonstrando sua influência para o desenvolvimento.

Tabela 2 - Evolução da população total de Imperatriz-MA: 1950-2018 (Em mil habitantes)

Anos	Total	Varição da População Total (%)	Urbana	Rural
1940	9.331		1.002	8.329
1950	14.064	51%	1.630	12.434
1960	39.169	179%	8.987	30.182
1970	80.827	106%	34.698	46.129
1980	220.079	172%	111.619	108.460
1991	276.502	26%	210.051	66.451
2000	230.566	-17%	218.673	11.893
2010	247.505	7%	234.547	12.958

Fonte: Censos Demográficos IBGE: 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.

De acordo com a Tabela 2, entre os anos de 1970 e 1980, a população imperatrizense cresceu 172%, corroborando com o crescimento econômico do município. Em 1991, apesar de ter o território reduzido pela metade, após a emancipação de Açailândia, em 1981, o Censo do IBGE registrou 276.502 habitantes no município. Nesse período, devido ao desmembramento ocorrido, o município passou a ter a área habitada mais pela urbana que pela rural. Na área urbana, a população quase dobrou, em relação ao registrado no censo anterior, com

total de 210.051 habitantes, ou seja, 76% do total da população, na zona rural, residiam 66.451 pessoas.

No Censo de 2000, a população foi reduzida 17%, em relação à contagem de 1991, passando a ter 230.566 pessoas, isso devido à emancipação de mais seis localidades do território, ocasionando a criação dos municípios de Davinópolis, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca. Após esses desmembramentos, a população rural foi novamente reduzida, passando a ter apenas 11.893 habitantes; e na área urbana, a população ficou em 218.673 pessoas.

De acordo com Franklin (2008), o município de Imperatriz, no início dos anos 1980, encontrava-se em acentuada crise no setor madeireiro, desencadeando elevado índice de desemprego, com grande recessão comercial. Com isso, houve grande movimentação da sociedade e do poder público, no sentido de atrair indústrias para fortalecer a economia e continuar o desenvolvimento obtido em períodos anteriores.

Entre os anos de 1980 e 1992, outro momento da economia do município começou a surgir, o chamado Ciclo do Ouro, o qual não teve atividades diretamente em Imperatriz, sendo desenvolvidas nos garimpos do estado do Pará. No entanto, foram grandes os impactos para o município, principalmente com relação ao garimpo de Serra Pelada, localizado à distância de 350 km de Imperatriz, na cidade de Curionópolis, no Pará. Esse movimento trouxe grande aquecimento para alguns setores da economia de Imperatriz, como os de transporte, máquinas, equipamentos e alimentos, visto que a maioria dos trabalhadores da Serra Pelada eram do município, fator que o fez o maior fornecedor de bens e serviços para o garimpo (FRANKLIN, 2008).

Nos anos 1990, apesar da decadência das atividades do garimpo, o município se consolidou como forte polo comercial, fato que proporcionou, em seguida, a chegada das indústrias. No início, a atividade industrial se concentrava na confecção de roupas e produtos cerâmicos, e depois, com bastante relevância, na fabricação de móveis, devido à abundância de matéria-prima oriundas dos projetos de reflorestamento implantados pela empresa Vale do Rio Doce, como forma de compensação das atividades de extração de minério na região. A partir de 1992, a empresa Celmar S/A implantou grande projeto de reflorestamento em Imperatriz e

outros municípios do entorno, cujo objetivo era cultivar o eucalipto para produção de celulose e papel (ALVES, 2012).

Barbosa e Almeida (2013) afirmam que o projeto industrial não se consolidou, com isso, a madeira que anteriormente deveria ser transformada em celulose e papel, foi destinada para produção de carvão vegetal, que era usado para alimentar as fornalhas da fábrica de ferro gusa da cidade de Açailândia/MA. Mais tarde, em 2002, as florestas formadas pela empresa Celmar S/A foram adquiridas pela Suzano Papel e Celulose.

2.2 Fatores determinantes para instalação da fábrica da Suzano Papel Celulose no município de Imperatriz

Uma das principais dificuldades encontradas nos estudos referentes à implantação de novos investimentos industriais está relacionada à definição do local em que o mesmo será instalado, visto que a escolha deverá recair naquele que apresente condições favoráveis aos objetivos que norteiam a implantação da indústria.

Segundo Woiler & Mathias (1996, p. 125), “o problema de encontrar a localização ótima corresponde, em termos de empresa, é achar a localização que dê a maior diferença entre receitas e custos”. Deste modo, o que as organizações procuram são locais que proporcionem maior rentabilidade do capital investido, através da redução de despesas e maximização das receitas.

Kon (1994) enfatiza que os locais escolhidos para instalação de indústrias devem obedecer a critérios de ordem econômica e técnica que tenham como finalidade a redução do investimento inicial. Com relação aos aspectos econômicos, o autor destaca como essencial o acesso a mercados internos e externos, a facilidade de aquisição de insumos, os custos com transportes de produtos e a existência de mão de obra; e em relação aos fatores técnicos, ressalta as condições climáticas, as facilidades de acesso e de comunicação.

Mediante o exposto, a escolha do local ideal para implantação da fábrica de papel e celulose, no Maranhão, também, obedeceu a critérios econômicos e técnicos, com a finalidade de maior rentabilidade da empresa. Com isso, alguns fatores que podem ter influenciado a vinda da indústria para uma cidade de médio porte, no interior do estado, foram: incentivos fiscais, com redução da carga

tributária; diminuição dos custos de produção e transporte; proximidade de locais onde se encontram matéria-prima, melhores condições logísticas para escoamento da produção industrial.

No Brasil, a atividade de fabricação de papel e celulose se concentra com maior relevância nos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, encontrando-se, também, em outros locais, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e, por último, no estado do Maranhão, instalando-se em Imperatriz.

Em julho de 2007, a Suzano Papel e Celulose realizou estudos para implantação de duas novas fábricas de celulose no mercado brasileiro, os resultados apontaram o nordeste brasileiro para instalação, uma seria no estado do Piauí, próximo à capital Teresina, e a outra localizada no sudoeste do estado do Maranhão, perto da divisa com o Tocantins (PÖYRY, 2010).

Em 2009, a Suzano contratou a empresa Pöyry Tecnologia para realizar estudo de microlocalização para instalação na nova unidade fabril da empresa, no Maranhão, em que quatro premissas básicas foram estabelecidas para o estudo:

- Existência de um espaço para o desenvolvimento de uma base florestal capaz de suprir as necessidades de madeira para a indústria de celulose;
- Existência de características regionais adequadas para permitir o desenvolvimento de um projeto economicamente viável;
- Situação socioeconômica que possa ser melhorada e potencializada a partir do desenvolvimento do projeto;
- Características ambientais favoráveis ao projeto e em conformidade com a legislação ambiental (POYRY, 2010, p.9).

De acordo com a Pöyry (2010), na realização do estudo, consideraram-se alguns aspectos que foram determinantes para implantação da planta industrial de fabricação de celulose na região, entre eles, podem-se destacar: a existência de grande malha de rodovias e ferrovias, recursos hídricos com abundância e rede elétrica capaz de suportar as necessidades do empreendimento industrial, além de aspectos geológicos e ambientais.

Dentre esses fatores, a malha rodoferroviária existente influenciou bastante na escolha do local para implantação do empreendimento, visto que a mesma tem localização privilegiada que facilita a chegada de matéria-prima e o escoamento da produção, conforme descrito no relatório elaborado pela consultoria da Pöyry.

A malha rodoviária é constituída pelas rodovias federais BR 010 – Belém-Brasília que interliga a região com praticamente todo o país e com a BR 226 interligando a região com o nordeste brasileiro. Conta ainda com as rodovias estaduais MA 122, MA 125, MA 138, MA 280 e MA 338;

A malha ferroviária da região é constituída pela ferrovia Carajás, que liga Carajás ao porto de Itaqui, cortando a região norte de Imperatriz, vindo de Marabá-PA em direção a Açailândia;

Conta também com a ferrovia Norte Sul, que tem início na conexão com a ferrovia Carajás em Açailândia e segue em direção ao sul do país. Atualmente ela já está implantada até a região de Palmas-TO, passando, portanto, por toda a região sul de Imperatriz (POYRY, 2010, p. 10).

Com relação à infraestrutura elétrica e aos recursos hídricos, a região conta com subestação de energia de 500Kv, localizada a cerca de 10 km do centro da cidade de Imperatriz, e na parte hídrica, merece destaque o Rio Tocantins e seus afluentes, dentre os quais o córrego Cinzeiro, em que o empreendimento se instalou ao lado.

Os critérios estabelecidos para localização da fábrica deveriam obedecer ao seguinte:

- Ficar localizado fora da área de amortecimento de reservas indígenas e das unidades de conservação existentes no Maranhão;
- De preferência, ficar localizado a uma distância mínima de 1 km em relação às rodovias federais e estaduais de expressão, para minimizar o impacto visual aos usuários dessas rodovias pela construção da unidade fabril, e também com o objetivo de minimizar as interferências no tráfego nas mesmas evitando a entrada e saída de veículos, eventuais formações de filas de caminhões, etc.;
- Ficar localizado, de preferência, em áreas que foram anteriormente utilizadas para pastagem ou algum tipo de cultura, para evitar desmatamento de vegetação natural;
- Ficar localizado a uma distância mínima em torno de 10 km de centros urbanos expressivos;
- Manter uma faixa de preservação permanente de 500 m em relação às margens de grandes rios como o Tocantins;
- Preservar uma faixa de servidão em relação às ferrovias de 200 m;
- Preservar uma faixa de mata ciliar de no mínimo 100 m em relação às linhas d'água naturais;
- Ficar localizado em áreas de relevo plano, não movimentado, para minimizar as obras de terraplenagens (POYRY, 2010, p. 11).

Depois de rigorosos estudos destinados a verificar o melhor local para implantação da indústria, o sítio localizado em Imperatriz foi que agregou as melhores condições logísticas, ambientais e de infraestrutura, contribuindo para isso fatores locacionais e algumas características importantes, como a proximidade do Rio Tocantins, o fato de ser distante de grandes centros urbanos, ter boa logística

para exportação de produtos, através da estrada de ferro Carajás, que tem acesso direto ao Porto do Itaqui, em São Luís, além de condições climáticas favoráveis à cultura do eucalipto, terras avaliadas a preços menores que em outras regiões, grande disponibilidade de matéria-prima e mão de obra em abundância.

Outro aspecto enfatizado no relatório elaborado pela Pöyry se referiu às justificativas sociais:

A implantação da Unidade Industrial promoverá desenvolvimento econômico e aumento da infraestrutura da região. Os salários diretos e indiretos promoverão aumento na arrecadação de impostos, os quais permitirão a associação do governo e demais órgãos a investimento incremental no desenvolvimento de programas sociais e econômicos. Este processo é denominado efeito multiplicador e está baseado nas teorias econômicas (POYRY, 2010, p. 15).

Além dos aspectos locacionais e do grande potencial de matéria-prima existente na região, outro fator que contribuiu para instalação do empreendimento no município foram os incentivos fiscais por parte dos governos federal, estadual e municipal.

No Governo Federal, os incentivos fiscais para fábrica de Imperatriz, vieram através da redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais, tendo como base o lucro de exportação pelo período de 10 anos, a começar do ano de 2014. Além disso, foi concedida Depreciação Acelerada Incentivada (DAI) do imobilizado, que consiste na depreciação total incentivada no ano da aquisição ou até o quarto ano subsequente à aquisição, conforme Leis nº 11.196/2005 e nº 12.712/2012 (BRASIL, 2005; 2012). A empresa ainda recebeu aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 2,7 bilhões, para construção da fábrica, a serem pagos durante 12 anos, tendo prazo de carência de três anos para começar os pagamentos.

Os incentivos fiscais também vieram do governo do estado do Maranhão, através da Lei nº 9.121/2010, que criou o Programa de Incentivos às Atividades Industriais e Tecnológicas (PROMARANHÃO), com objetivo, dentre outros, de incentivar a implantação de novas indústrias e agroindústrias, no estado do Maranhão.

Nesse programa, os benefícios foram relacionados à redução no recolhimento do ICMS, que de acordo com a Lei, foram:

- Crédito presumido³ em montante igual a 75% do valor do ICMS, devido às saídas de produtos, pelo período de 20 anos;
- Diferimento⁴ do lançamento e do pagamento do ICMS, nas aquisições de bens destinados ao ativo permanente que serão utilizados nas atividades da indústria, no período de implantação, compreendendo: operações internas, relativamente ao imposto que seria destacado pelo remetente; interestaduais, relativamente à diferença entre alíquota interna e a interestadual, bem como ao serviço de transporte; e de importação do exterior, inclusive em relação ao respectivo serviço de transporte, quanto ao imposto que seria pago no momento do desembaraço aduaneiro;
- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, na saída interna e na importação de matérias-primas e mercadorias, utilizadas direta ou indiretamente no processo produtivo.

Na seara municipal, instituiu-se o Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico do Município de Imperatriz, através da Lei Complementar nº 003/2010, cujos empreendimentos industriais com mais de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados) que vierem a se instalar no município teriam isenção pelo prazo de 10 anos dos seguintes tributos:

- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre a aquisição do imóvel para funcionamento do empreendimento, limitada a alíquota de 1%;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com isenção parcial, ficando a alíquota com o percentual de 2%, incidente sobre as obras de construção civil e de todos os serviços necessários para instalação dos equipamentos industriais pela empresa ou por contratados, bem como na operação do empreendimento;
- Isenção total de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), taxas de alvará de localização e funcionamento e expedições de alvarás.

³ Consiste na constituição, fictícia, de um crédito baseado em determinado percentual (alíquota) sobre o valor do ICMS apurado na saída da operação promovida (débito de ICMS), geralmente, percentual sobre este valor que reduz de forma direta o débito à título de ICMS devido.

⁴ O diferimento do ICMS ocorre quando se transfere o lançamento e o pagamento do tributo para etapa posterior à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

Na escolha do município de Imperatriz para implantação da fábrica da Suzano, os fatores citados foram de grande importância, contudo, no período anterior a essa decisão, os municípios maranhenses de Estreito, Porto Franco e Açailândia, também, empreenderam esforços para atrair o empreendimento, inclusive com incentivos fiscais e características geográficas e de logística semelhantes a Imperatriz. No entanto, essas cidades não possuíam variedade de serviços, nas áreas de saúde, educação, financeira, comunicação, hospedagem, transporte e abastecimento em geral, capazes de atender às necessidades da indústria e de todo aparato necessário para instalação. Nesta perspectiva, Imperatriz atendeu a todos os requisitos, sendo escolhida para implantação do empreendimento industrial.

2.3 Dinamismo urbano, econômico e social do município de Imperatriz com a chegada do empreendimento industrial

Com a descentralização industrial ocorrida no Brasil, a partir da década de 1970, devido à implantação pelo governo federal de políticas de desenvolvimento regional, através de incentivos fiscais e financeiros nas Regiões Nordeste e Norte do País, através da SUDENE, SUDAM e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), provocou-se migração do capital para aquelas regiões, acelerando o processo produtivo e modificando as pautas de exportações (CANO, 1997).

Nesse sentido, as regiões que acolheram os empreendimentos das mais variadas atividades tiveram que se adequar e se reestruturar, ocasionando mudanças sociais e econômicas nas populações residentes. Deste modo, com o processo de reestruturação do capital, as cidades foram chamadas a envolver-se com o movimento de reprodução e readequação do espaço, reorganizando estruturas físicas e sociais para atender às demandas ocasionadas pela chegada de novos atores do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a implantação da Suzano Papel e Celulose foi marcada por grande reestruturação urbana, educacional, econômica e social no município, para atender não apenas à população residente, como também grande quantidade de pessoas que chegariam na cidade em busca de oportunidades na indústria.

Oliveira e Nascimento (2018) enfatizaram que as transformações mais perceptíveis em Imperatriz, ocorridas após o início das obras de construção da indústria, referem-se à área urbana, que alcançou grande crescimento, tanto vertical quanto horizontal, isso ocorreu, principalmente, devido ao aumento demográfico de trabalhadores e chegada de empreendimentos ligados à construção da fábrica e cadeia produtiva do papel e celulose. Sobre o crescimento demográfico de Imperatriz, os mesmos autores mostraram que:

A atração de pessoas para novas atividades inseridas no contexto industrial e, conseqüentemente, o aumento do número de moradias e reestruturação urbana da cidade pode ser verificado em dados do IBGE (2016). Enquanto em 2007, ano anterior à construção da unidade fabril da Suzano, a população do município era de 229.671 pessoas, em 2010 esse número evoluiu para 247.505 e 253.873 em 2015. Cabe ressaltar que a cidade de Imperatriz detém expressiva centralidade urbano-regional em relação a uma série de municípios limítrofes que funcionam como cidades-dormitório para um contingente significativo de trabalhadores não contabilizados nos dados do IBGE (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p.9).

Oliveira (2017) aponta que o processo de verticalização ocorrido na cidade de Imperatriz aconteceu com maior frequência no período de 2011 a 2017, superando as últimas três décadas. O autor demonstra que desde sua fundação até o ano de 2010, construíram-se na cidade de Imperatriz 46 edifícios, no entanto, a partir de 2011 até o ano 2017, ergueram-se 68 edificações, sendo esse último qualificado como o melhor momento da indústria da construção civil na vida econômica do município.

Além da verticalização, verificou-se a ampliação de empreendimentos horizontais e loteamentos na periferia na cidade, sendo, em maioria, destinados aos que tinham renda mínima de até dois salários mínimos, refletindo-se em grande valorização imobiliária, com elevação dos custos de moradia. Com a grande dificuldade de se encontrar imóveis disponíveis e a alta dos preços do aluguel, a Suzano contratou a construção de 120 casas em condomínio na periferia da cidade para abrigar os funcionários que chegavam com respectivas famílias, todos pertencentes às atividades operacionais, e para os que vieram trabalhar em cargos executivos e de gerência, optou-se por alugar imóveis em bairros mais ao centro da cidade (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018).

Em matéria vinculada no G1 Maranhão, no dia 08 de agosto de 2012, noticiou-se a elevação no valor dos imóveis na cidade de Imperatriz, evidenciando

grande especulação imobiliária em torno da construção do empreendimento industrial no município, conforme se verifica:

No centro da cidade, é cada vez mais difícil encontrar um imóvel com placa de venda. Os que estão disponíveis para negociação custam em torno de R\$ 300 mil. O valor do metro quadrado atual é quase o triplo se comparado com o valor do ano passado. Nos bairros mais próximos, como Juçara e Bacuri, os imóveis residenciais com metragem de apenas cinco metros de frente não saem por menos de R\$ 150 mil. No centro da cidade, o valor do metro quadrado, que há dois anos custava em média R\$ 1.500, hoje, em alguns pontos, vale quase R\$ 4 mil. Por isso, a venda de imóveis residenciais ocorre principalmente nos bairros próximos ao centro e em condomínios fechados (G1 MARANHÃO, 2012).

O crescimento da população decorreu em função da grande demanda de profissionais para atuarem na construção da indústria e depois para trabalhar na produção de celulose, necessitando, para tanto, de profissionais capacitados das mais diversas áreas, dentre estas, comunicação, meio ambiente, tecnologia da informação, engenharias em geral e na área química. Contudo, a região de Imperatriz não possuía profissionais com capacidade técnica para atuar em algumas dessas áreas, sendo a empresa obrigada a importar profissionais de outros estados.

Nesse cenário, visando atender às condições estabelecidas no termo de compromisso assinado entre a Suzano e o governo do estado do Maranhão para fruição de benefícios fiscais, a empresa foi obrigada a gerar postos de trabalhos diretos aos maranhenses, considerando as particularidades técnicas e competências profissionais exigidas pela natureza da obra e da operação da indústria, dando início a um grande projeto de requalificação de trabalhadores na região.

A Suzano Papel e Celulose, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), o Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura Municipal, Sindicatos dos Trabalhadores e das Indústrias de Construção Civil da Região Tocantina, Sistema Nacional de Emprego de Imperatriz (SINE) e a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, lançou o Programa de Capacitação de Pessoas (CAPACITAR), que teve como finalidade atender às demandas das empresas e indústrias da região, sobretudo, a construção da planta industrial de celulose, em Imperatriz.

No total, capacitaram-se cerca de 5.500 pessoas pelo Capacitar, nas áreas de construção civil, montagem industrial e serviços, com investimentos em torno de R\$ 11 milhões. Além disso, em 2011, a Suzano e o SENAI da Bahia celebraram

convênio com o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus de Imperatriz, para realização do curso, em nível técnico, de celulose e papel. O curso teve duração de 1.300 horas de aulas teóricas e práticas e 360 horas de estágio supervisionado, sendo o último realizado nas fábricas da Suzano, nos estados da Bahia e em São Paulo. No edital de seleção do curso, ofereceram-se 320 vagas, que tiveram cerca de 30.000 inscritos, dos quais 224 se formaram, sendo 108 contratados para trabalhar na produção de celulose.

Ainda, merecem destaques os cursos de aperfeiçoamento em manutenção industrial, com qualificação de 144 profissionais, sendo 57 contratados para trabalhar na fábrica, e o curso de operador de máquinas florestais, com cerca de 450 pessoas treinadas e contratação de 230 para colheita do eucalipto e carregamento de madeira.

Desse modo, percebe-se a grande movimentação que ocorreu no município em todas as áreas, impactando diretamente na geração de empregos e multiplicação de rendas. A Tabela 3 apresenta a evolução total de pessoas ocupadas e os valores dos salários e remunerações pagos, antes, durante e após a construção do empreendimento.

Tabela 3 - Imperatriz: pessoal ocupado total, salários e outras remunerações (2008 a 2017)

Período	Pessoal ocupado total	Salários e outras remunerações (x 1000 Reais)
2008	40730	335.234
2009	42728	398.447
2010	46777	483.774
2011	52533	573.521
2012	62159	784.809
2013	63378	1.040.083
2014	62915	1.018.694
2015	60667	1.138.506
2016	55347	1.069.986
2017	58013	1.273.673

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Ao analisar a Tabela 3, verifica-se que durante a construção da indústria, houve grande crescimento da geração de empregos e na renda da população. Tomando-se por referência o ano de 2008, houve acréscimo de 29% de pessoas ocupadas no ano de 2011, evoluindo gradativamente até chegar em 2013, com 63.378 pessoas ocupadas, isso significa 16.601 pessoas com algum tipo de

ocupação, quando comparado ao ano de 2010, período anterior ao da construção do empreendimento. Por outro lado, no ano de 2014, houve redução de pessoas ocupadas, chegando ao ano de 2017, com 5.365 empregos a menos que o ano de 2013.

Quando se trata da variável salários e outras remunerações, observou-se incremento nos rendimentos do pessoal ocupado no mesmo período analisado. No ano de 2011, a renda foi superior aos anos anteriores, apresentando evolução de 71,10% em relação a 2008, e acréscimo de 115% no ano de 2013 em relação a 2010. Com a conclusão das obras e instalações da indústria, houve redução dos salários e remunerações, no entanto, no ano 2017, o município alcançou o maior nível desde o início da pesquisa em 2008, quando atingiu o valor de R\$ 1.273.673. Destaca-se que no ano de 2016, os rendimentos sofreram queda em relação ao ano de 2015, no entanto, fazendo média do número de pessoas ocupadas e o valor dos salários e outras remunerações em cada ano do período analisado, verificou-se melhoria na renda da população.

Após as caracterizações descritas, percebe-se que o processo de desenvolvimento econômico do município de Imperatriz ocorreu de forma lenta, passando por vários momentos, no entanto, foram necessários, para que o mesmo se tornasse polo de desenvolvimento no sudoeste maranhense.

Com a implantação da indústria, surgiu a necessidade do aumento e aperfeiçoamento dos serviços existentes, com grande repercussão no crescimento econômico, não significando necessariamente a promoção do desenvolvimento humano que está diretamente ligado à qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, a análise de indicadores que tenham como objetivo mensurar o crescimento e desenvolvimento de economias regionais ou locais, tem atraído vários pesquisadores a estudar esse assunto.

Partindo disso, no próximo capítulo, apresenta-se como a indústria de celulose influenciou no desenvolvimento socioeconômico de Imperatriz. Para análise, elaborou-se índice de desempenho econômico e social, com vistas a estabelecer essa relação.

CAPÍTULO 3 – INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE IMPERATRIZ: ANÁLISE ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DE UM ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL

A discussão sobre a problemática do desenvolvimento faz parte da agenda de vários agentes, sejam políticos, sociais ou econômicos, além de universidades e organizações não governamentais, que buscam entender como promovê-lo e, portanto, melhorar a qualidade de vida da população. Dentre as maneiras de análise do desenvolvimento de uma região, está o uso de indicadores, utilizados como instrumentos de suporte para análise e elaboração de políticas públicas, além de direcionar para o melhor caminho a ser percorrido no desenvolvimento de estratégias capazes de impulsionar os fatores positivos, bem como mitigar os pontos negativos que possam afetar o desenvolvimento de determinada região.

De acordo com Procópio, Oliveira e Amâncio (2009), a partir dos anos de 1980, com o surgimento de eventos como a globalização, a crise nacional do desenvolvimento e a limitação da atuação dos estados, os governos locais foram obrigados a desenvolver indicadores capazes de proporcionar análise das realidades locais, com objetivo de buscar respostas aos problemas que até então não faziam parte de suas agendas.

A utilização de indicadores que reflitam a realidade social e econômica no âmbito municipal se revela como importante ferramenta para o acompanhamento e a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades locais. No entendimento de Jannuzzi (2001), esses indicadores podem ser classificados como simples, ou seja, aqueles que se referem somente a um aspecto da realidade, ou ainda podem avaliar vários aspectos, pela junção de dois ou mais indicadores simples, definido pelo autor como um indicador composto ou sintético.

Ainda, segundo o mesmo autor, os indicadores podem ser utilizados para várias funções, dentre elas:

Subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2014, p. 20).

Logo, este capítulo tem como finalidade a elaboração de um índice de desempenho econômico e social, que permita avaliar aspectos relacionados à economia, educação, saúde e habitação de Imperatriz, e com isso, possibilitar a mensuração do nível de desenvolvimento do município.

3.1 Aspectos metodológicos para elaboração do Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz

Neste tópico, descrevem-se os aspectos metodológicos adotados para construção do Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz, o IDESI, como ferramenta de pesquisa criada para retratar a realidade do município, em que são traçados os procedimentos que foram empregados para atender à problemática central e aos objetivos propostos neste estudo. Nesta etapa, estão destacados e descritos os elementos metodológicos, as variáveis estudadas e o modo como os dados provenientes da pesquisa foram tratados e analisados.

De acordo Sepúlveda (2005), a construção de um índice de desenvolvimento permite analisar e avaliar o desempenho da unidade estudada em determinado período, sendo utilizado, para tanto, indicadores representativos de várias dimensões, neste caso, a unidade a ser avaliada pode ser um país, uma região, uma bacia, um distrito, uma comunidade, um setor ou um município.

Para definição das dimensões e variáveis utilizadas na construção do IDESI, teve-se como referência o modelo Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Estados Brasileiros e dos Municípios, proposto por Martins e Cândido (2008), procurando adequar as dimensões ao objeto de estudo, além da inclusão de alguns indicadores, por se caracterizarem como significativos para análise do desempenho econômico e social do município de Imperatriz.

O Quadro 2 apresenta as dimensões e respectivas variáveis utilizadas na construção do IDESI.

Quadro 2 – Dimensões e variáveis para construção do IDESI

DIMENSÕES	DESCRIÇÕES	TEMAS	VARIÁVEIS
ECONÔMICA	Possibilita um conjunto de informações relacionadas aos objetivos ligados ao desempenho econômico e financeiro e aos rendimentos da população.	Agregação de Valor econômico	Evolução do ICMS <i>per capita</i>
			Evolução do ISSQN <i>per capita</i>
			Evolução da receita corrente <i>per capita</i>
		Dinamismo econômico	Crescimento do PIB a preços correntes
			Evolução dos empregos formais
			Evolução dos estabelecimentos empresariais
			Evolução do PIB <i>per capita</i>
			Remuneração média dos trabalhadores formais em 31/12
			Participação da indústria no PIB
SOCIAL	Possibilita um conjunto de informações sobre os aspectos sociais que influenciam na qualidade de vida da população e no acesso aos serviços oferecidos à população.	Educação	IDEB da Rede Pública - anos iniciais (4ª série / 5º ano)
			IDEB da Rede Pública - anos Finais (8ª série / 9º ano)
			Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Fundamental
			Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Médio
			Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Fundamental
			Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Médio
		Saúde	População atendida por Agentes Comunitários de Saúde
			População atendida por Equipes de Saúde Bucal
			População atendida por Equipes de Saúde da Família
			Imunização nascidos vivos com baixo peso até 2.550kg
			Imunização nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal
			Número de leitos hospitalares SUS
			Mortalidade infantil até 1 ano de idade
			Mortalidade por causas externas (acidentes e violência)
			Mortalidade por acidentes de transportes
			Habitação
		População atendida com sistema de esgotamento sanitário	
		População com acesso à coleta de lixo doméstico	

Fonte: Adaptado de Martins e Cândido (2008).

Ao iniciar a análise, catalogaram-se os dados necessários para formação dos indicadores que compõem o IDESI, sendo os mesmos coletados e tratados para posterior cálculo das dimensões e variáveis, de acordo com a metodologia apresentada.

O Quadro 3 demonstra as fontes consultadas para obtenção de cada indicador.

Quadro 3 – Fontes consultadas para elaboração do IDESI

VARIÁVEIS	ESPECIFICAÇÕES	Ano base
	Dimensão Econômica	
Evolução do ICMS <i>per capita</i>	Fonte: Finanças do Brasil (FINBRA) – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Evolução do ISSQN <i>per capita</i>	Fonte: Finanças do Brasil (FINBRA) – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Evolução da receita corrente <i>per capita</i>	Fonte: Finanças do Brasil (FINBRA) – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Crescimento do PIB a preços correntes	Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) - Produto interno bruto dos municípios. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938 . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2016
Evolução dos empregos formais	Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) –Bases Estatísticas RAIS e CAGED- RAIS vínculo. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Evolução dos estabelecimentos empresariais	Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) –Bases Estatísticas RAIS e CAGED- RAIS Estabelecimento. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Evolução do PIB <i>per capita</i>	Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/38/46996 . Acesso em: 05 mar. 2018.	2008 a 2016
Remuneração média dos trabalhadores formais em 31/12	Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) –Bases Estatísticas RAIS e CAGED- RAIS vínculo. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Participação da indústria no PIB	Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) - Produto interno bruto dos municípios. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938 . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2016
Dimensão Social		
IDEB da Rede Pública - anos iniciais (4ª série / 5º ano)	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/ . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
IDEB da Rede Pública - anos Finais (8ª série / 9º ano)	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/ . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017

ano)		
Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Fundamental	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Indicadores Educacionais. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Médio	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Indicadores Educacionais. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Fundamental	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Indicadores Educacionais. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Médio	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Indicadores Educacionais. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
População atendida por Agentes Comunitários de Saúde	Fonte: Ministério da Saúde – Informações e Gestão da Atenção Básica. Disponível em: < https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
População atendida por Equipes de Saúde Bucal	Fonte: Ministério da Saúde – Informações e Gestão da Atenção Básica. Disponível em: < https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
População atendida por Equipes de Saúde da Família	Fonte: Ministério da Saúde – Informações e Gestão da Atenção Básica. Disponível em: < https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Nascidos vivos com baixo peso até 2.550kg	Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS) – Informações de Saúde TABNET. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02 >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal	Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS) – Informações de Saúde TABNET. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02 >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Número de leitos hospitalares SUS	Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS)– Informações de Saúde TABNET. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02 >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Mortalidade infantil até 1 ano de idade	Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS)– Informações de Saúde TABNET. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02 >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017

Mortalidade por causas externas (acidentes e violência)	Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS)– Informações de Saúde TABNET. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02 >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
Mortalidade por acidentes de transportes	Fonte: Ministério da Saúde (DATASUS) – Informações de Saúde TABNET. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02 >. Acesso em: Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
População com acesso ao sistema de abastecimento de água	Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS) - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Disponível em: http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/# . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
População atendida com sistema de esgotamento sanitário	Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS) - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Disponível em: http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/# . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017
População com acesso à coleta de lixo doméstico	Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS) - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Disponível em: http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/# . Acesso em: 05 set. 2019.	2008 a 2017

Fonte: Elaboração própria (2020).

Após a coleta dos dados, e de acordo com a metodologia apresentada por Sepúlveda (2005), definiu-se a relação que cada variável teve com o desenvolvimento local. Desta forma, a regra para definição da relação foi a seguinte: se o aumento do valor da variável resultou em melhoria do sistema, considerou-se relação positiva, por outro lado, se o aumento da variável resultou em piora da situação, obteve-se relação negativa.

Ao ponderar as definições supracitadas, determinou-se o tipo de relação (positiva/negativa) para cada uma das variáveis, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Relação positiva e negativa de cada variável

DIMENSÕES	TEMAS	VARIÁVEIS	Relação Positiva / Negativa	
ECONÔMICA	Agregação de valor econômico	Evolução do ICMS <i>per capita</i>	Positiva	
		Evolução do ISSQN <i>per capita</i>	Positiva	
		Evolução da receita corrente <i>per capita</i>	Positiva	
	Dinamismo Econômico		Crescimento do PIB a preços correntes	Positiva
			Evolução dos empregos formais	Positiva
			Evolução dos estabelecimentos empresariais	Positiva
			Evolução do PIB <i>per capita</i>	Positiva
			Remuneração média dos trabalhadores formais em 31/12	Positiva
			Participação da indústria no PIB	Positiva
		IDEB da Rede Pública - Anos iniciais (4ª série / 5º ano)	Positiva	

SOCIAL	Educação	IDEB da Rede Pública - Anos Finais (8ª série / ao 9º ano)	Positiva
		Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Fundamental	Negativa
		Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Médio	Negativa
		Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Fundamental	Negativa
		Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Médio	Negativa
	Saúde	População Atendida por Agentes Comunitários de Saúde	Positiva
		População Atendida por Equipes de Saúde Bucal	Positiva
		População Atendida por Equipes de Saúde da Família	Positiva
		Nascidos vivos com baixo peso até 2.550kg	Negativa
		Nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal	Positiva
		Número de leitos hospitalares SUS	Positiva
		Mortalidade infantil até 1 ano de idade	Negativa
		Mortalidade por causas externas (acidentes e violência)	Negativa
		Mortalidade por acidentes de transportes	Negativa
	Habitação	População com acesso ao sistema de abastecimento de água	Positiva
		População atendida com sistema de esgotamento sanitário	Positiva
		População com acesso à coleta de lixo doméstico	Positiva

Fonte: Elaboração própria (2020).

Após esse procedimento, realizou-se a transformação das variáveis em índices, tomando-se por base a escolha da fórmula a ser utilizada, de acordo com a relação que cada variável teve com o processo de desenvolvimento local. Estas fórmulas permitiram a padronização das unidades de medidas, já que “pode ocorrer a complicação que certos indicadores tenham dados que não podem ser comparáveis com outras unidades de análise” (SEPULVEDA, 2005, p. 239).

Nessa perspectiva, as variáveis foram adaptadas a uma escala comum, utilizando a mesma metodologia definida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para calcular o IDH. Para as situações em que se

apresentaram situação positiva nos indicadores, ou seja, quanto maior, melhor; e quanto menor, pior, utilizou-se da seguinte fórmula:

$$I = (x - p) / (M - p) \quad (1)$$

Para os casos em que o indicador apresentou situação negativa, ou seja, quanto maior, pior; e quanto menor, melhor, empregou-se a fórmula:

$$I = (M - x) / (M - p) \quad (2)$$

Onde:

- I: índice calculado para cada variável no ano analisado;
- x: valor da variável em cada ano analisado;
- p: pior resultado da variável em um período determinado;
- M: melhor resultado da variável em período determinado.

Com a utilização dessas fórmulas, obtiveram-se os índices individuais para cada variável, cujos valores flutuam em uma escala de zero a um, em que o valor um representa a melhor situação. E ao contrário, o valor zero significa pior situação. Para tornar possível a comparação dos indicadores nas fórmulas 1 e 2, foi necessário dispor de valores mínimos e máximos entre todos os dados da análise. Neste caso, consideraram-se o pior e o melhor resultado observado em cada variável, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2017. Com isso, foi possível a obtenção de indicadores que refletissem as posições de cada variável, no período de tempo analisado.

Após a conversão de todas as variáveis em índices, os mesmos foram agrupados por temas e, logo após, por dimensão, pela média aritmética, chegando-se ao Índice de Desempenho Econômico (IDE) e Índice de Desempenho Social (IDS) do município de Imperatriz. O IDESI foi calculado por meio da média aritmética dos índices de desempenho das duas dimensões.

Para o cálculo do índice de cada tema e dimensão, aplicaram-se as seguintes expressões:

Para o cálculo dos Temas:

$$IT_i = (V_1 + V_2 + V_3 + \dots + V_n) / n$$

Onde:

IT_i : Índice do tema i

V_n : Variável n

n : número de variáveis

Para o cálculo das dimensões:

$$ID_i = (T_1 + T_2 + T_3 + \dots + T_n) / n$$

Onde:

ID_i : Índice da dimensão i

T_n : Tema n

n : número de Temas

Para representação dos níveis de desempenho do município em cada ano do período analisado, utilizaram-se das classificações definidas por Martins e Cândido (2008), adaptando-se para o IDESI, em que os índices são definidos da seguinte forma: valores entre 0,0000 e 0,2500 revelam o pior desempenho do período; os índices com valores entre 0,2501 e 0,5000 demonstram baixo desempenho; os índices com valores entre 0,5001 e 0,7500 indicam um desempenho bom; e, por último, os índices com valores entre 0,7501 e 1,0000 revelam o melhor desempenho do período.

O Quadro 5 mostra, através de um conjunto de cores, a classificação e representação dos índices (variação 0 e 1), conforme a escala definida.

Quadro 5 - Classificação e representação dos índices em níveis de desempenho

ÍNDICE (0 – 1)	COLORAÇÃO	NÍVEIS DE DESEMPENHO
0,0000 e 0,2500		Pior
0,2501 e 0,5000		Baixo
0,5001 e 0,7500		Bom
0,7501 e 1,0000		Melhor

Fonte: Adaptado de Martins e Cândido (2008)

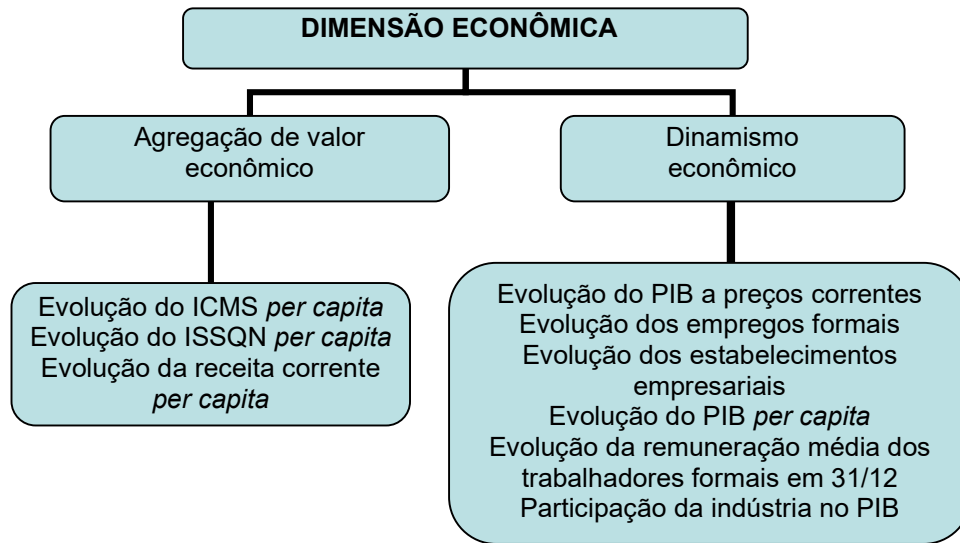
3.2 Análises das dimensões, dos temas e das variáveis do IDESI

Como o objetivo da pesquisa foi identificar e analisar os impactos socioeconômicos provenientes da implantação de uma indústria de papel e celulose, no município de Imperatriz, a análise foi efetuada de forma comparativa durante três momentos: os anos de 2008 a 2010, período anterior a chegada da indústria; os anos de 2011 a 2013, que se refere ao período de implantação; e os anos de 2014 a 2017, em que a indústria estava em funcionamento, tendo como referências os valores mínimo e máximo encontrados em cada dimensão e variáveis, em todo o período analisado.

3.2.1 Dimensão econômica

A dimensão econômica procura demonstrar o desempenho econômico e financeiro do município e os esforços da sociedade em criar uma base econômica que seja capaz de garantir geração de riqueza e equidade social. Esta dimensão orienta as decisões e a formulação de políticas públicas capazes de gerar programas e projetos com foco na melhoria da qualidade de vida da população, através do acesso às condições econômicas adequadas que atendem às necessidades de moradia, alimentação, vestuário, transporte e lazer, entre outros.

Os indicadores desta dimensão foram distribuídos em dois temas: agregação de valor econômico e dinamismo econômico, conforme Figura 3.

Figura 3 - Dimensão econômica, temas e variáveis

Fonte: Elaboração própria (2020).

3.2.1.1 Tema: Agregação de valor econômico

O Índice de Agregação de Valor Econômico evidencia o fortalecimento das atividades econômicas e as riquezas que as mesmas proporcionam ao município, através da arrecadação tributária, evidenciadas por meio do ICMS e do ISSQN. Além disso, ainda revela a capacidade da formulação de políticas públicas por habitante, através da variável Receita Corrente *per capita* (FECAM, 2018).

A variável Evolução do ICMS *per capita* considera a evolução da arrecadação do ICMS por habitante do município em relação ao ano anterior.

Apesar da arrecadação do ICMS ser de competência dos estados, 25% dos recursos devem ter como destino os municípios, é o que afirma o inciso IV, art. 157, da Constituição Federal de 1988. Os valores que cabem a cada município dependem da movimentação econômica, ou seja, do valor arrecadado em relação ao total geral do estado.

Assim, a escolha dessa variável se deu devido à importância da arrecadação do ICMS para o município, ainda que seja um imposto estadual, visto que com ele se mede o grau de riqueza do município.

O ICMS *per capita* é calculado através da razão entre o valor arrecadado pelo município e o número habitantes no respectivo ano. Para o cálculo da variável

evolução do ICMS *per capita*, utilizaram-se dos dados do Finbra–STN, referentes aos anos de 2008 a 2017, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EICMSP = ICMS_{n} - ICMS_{n-1} / ICMS_{n-1}$$

Onde,

EICMSP: Evolução do ICMS *per capita*;

ICMSP n : ICMS *per capita* no exercício;

ICMSP $n-1$: ICMS *per capita* no exercício anterior.

A variável Evolução do ISSQN *per capita* calcula o crescimento do valor arrecadado em imposto sobre serviços de qualquer natureza por habitante, em relação ao exercício anterior. Essa variável é de grande importância, visto que, nos dias atuais, percebe-se o aumento das responsabilidades do ente municipal diante das necessidades da sociedade, sendo indispensável incremento da arrecadação própria, com vistas a uma menor dependência das receitas oriundas de transferência da União e dos Estados (FECAM, 2018).

No cálculo, empregaram-se dados do Finbra – STN, referentes aos anos analisados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EISSQNP = ISSQNP_{n} - ISSQNP_{n-1} / ISSQNP_{n-1}$$

Onde,

EISSQNP: Evolução do ISSQN *per capita*;

ISSQNP n : ISSQN *per capita* no exercício;

ISSQNP $n-1$: ISSQN *per capita* no exercício anterior.

Para que um município tenha a capacidade de elaboração de políticas públicas, faz-se necessário que o mesmo disponha de boas receitas. Portanto, a variável Evolução das Receitas Correntes *per capita* objetiva evidenciar a evolução da capacidade da formulação das políticas públicas por habitante. Esse tipo de receita compreende as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes dentro do período anual (FECAM, 2018).

Para cálculo, em reais, utilizaram-se dos dados do Finbra – STN, relativos aos anos da análise, conforme fórmula a baixo:

$$ERCP = RCP_n - RCP_{n-1} / RCP_{n-1}$$

Onde,

ERCP: Evolução da Receita Corrente *per capita*;

RCP_n: Receita Corrente *per capita* no exercício;

RCP_{n-1}: Receita Corrente *per capita* no exercício anterior.

As receitas públicas municipais são constituídas por aquelas que são consideradas próprias, no caso, o ISSQN, e receitas de transferências de outros entes, como os Estados e a União, neste caso, analisou-se o ICMS *per capita* para as transferências de cunho estadual, e em relação União, incluídas no indicador Receita Corrente *per capita*. De acordo com o Quadro 6, verifica-se que no município de Imperatriz, de 2008 a 2010, houve regressão na arrecadação, principalmente com relação ao ICMS *per capita*, que nesse período caiu de “Melhor” para o “Pior” desempenho da série. Com relação ao indicador ISSQN *per capita*, apesar do baixo desempenho nos anos de 2008 e 2009, verificou-se reação na arrecadação própria, reduzindo a dependência de transferências dos outros entes.

Quadro 6 - Índice geral e das variáveis do tema Agregação de valor econômico (2008 a 2017)

Tema Agregação de valor econômico	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Evolução do ICMS <i>per capita</i>	1,0000	0,3070	0,0000	0,1707	0,4149	0,5740	0,3350	0,6598	0,9406	0,3024
Evolução do ISSQN <i>per capita</i>	0,2707	0,2095	0,5826	0,5214	1,0000	0,7565	0,0000	0,1316	0,2826	0,3927
Evolução da receita corrente <i>per capita</i>	1,0000	0,2028	0,3359	0,5263	0,4136	0,3785	0,3158	0,1608	0,5180	0,0000
Índice de agregação de valor econômico*	0,7569	0,2397	0,3062	0,4061	0,6095	0,5697	0,2169	0,3174	0,5804	0,2317

Fonte: Elaboração própria (2020).

(*) Índice encontrado a partir da média aritmética dos índices de cada variável dos temas analisados.

Legenda

Pior	Baixo	Bom	Melhor
			

Ao proceder à análise vertical dos indicadores durante os anos de 2008 e 2009, percebeu-se disparidade nas receitas, em que o primeiro foi considerado o

melhor momento, e o segundo, o pior momento das riquezas produzidas no município, destacando-se a Receita Corrente *per capita*, que teve regressão de cerca de 80% no indicador, diminuindo bastante a capacidade de investimentos e formulação de políticas públicas.

No ano de 2010, houve pequena evolução nos indicadores ISSQN e Receita Corrente *per capita*, no entanto o índice relacionado à evolução do ICMS *capita* atingiu o “Pior” comportamento da série, sendo caracterizado como momento de extremos, saindo em 2008 da melhor situação, para em 2010 atingir o menor índice durante todo o período do estudo, ou seja, de 2008 a 2017.

Na sequência, passa-se ao segundo período (2011 a 2013), caracterizado pela construção do empreendimento industrial no município. Neste período, verificaram-se os maiores percentuais de acréscimos na arrecadação do ISSQN, atingindo, de acordo com a metodologia do índice, os melhores momentos da arrecadação de responsabilidade do município. As transferências de ICMS, também, tiveram elevação considerável no período estudado, que apesar de não atingir o “Melhor” índice, foi o único período em que houve evolução constante nos índices de arrecadação do imposto, saindo em 2010 do “Pior” para um “Bom” desempenho em 2013.

Nesses termos, ao verificar a evolução desses componentes, percebeu-se comportamento contínuo de elevação na arrecadação municipal e estadual, essas, por sua vez, são espelhos do crescimento econômico ocorrido no município no período, já que se tratam de variáveis que dependem diretamente do momento econômico vivido pelo município.

Em relação às receitas correntes, no ano de 2010, ocorreu o maior acréscimo na arrecadação em relação ao ano anterior. Nos anos seguintes, houve redução dos índices, passando de “Bom” desempenho para desempenho “Baixo”. É importante salientar que o índice não reflete diminuição de receitas transferidas, mas o percentual de evolução dessas receitas em relação ao ano anterior, que nesse caso, nos anos de 2012 e 2013, sofreu retração.

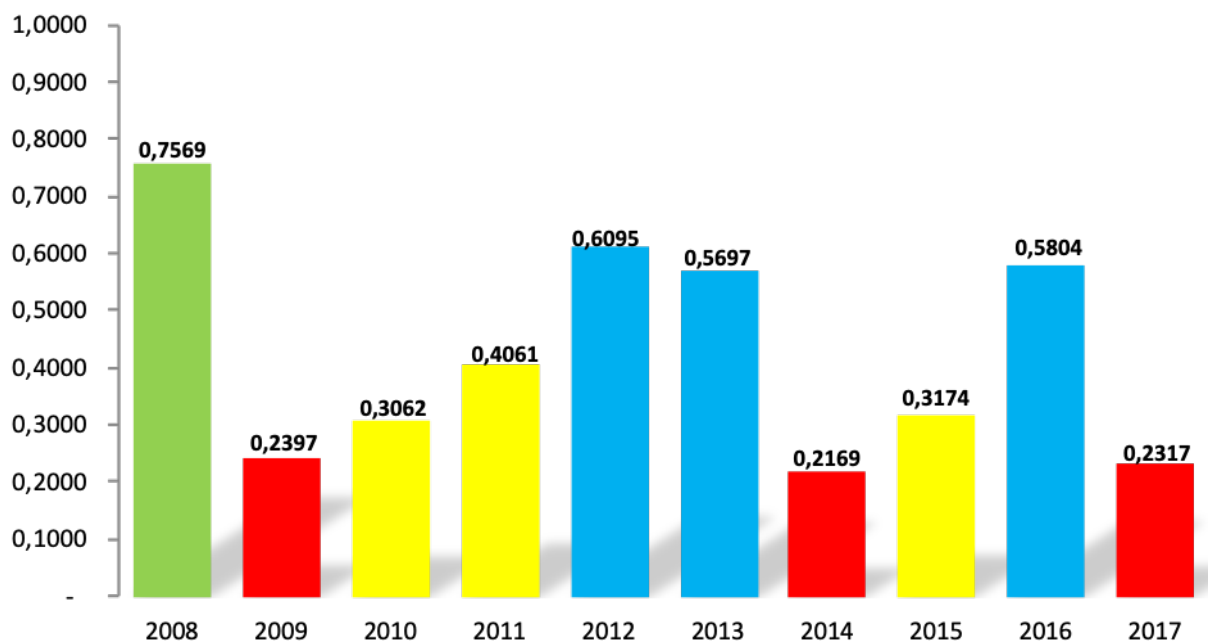
Quanto ao terceiro momento da análise, quando a indústria estava em funcionamento, no ano de 2014, houve redução nos índices de todas as variáveis, demonstrando diminuição de arrecadação no município, principalmente com relação ao ISSQN que foi conduzido nesse ano ao “Pior” desempenho de todos os anos da série. Nos anos seguintes, de 2015 até 2017, houve melhoras na arrecadação do

imposto, mas não foi suficiente para deixar o município em melhores situações, chegando ao final de 2017 com desempenho considerado “Baixo”.

Na variável Evolução do ICMS *per capita*, também, houve diminuição do índice em relação ao segundo momento, mas foi elevada ao nível “Bom” e “Melhor”, respectivamente, nos anos de 2015 e 2016, sofrendo novamente com redução no ano de 2017, encerrando a série com o mesmo nível do ISSQN, ou seja, “Baixo”. Quanto à escala que mede a evolução da receita corrente *per capita*, o terceiro momento se destacou como o mais difícil, quando nos anos de 2015 e 2017 chegou ao nível de “Pior” desempenho.

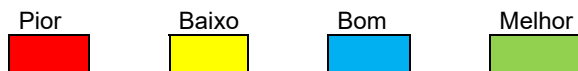
Para melhor compreensão da evolução do Índice de Agregação de Valor Econômico, o Gráfico 1 promove a visualização do que ocorreu no município de Imperatriz, no período de 2008 a 2017.

Gráfico 1 - Índice geral do tema Agregação de valor econômico (2008 a 2017)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



Na análise do Gráfico 1, o “Melhor” desempenho ocorrido no município foi no ano de 2008, tal fato pode ser atribuído às várias ações públicas desenvolvidas no cenário político e econômico nacional, quando foram adotadas pelo governo federal

medidas de estímulo ao consumo, no intuito de evitar os efeitos da crise financeira ocorrida na Europa e nos Estados Unidos. Dentre as medidas, podem-se destacar os investimentos nas cidades, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e a redução de impostos, como o IPI de veículos e alguns eletrodomésticos da linha branca da indústria. Com isso, houve aumento na arrecadação de receitas correntes da União e dos Estados, conseqüentemente, maiores repasses de recursos para o município, elevando o índice de desempenho do município nesse ano.

No ano de 2009, os efeitos das ações realizadas pelo governo não são visíveis, visto que houve grande redução no índice, atraído pelo baixo crescimento das receitas correntes e da arrecadação municipal. A partir do ano de 2010, verificou-se crescente evolução nos indicadores até ano de 2012, demonstrando que o município passou a contar com mais recursos para aplicação no bem-estar da população. Nesse período, o município passou de um “Pior” desempenho para um “Bom” desempenho.

No ano de 2014, período em que a indústria começou a funcionar, aconteceu grande recessão no município, ano em que se verificou o “Pior” momento da análise. Caracterizado por ser um período de transição entre a construção da indústria e o efetivo funcionamento desta, em que ocorreu desmobilização de pessoal e redução investimentos. Após esse período, o município deu novos sinais de crescimento, retornando, em 2016, ao mesmo desempenho da época da construção da indústria, mas regredindo em 2017. Em resumo, os indicadores que representaram a arrecadação municipal sofreram altos e baixos, indicando que o município teve momentos oscilantes, sendo o mais estável o compreendido entre os anos de 2011 a 2013, período em foi instalado o empreendimento industrial da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz.

3.2.1.2 Tema: Dinamismo econômico

O índice de Dinamismo Econômico ressalta as características e condições que estimulam a geração de renda, emprego e consumo, na perspectiva de atingir o desenvolvimento econômico sustentável do município.

A utilização do PIB na composição do IDESI teve por objetivo evidenciar a evolução dos agregados econômicos e mensurar a formação de riquezas do

município. De acordo com o IBGE, o PIB é considerado indicador que mede apenas o crescimento econômico, não tendo, portanto, a finalidade de expressar a distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Neste sentido, determinada região pode ter PIB baixo e altíssimo padrão de vida, ou PIB alto e padrão de vida baixo.

O PIB é a soma em valores monetários, de todos os bens e serviços final produzidos por um País, Estado ou Município, durante um período. Para cálculo desta variável, utilizaram-se dos dados do IBGE para o período analisado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPIB = \frac{PIB_c - PIB_{c-1}}{PIB_{c-1}}$$

Onde,

EPIB: Evolução do PIB a preços correntes;

PIB_c: PIB a preços correntes no exercício;

PIB_{c-1}: PIB a preços correntes no exercício anterior.

Na variável Evolução dos Empregos Formais, consideraram-se os indivíduos que desempenharam algum tipo de atividade remunerada formal, ou seja, aqueles que tinham carteira de trabalho assinada, no entanto, esses não refletiram o real número de pessoas empregadas no município, sendo que essa diferença correspondeu aos trabalhadores informais, ou seja, os que não possuíam registro em carteira de trabalho.

Para apresentar o desempenho da atividade econômica, no que diz respeito à criação de postos de trabalho, calculou-se a evolução dos empregos formais no município, no decorrer dos anos (FECAM, 2018). Para isso, coletaram-se dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2008 a 2017, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EEF = \frac{EF_n - EF_{n-1}}{EF_{n-1}}$$

Onde,

EEF: Evolução dos Empregos Formais;

EF_n: Evolução no exercício;

EF_{n-1}: Evolução no exercício anterior.

Para medir o dinamismo econômico do município, no que diz respeito às atividades empresariais, incluiu-se a variável que mede a Evolução dos Estabelecimentos Empresariais, a qual fomenta o crescimento de outras variáveis e o desenvolvimento sustentável do município (FECAM, 2018).

Para o cálculo, utilizaram-se dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos da análise, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EEE = EE_n - EE_{n-1} / EE_{n-1}$$

Onde,

EEE: Evolução dos Estabelecimentos Empresariais;

EE_n: Evolução dos Estabelecimentos no exercício;

EE_{n-1}: Evolução dos Estabelecimentos no exercício anterior.

Para a variável Evolução do Produto Interno Bruto *per capita*, que é a divisão do PIB municipal pelo número de habitantes no ano considerado, tem-se com objetivo verificar se houve crescimento ou redução na renda média da população do município. Assim, ocorrendo crescimento do PIB *per capita*, significa que houve aumento da renda dos habitantes em relação ao ano anterior, proporcionando maior acesso a bens e serviços.

Para o cálculo, usaram-se dados do IBGE, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPIBP = EPIBP_n - EPIBP_{n-1} / EPIBP_{n-1}$$

Onde,

EPIBP: Evolução do Produto Interno Bruto *per capita*;

EPIBP_n: Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* no exercício;

EPIBP_{n-1}: Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* no exercício anterior.

A variável que mede a Evolução da Remuneração Média dos Trabalhadores Formais, que é a média de salários nominais do município, em 31 de dezembro de cada ano, está relacionada diretamente com poder de compra dos trabalhadores e tem papel fundamental na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico. Com isso, essa variável tem como objetivo principal demonstrar a capacidade de crescimento através do consumo (FECAM, 2018).

Nesta variável, considera-se a Remuneração Média dos Trabalhadores Formais, que é a média de salários nominais do município no ano de referência. A remuneração está relacionada diretamente com o poder de compra dos trabalhadores. Em uma economia cuja base do dinamismo econômico seja o consumo ou a renda, tem papel fundamental na promoção do crescimento e no desenvolvimento econômico. Nesse caso, demonstrar a média de remuneração dos trabalhadores nos municípios tem como objetivo caracterizar a potencialidade do crescimento através do consumo

Para realizar o cálculo, utilizaram-se dos dados da RAIS e do MTE, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ERMTF = RMTF_n - RMTF_{n-1} / RMTF_{n-1}$$

Onde,

ERMTF: Evolução da Remuneração Média dos Trabalhadores Formais;

RMTF_n: Remuneração Média dos Trabalhadores Formais no exercício;

RMTF_{n-1}: Remuneração Média dos Trabalhadores Formais no exercício anterior.

A participação da indústria no PIB é calculada através da razão entre o valor adicionado da indústria de transformação e o PIB, nessa variável, é demonstrada a participação da indústria com relação ao total da economia, sendo possível verificar o nível de industrialização (BRASIL, 2018). O uso do mesmo se justifica pela necessidade de verificar qual a participação da indústria do desenvolvimento econômico do município.

Para o cálculo do percentual de participação da indústria no PIB, aplicou-se a fórmula:

$$PIPIB = VAIPIB / PIBPC$$

Onde,

PIPIB: Participação da Indústria no PIB;

VAIPIB: Valor Adicionado da Indústria em Proporção do PIB;

PIBPC: Produto Interno Bruto a Preços Correntes.

O Quadro 7 demonstra o resultado do cálculo dos indicadores referentes ao tema Dinamismo econômico. Seguindo a mesma metodologia de análise, ou seja, o período anterior e durante a construção, e depois, com a fábrica em funcionamento, apresenta-se a análise das variáveis.


Quadro 7 - Índice geral e das variáveis do tema Dinamismo econômico (2008 a 2017)

Tema Dinamismo Econômico	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Evolução do PIB a preços correntes	0,6727	0,4048	0,5328	0,4118	1,0000	0,5201	0,4647	0,2517	0,5360	0,0000
Evolução dos Empregos Formais	0,8459	0,4738	0,7330	0,8388	1,0000	0,4341	0,2882	0,0951	0,0000	0,5358
Evolução dos Estabelecimentos Empresariais	1,0000	0,6871	0,6221	0,9266	0,5757	0,6156	0,5302	0,3491	0,2721	0,0000
Evolução do PIB <i>per capita</i>	0,5997	0,4114	0,4167	0,4086	1,0000	0,5158	0,4666	0,2526	0,5395	0,0000
Evolução da Remuneração Média dos Trabalhadores Formais em 31/12	0,0000	1,0000	0,3786	0,3986	0,7435	0,5587	0,0965	0,5369	0,2437	0,5408
Participação da indústria no PIB	0,0922	0,0000	0,0390	0,0970	0,3871	0,3335	0,4622	1,0000	0,7830	0,5690
Índice de Dinamismo Econômico*	0,5351	0,4962	0,4537	0,5136	0,7844	0,4963	0,3847	0,4142	0,3957	0,2743

Fonte: Elaboração própria (2020).

(*) Índice encontrado a partir da média aritmética dos índices de cada variável dos temas analisados.

Legenda

Pior	Baixo	Bom	Melhor
			

No período anterior à implantação do empreendimento industrial no município de Imperatriz, perceberam-se os vários momentos em que os indicadores

foram considerados no nível de “Pior” desempenho, totalizando três, em seguida, os índices considerados como desempenho “Baixo”, com cinco momentos, e “Bom”, com seis períodos, e somente três períodos com indicadores considerados no “Melhor” desempenho.

No ano de 2008, verificou-se o maior crescimento da atividade empresarial, atingindo o “Melhor” índice de todos os anos, bem como houve um dos melhores índices com relação à criação de empregos formais e um “Bom” desempenho na evolução do PIB a preços correntes. Nesse ano, apesar do grande crescimento de estabelecimentos comerciais e a criação de empregos formais, a remuneração média dos trabalhadores foi a menor de todos os anos da série, atingindo o “Pior” índice. No ano de 2009, aconteceu o contrário, houve redução na criação de empresas e empregos formais, mas a remuneração média dos trabalhadores com carteira assinada foi considerada a “Melhor” de todos os anos analisados, atingindo o maior índice do período. No entanto, a boa remuneração dos trabalhadores formais não se refletiu na renda média de toda população, visto que na variável PIB *per capita* houve regressão do índice. Em 2008, a evolução do PIB *per capita* foi avaliado com desempenho “Bom”, com 0,5997 pontos, reduzindo para 0,4114 e 0,4267, nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, baixando para o nível de “Baixo” desempenho.

Com relação à variável Evolução do PIB a preços correntes, verificou-se desaceleração no crescimento de 2008 para 2009, regredindo de um índice “Bom” para “Baixo”. Em 2010, houve melhora no indicador, retornando para o mesmo desempenho obtido em 2008, ou seja, “Bom” desempenho. A participação da indústria no PIB, no período anterior à construção da indústria de celulose, foi considerada como “Pior” desempenho, seguindo nesse mesmo nível até o ano de 2011.

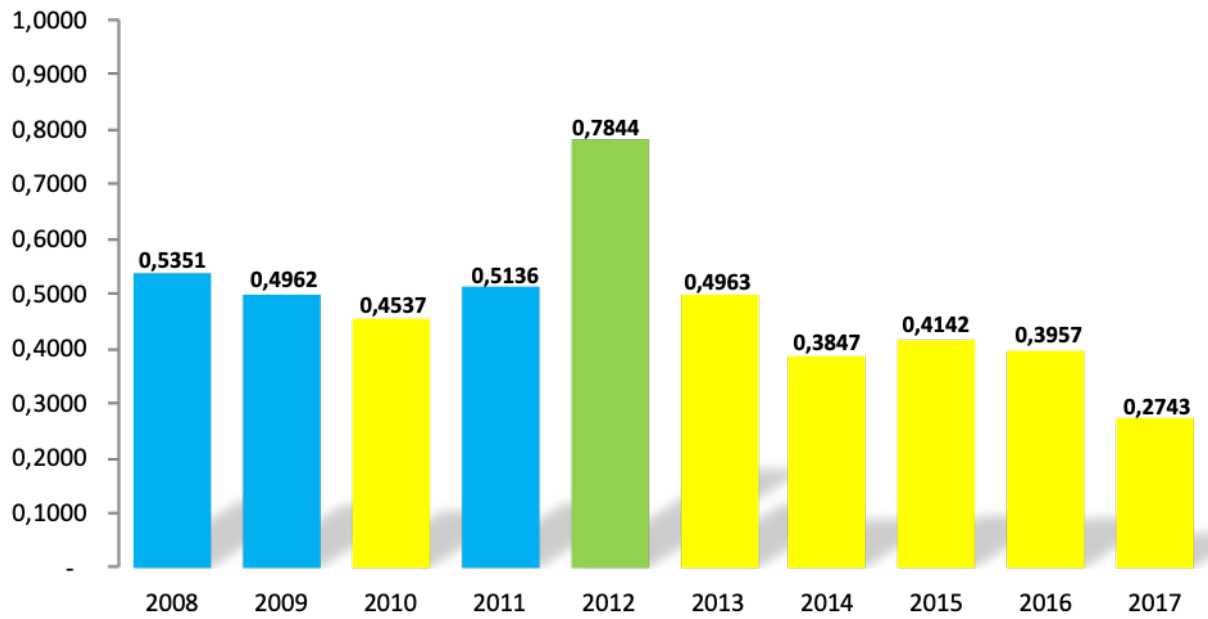
Na sequência, no segundo momento da análise, 2011 a 2013, os indicadores que representam o índice de “Pior” nível diminuíram em relação ao primeiro período, passando para apenas dois, tendo como características semelhantes a variável participação da indústria no PIB. O início desse período foi marcado pela volta do dinamismo econômico no município, representado pelo aumento das atividades empresariais e pela criação de empregos formais, voltando ao patamar de “Melhor” desempenho.

Com relação aos índices de desempenho encontrados no período, merece destaque os que representam a melhor avaliação, passando de três para cinco, com grande importância para o ano de 2012 que obteve três variáveis com melhor evolução em todos os anos da série, sendo avaliado com índice máximo para as variáveis Evolução do PIB a preços correntes, Evolução dos Empregos Formais e Evolução do PIB *per capita*. Nesse período, 2011 a 2013, apesar da redução na criação de estabelecimentos empresariais, a remuneração dos trabalhadores formais foi diretamente proporcional à evolução desses indicadores, significando que a distribuição de riquezas e rendas atingiram maior número de pessoas. Em 2012, também merece destaque a reação da participação da indústria no PIB, passando do “Pior” nível de desempenho para “Baixo” nível.

No ano de 2013, percebeu-se a redução de todas as variáveis analisadas, principalmente a que trata da evolução dos empregos formais, que regrediu para o nível “Baixo”, e a participação da indústria no PIB, que foi reduzida ao “Pior” nível. Nesse período, houve desaceleração da economia do município.

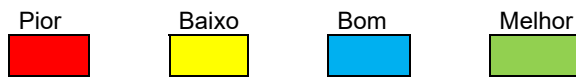
Por último, na análise do terceiro período, o início foi marcado pela redução de todos os indicadores, exceto o de participação da indústria do PIB, que em função do início das operações da indústria de celulose, o índice foi elevado, passando de 0,4662 para 1,0000, permanecendo no patamar de “Melhor” desempenho até o ano de 2017. Além disso, no pós-instalação industrial, encontraram-se sete momentos com piores avaliações, dos quais quatro com índices no menor nível de classificação. Na avaliação com melhor nível, somente a participação da indústria no PIB se consolidou até o final do período analisado.

Ao avaliar o crescimento do IDE, a partir do Gráfico 2, o ano de 2012 foi considerado o ápice do dinamismo econômico do município, sendo avaliado de acordo com a metodologia aplicada como o de “Melhor” desempenho no período. Os anos de 2008 e 2011 foram avaliados como “Bom”, enquanto os demais anos foram classificados com o desempenho “Baixo”.

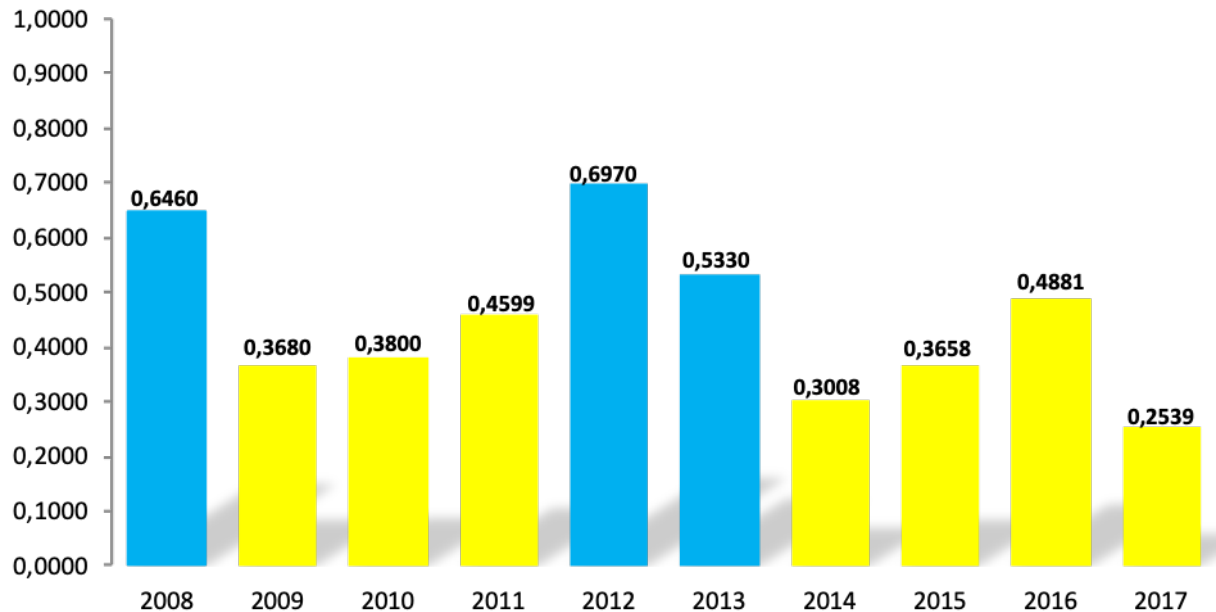
Gráfico 2 - Índice geral do tema Dinamismo econômico (2008 a 2017)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



Seguindo a metodologia proposta para construção do índice de desempenho municipal, apresenta-se o Gráfico 3, que demonstra o índice geral da dimensão econômica.

Gráfico 3 - Índice geral da dimensão econômica (2008 a 2017)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



O resultado da dimensão econômica para o município de Imperatriz, de forma geral, foi considerado satisfatório no período da construção e implantação da indústria, quando apresentou o melhor índice de todos os anos analisados, atingindo 0,6970 pontos, sendo considerado “Bom” desempenho. Conforme Gráfico 3, no ano de 2008, o desempenho do município foi considerado “Bom”, com índice de 0,6460, no entanto, em 2009, houve redução no desenvolvimento de 43%, avaliando-se como desenvolvimento “Baixo” (0,3680), permanecendo nesse nível até 2011.

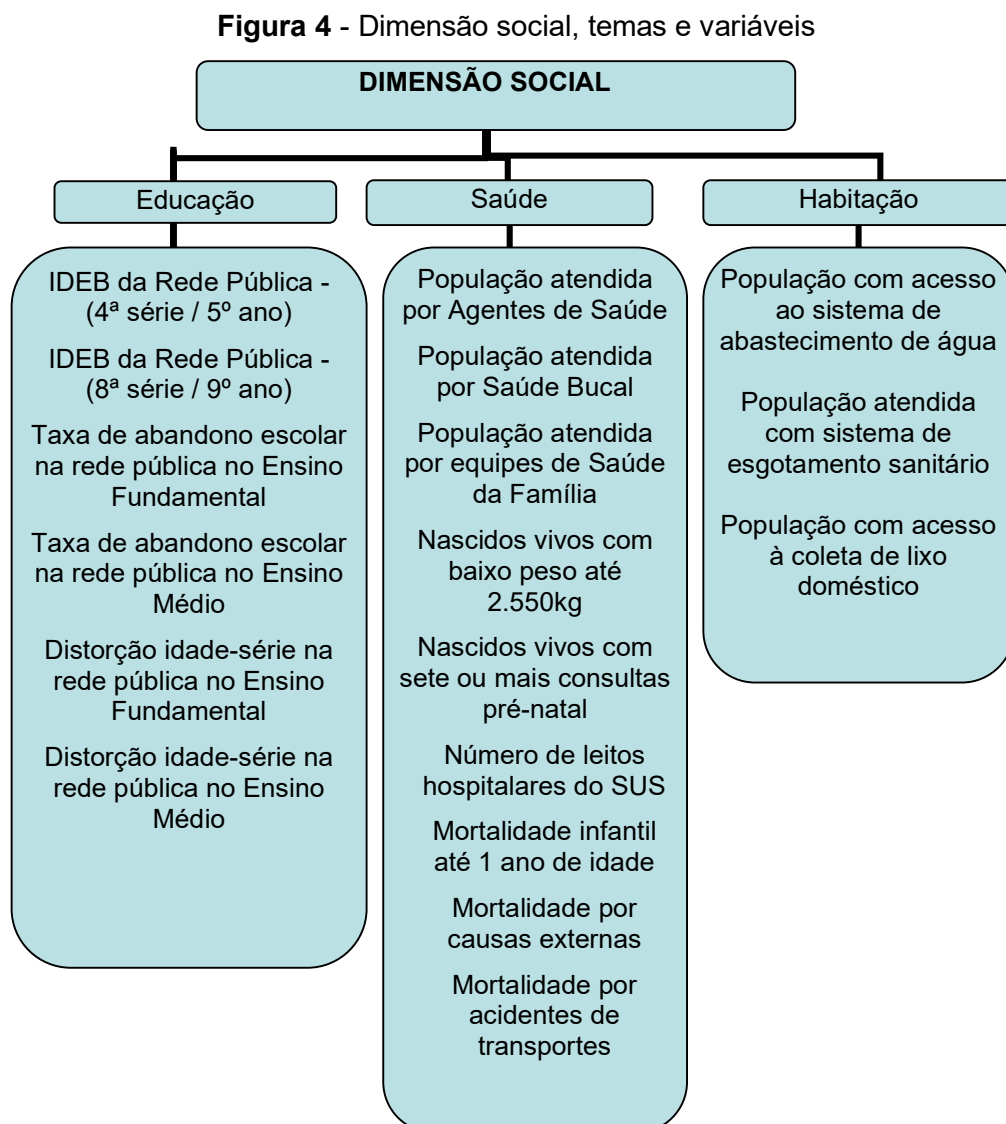
De maneira clara, apesar do município não aparecer em nenhum dos anos avaliados, na média de 0,7501 e 1,0000, consideraram-se os anos de 2012, 2008 e 2013 como período de maior desempenho, pois permaneceu com os índices acima de 0,5001, figurando com “Bom” desenvolvimento econômico. No entanto, no ano de 2014, o município retornou à categoria de nível “Baixo”, com redução de 43,5% nos índices em relação ao ano de 2013. A partir de 2015, houve melhora nos índices, contudo, no ano de 2017, o IDE foi avaliado no “Pior” momento dos anos analisados, atingindo o índice de 0,2539, sendo avaliado no “Baixo” desempenho. Isso demonstra que a instalação da indústria de celulose no município foi de grande importância para o crescimento econômico, com maior ênfase no momento da

instalação e construção, nos anos de 2011 a 2013, não sendo suficiente para perdurar durante os anos seguintes.

3.2.2 Dimensão social

A dimensão social viabiliza informações que podem influenciar na qualidade de vida da população e demonstra o nível de acesso aos serviços oferecidos pelo município. Essas informações podem nortear a formulação e implementação de políticas públicas de caráter social que possam melhorar o bem-estar da população (VASCONCELOS, 2011).

Os indicadores desta dimensão foram distribuídos em três temas: Educação, Saúde e Habitação, conforme Figura 4.



Fonte: Elaboração própria (2020).

3.2.2.1 Tema: Educação

O índice Educação tem como finalidade verificar o nível de acesso à educação de qualidade e fundamenta-se na análise de algumas variáveis que medem o nível de conhecimentos básicos, bem como a taxa de abandono e distorções da idade referente à série. A qualidade na educação deve possuir valores que contemplem não apenas a teoria, como também a qualidade do ensino, além de induzir práticas sociais para gerar programas que vinculem valores e metas de ação.

As variáveis referentes às notas do IDEB da Rede Pública 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano medem a taxa de aprovação e desempenho médio dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática, sendo indicador de qualidade educacional que combina informações da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Neste sentido, essa variável considera a nota obtida no IDEB, no período analisado, através de dados extraídos do portal do INEP, nos anos em que o índice foi divulgado, no período de 2008 a 2017. O IDEB é calculado sempre nos anos ímpares, quando é realizada a avaliação nacional.

De acordo com a FECAM (2018), um dos principais problemas da educação brasileira é o abandono escolar. Todos os anos, grande quantidade de alunos inicia, mas não conclui o ano letivo. Nesta perspectiva, incluiu-se no tema Educação a variável que tem como objetivo medir a taxa de abandono escolar na rede pública do município. Esta variável foi dividida em dois grupos: Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Com relação à variável distorção idade-série na rede pública de ensino, a mesma está relacionada ao percentual de estudantes que estão cursando séries inferiores àquelas recomendadas para idade no Ensino Fundamental ou Médio. Assim, o sistema educacional brasileiro possui adequação teórica entre a idade e a série do aluno, sendo possível verificar a idade adequada para cada série. No Brasil, a distorção idade-série se configura quando essa defasagem é igual ou superior a dois anos (INEP, 2016).

De acordo com Vidal, Costa e Vieira (2007), o estudo da distorção de idade-série é importante para política de educação, visto que tem impacto sobre a eficiência e a eficácia do sistema educacional, ao se relacionar com as taxas de

reprovação e de repetência e as condições de infraestrutura que influenciam no desempenho dos alunos.

A variável foi dividida em dois grupos: Ensino Fundamental e Ensino Médio, cujos dados foram obtidos no portal do INEP para cada ano analisado. Os valores foram calculados através da razão entre o número de alunos com idade superior no respectivo ano e o número de matrículas no Ensino Fundamental e Médio.

Portanto, com base nos resultados encontrados e expostos no Quadro 8, segue a análise das variáveis que compõem o tema Educação.

Observou-se que nos 10 anos que compreenderam o estudo, os valores das variáveis foram crescentes, o que significa que houve melhoria na qualidade educacional do município, fato que contribui para redução das desigualdades sociais.

Quadro 8 – Índice geral e das variáveis do tema Educação (2008 a 2017)

Tema: Educação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
IDEB da rede pública - Anos iniciais (4ª série / 5º ano)	...	0,000	...	0,100	...	0,300	...	0,800	...	1,000
IDEB da rede pública - anos finais (8ª série / ao 9º ano)	...	0,000	...	0,333	...	0,000	...	0,833	...	1,000
Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Fundamental	0,0000	0,708	0,458	0,542	0,667	0,625	0,458	0,792	0,792	1,000
Taxa de abandono escolar na rede pública no Ensino Médio	0,0000	0,314	0,229	0,343	0,421	0,557	0,636	0,700	0,664	1,000
Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Fundamental	0,346	0,256	0,0000	0,026	0,154	0,372	0,500	0,628	0,885	1,000
Taxa de distorção idade-série na rede pública no Ensino Médio	0,492	0,222	0,000	0,222	0,492	0,690	0,889	1,000	0,960	1,000
Índice de Educação*	0,210	0,250	0,172	0,261	0,434	0,424	0,621	0,792	0,825	1,000

Fonte: Elaboração própria (2020).

(*) Índice encontrado a partir da média aritmética dos índices de cada variável dos temas analisados.

Legenda

Pior	Baixo	Bom	Melhor
			

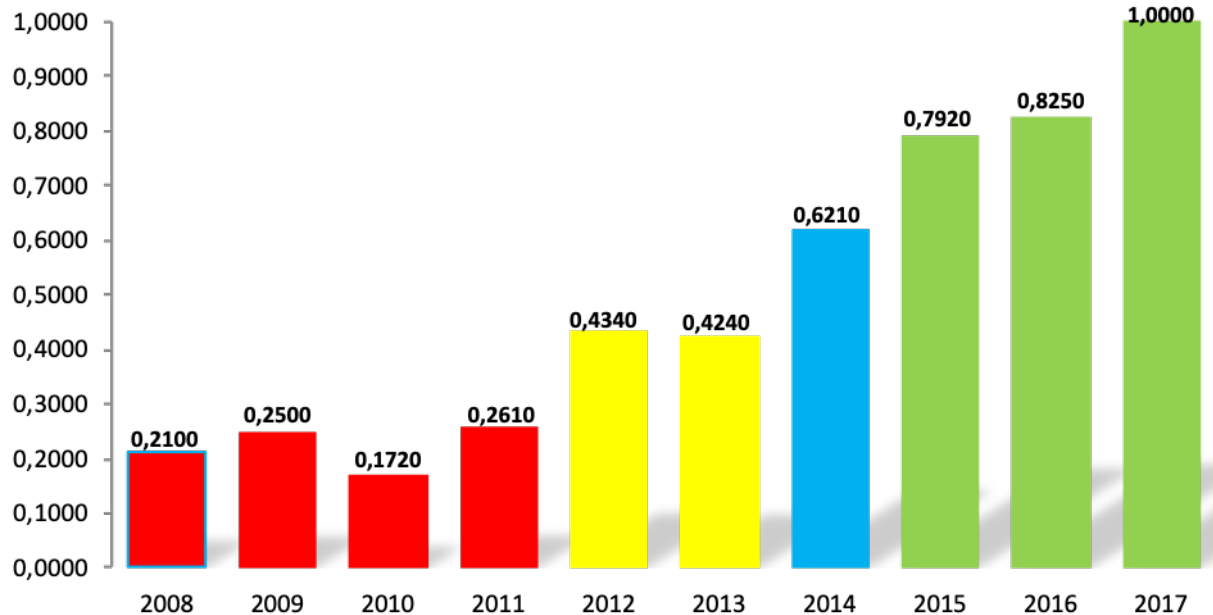
No Quadro 8, verificou-se que para o ano de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016, não constam valores para os índices que se referem à nota do IDEB nos anos iniciais e finais. A explicação para isto está na ausência de dados para as variáveis, visto que os resultados do IDEB são divulgados de dois em dois anos.

Ao se observar os resultados das variáveis dos primeiros três anos, constatou-se que foi o período em que o município apresentou o pior momento na qualidade educacional, sendo avaliado com oito indicadores considerados de “Pior” situação, sendo quatro classificados na nota mínima, ou seja, 0,000. Nesse período, destaca-se a taxa de distorção idade-série dos alunos do Ensino Médio, que em 2009 e 2010 obtiveram os piores resultados. Com relação à taxa de abandono escolar, os piores resultados ocorreram com os alunos do Ensino Médio, avaliados no “Pior” desempenho, nos anos de 2008 e 2010.

Para o segundo período da análise, 2011 a 2013, os índices apresentaram valores crescentes, significando melhora em todos as variáveis, contribuindo para melhora no desempenho educacional do município. Ao observar os resultados, percebeu-se elevação em quase todas as variáveis nos anos analisados, sendo que apenas na variável referente ao IDEB dos anos finais, houve regressão do indicador. Nesse período, o destaque é para o indicador que avalia a taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental da rede pública, que foi avaliado na categoria de “Bom” para os três anos.

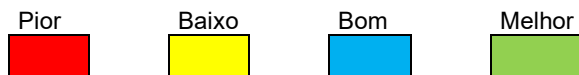
No último período da análise, 2014 a 2017, não houve indicador avaliado como de “Pior” situação. Nesse período, houve elevação dos índices em todas as variáveis, principalmente no ano de 2017, em que todos os indicadores foram avaliados com nota 1,000, sendo considerado o “Melhor” momento do município em todo o período.

No Gráfico 4, verifica-se evolução dos indicadores educacionais no município analisado.

Gráfico 4 - Índice geral do tema Educação (2008 a 2017)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



No período de 2008 a 2010, o município de Imperatriz se encontrou avaliado na faixa de “Pior” situação. A partir de 2011, houve evolução absoluta nos indicadores de educação, atingindo, em 2013, “Baixo” desenvolvimento. No último período da análise, houve crescente nos indicadores que avaliam a educação municipal, proporcionando nível de desenvolvimento avaliado na melhor situação, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

3.2.2.2 Tema: Saúde

O tema Saúde tem como objetivo o auxílio na tomada de decisões quanto aos investimentos públicos no município. Além de ser direito social e fundamental, para realização deste, faz-se necessária a ação de outros setores sociais e econômicos, sendo de competência comum de todos os entes, por meio de cooperação técnica e financeira.

A avaliação do tema Saúde foi composta por oito variáveis, em que se buscou expressar o nível de cuidado do município para com os cidadãos, por meio da atenção preventiva e de cuidados precoces, a sobrevivência infantil, a cobertura

do atendimento pré-natal, os leitos hospitalares disponíveis, o risco de morte de nascidos vivos, no primeiro ano de vida, bem como os níveis de mortalidade por acidentes e violência e de transportes.

Nessa perspectiva, a primeira variável analisada foi com relação ao percentual da população atendida por agentes comunitários de saúde. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi implantado pelo MS, em 1991, e faz parte da Estratégia Saúde da Família (ESF), tendo como objetivo principal buscar alternativas para melhoria das condições de saúde das comunidades (FECAM, 2018).

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) trabalham desde o cadastramento até a orientação das famílias da área que atuam, sendo formados por pessoas da própria comunidade, desenvolvendo ações que integram as equipes de saúde e a população da localidade, atividades de promoção de saúde e prevenção de doenças graves. Por isso, realizou-se a escolha desta variável, importante fator de prevenção da saúde, principalmente para populações mais carentes (FECAM, 2018).

Para o cálculo do índice referente ao percentual da população atendida por agentes comunitários de saúde, consideraram-se os dados coletados no portal e-Gestor do Ministério da Saúde, no período analisado, sendo calculado pela razão entre o número de ACS e a população total do município.

Da mesma forma, com intuito de avaliar o atendimento da população, bem como a qualidade dos serviços disponibilizados e o cuidado com a saúde bucal, incluiu-se, para formação do índice de saúde, o percentual da população atendida por equipes de saúde bucal, sendo os dados coletados no portal do Ministério da Saúde.

Na mesma linha dos indicadores anteriores, incluiu-se, também, no tema Saúde o indicador que mede o número de habitantes atendidos pelas equipes de Saúde da Família. De acordo com o Ministério da Saúde (2017), a Estratégia de Saúde da Família é composta por vários profissionais, que deve ter, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, devendo atuar em ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos

mais frequentes. Esta variável foi escolhida para compor o índice do tema Saúde pela relevância para qualidade dos serviços de saúde ofertados.

Para o cálculo desta variável, considerou-se o percentual da população atendida por equipes de Saúde da Família, no período do estudo, de acordo com dados coletos no portal e-Gestor do Ministério da Saúde.

Ainda no tema relacionado à saúde, avaliou-se o percentual de nascidos vivos com baixo peso em relação ao total de pessoas nascidas nos anos considerados na pesquisa. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o baixo peso é considerado para crianças que nasceram com peso inferior a 2.500 gramas.

De acordo com a Rede Interagencial de Informações da Saúde (RIPSA) (2008), “o baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intrauterino ou prematuridade”, e ainda ser uma combinação dos dois fatores. O órgão ainda enfatiza que “as proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil” (RIPSA, 2008, p. 218).

Desse modo, calculou-se o total de nascidos vivos com baixo peso até 2.550kg, no período do estudo, sendo os dados obtidos no portal do DATA SUS do Ministério da Saúde, de acordo com a fórmula:

$$PNVBP = NVBP / NV$$

Onde,

PNVBP: Percentual de Nascidos Vivos com Baixo Peso no ano;

NVBP: Nascidos Vivos com Baixo Peso no ano;

NV: Nascidos Vivos no ano.

No tema da saúde, ainda, verificou-se o percentual de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal em relação ao número total de nascidos vivos, no município. De acordo com a FECAM (2018), o pré-natal é de grande importância para o desenvolvimento do bebê. Nas consultas de pré-natal, é realizado acompanhamento através de exames diversos, como anemia, diabetes, além de orientações sobre vacinas e cuidados com a criança. O pré-natal é oferecido gratuitamente pelo SUS e realiza-se por meio de consultas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Para o cálculo da variável, aplicou-se a fórmula:

$$PNV7C = NV7C / NV$$

Onde,

PNV7C: Percentual de Nascidos Vivos com sete ou mais consultas de pré-natal;

NV7C: Nascidos Vivos com sete ou mais consultas de pré-natal no ano;

NV: Nascidos Vivos no ano.

Outra variável importante no tema saúde é a que trata do número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS existentes no município, a mesma mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares e a população residente no município, identificando situações de desigualdade e situações que necessitam de ações específicas do governo, expressando o nível de atenção dado aos serviços de saúde para população.

Para elaboração do índice, considerou-se o número de leitos disponíveis para cada mil habitantes nos anos analisados, de acordo com a fórmula:

$$NLHD = NLD / PTR \times 1.000$$

Onde,

NLHD: Número de leitos hospitalares disponíveis por mil habitantes;

NLD: Número médio anual de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS;

PTR: População total residente.

Outra variável demonstrada no índice de saúde foi a referente à mortalidade infantil, a qual indica o risco de morte de nascidos vivos no primeiro ano de vida. As elevadas taxas de mortalidade infantil são reflexos de baixos níveis de saúde e desenvolvimento socioeconômico, bem como da qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil.

Para cálculo dessa variável, utilizaram-se dos dados de mortalidade infantil e de nascidos vivos, ambos do DATASUS – MS, referentes ao ano de 2017 a 2018, sendo utilizada a fórmula:

$$MIF = MIN / NV \times 1.000$$

Onde,

MIF: Mortalidade Infantil;

MIN: Mortes Infantis;

NV: Nascidos Vivos.

Ainda sobre o nível de mortalidade no município de Imperatriz, inseriu-se no tema Saúde a variável que verifica o número de óbitos por causas externas. De acordo com o MS, dentre as mortes por causas externas, estão aquelas relacionadas a acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, em conjunto, essas respondem por cerca de dois terços dos óbitos por causas externas no Brasil. Essa variável reflete aspectos culturais e de desenvolvimento socioeconômico, de acordo com os de fatores de risco de cada tipo de acidente ou violência.

Para essa variável, extraíram-se dados de mortalidade por causas externas e de óbitos total, ambos do DATASUS – MS, referentes aos anos de 2017 a 2018. A variável foi calculada de acordo com a fórmula:

$$MCE = MCA / TH \times 100.000$$

Onde,

MCE: Mortalidade por Causas Externas;

MCA: Número de Óbitos de Residentes por Causas externas;

TH: Total de Habitantes no ano analisado.

Com relação à variável mortalidade por acidente de transportes, a inclusão na composição do índice se justifica pelo elevado número de acidentes por transportes que ocorrem no município, principalmente com motocicletas, causando a morte de várias pessoas no trânsito. Esse tipo de mortalidade é um dos aspectos

que ameaçam a segurança física dos cidadãos, sendo considerado problema que relacionado com os aspectos de educação e de cidadania, poderá ser evitado.

Para o cálculo dessa variável, obtiveram-se dados do DATASUS – MS, tomando-se por base o número de óbitos por acidentes de transporte e a população total existente em determinado ano. O valor do indicador corresponde à divisão da primeira variável pela segunda e multiplicado por 100.000, obtendo-se o número de óbitos para cada 100 mil habitantes, de acordo com a fórmula a seguir:

$$MAT = OAT / TH \times 100.000$$

Onde,

MAT: Mortalidade por Acidentes de transportes;

OAT: Número de Óbitos por Acidentes de Transportes no ano;

TH: Total de Habitantes no ano analisado.

Quando se trata do tema Saúde, diferentemente do que ocorreu com o tema educação, não houve crescimento contínuo dos indicadores. Esse tema foi caracterizado pelas constantes alterações nos níveis de desempenho das variáveis. A visualização desse diagnóstico pode ser verificada no Quadro 9.

Quadro 9 - Índice geral e das variáveis do tema Saúde (2008 a 2017)

Tema: Saúde	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População atendida por Agentes Comunitários de Saúde	1,000	0,863	0,719	0,531	0,442	0,253	0,243	0,152	0,024	0,000
População atendida por equipes de Saúde Bucal	0,000	0,305	1,000	0,310	0,232	0,153	0,744	0,020	0,645	0,601
População atendida por equipes de Saúde da Família	1,000	0,602	0,915	0,299	0,230	0,163	0,087	0,044	0,000	0,274
Nascidos vivos com baixo peso até 2.550kg	1,000	0,784	0,000	0,254	0,791	0,418	0,418	0,284	0,052	0,224
Nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal	0,000	0,268	0,256	0,349	0,391	0,087	0,673	1,000	0,874	0,859
Número de leitos hospitalares SUS	0,394	0,254	0,254	0,394	0,000	0,563	0,437	0,423	1,000	0,944
Mortalidade infantil até 1 ano de idade	0,000	0,597	0,550	0,843	0,853	0,698	0,894	1,000	0,814	0,711
Mortalidade por causas externas (acidentes e violência)	0,338	1,000	0,970	0,946	0,085	0,657	0,000	0,426	0,290	0,381
Mortalidade por acidentes de transportes	0,645	0,901	0,648	0,393	0,000	0,371	0,436	0,561	1,000	0,589
Índice de Saúde*	0,486	0,619	0,590	0,480	0,336	0,374	0,437	0,434	0,522	0,509

Fonte: Elaboração própria (2020).

(*) Índice encontrado a partir da média aritmética dos índices de cada variável dos temas analisados.

Legenda

Pior	Baixo	Bom	Melhor
			

Verificou-se, no Quadro 9, a grande variação ocorrida nos indicadores que compõem o tema Saúde no município de Imperatriz. Com relação aos indicadores que avaliam o percentual de pessoas atendidas por agentes de saúde, pelos programas de Saúde Bucal e Saúde da Família, observou-se que no período anterior à construção do fábrica da Suzano, ou seja, de 2008 a 2010, esses indicadores apresentaram, em maioria, níveis de desempenho avaliados na categoria de “Melhor”, apresentando cinco indicadores nessa faixa de avaliação. Apenas a variável que trata das equipes de Saúde Bucal apresentou índice no “Pior” nível. No entanto, verifica-se que essa variável apresentou evolução no ano de 2013, atingindo a faixa de “Melhor” desempenho. No período de 2011 a 2013, essas variáveis tiveram os índices reduzidos, principalmente os que tratam da população

atendida por equipes de Saúde Bucal e pelo Programa Saúde da Família, obtendo índices avaliados na “Pior” situação, ou seja, entre 0,000 e 2,500. No mesmo período, o indicador referente à cobertura de agentes de saúde também foi reduzido, sendo avaliado como “Baixo”.

Ainda referente aos indicadores citados, aponta-se, no Quadro 9, a quantidade de indicadores avaliados como “Pior” faixa no período de 2014 a 2017, principalmente quando se trata da cobertura de agentes de saúde, sendo avaliado como “Pior” nível em todos os anos. Nesse período, a cobertura do Programa Saúde da Família também não foi bem avaliada, sendo classificada no nível de “Pior” e “Baixo”. Apenas a cobertura de saúde bucal conseguiu aumentar o índice, atingindo nível “Bom” ao final de 2017.

Ainda em relação ao tema Saúde, o Quadro 9 demonstra algumas variáveis que tratam da assistência à população infantil do município. Quando se tratam das variáveis mortalidade infantil e nascidos vivos com sete ou mais consultas, verificou-se que entre 2008 e 2010, visualizaram-se indicadores com os menores índices de desempenho, sendo avaliados nas faixas de “Pior” e “Baixo” nível, sendo caracterizado como o período em houve menor atendimento à gestante nos serviços de saúde e maior taxa de mortalidade infantil.

No período seguinte, 2011 a 2013, observou-se pequena elevação nessas variáveis, mas que não foi o suficiente para elevar a classificação dos índices, permanecendo nas mesmas faixas de desempenho. No terceiro período da análise, observou-se que essa realidade começou a ser modificada, em 2014, os índices começaram a apresentar sinais de melhoras, sendo avaliado como “Bom” desempenho, prosseguindo para os anos de 2015 até 2017, classificados na “Melhor” faixa de análise, ou seja, entre 0,7501 e 1,000 pontos. Conseqüentemente, nesse período, houve maior número de gestantes atendidas e regressão da taxa de mortalidade infantil.

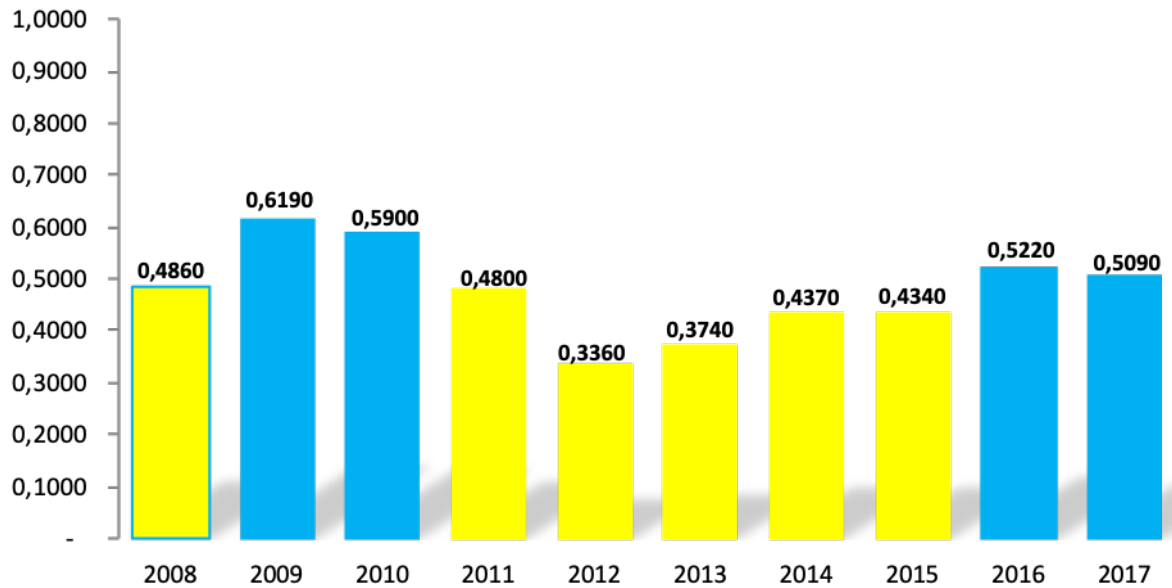
Prosseguindo a análise sobre a assistência infantil, merece destaque a variável que trata dos nascidos vivos com baixo peso até 2.550kg, em que os resultados dos indicadores foram inversamente proporcionais aos anteriores. Nesse sentido, verificou-se que, no início do período do estudo, esse indicador foi avaliado no “Melhor” nível e, nos anos finais, classificados na “Pior” avaliação. Esses resultados refletem a má qualidade dos serviços oferecidos à população, visto que

somente o aumento da quantidade de consultas de pré-natal não foi suficiente para reduzir a quantidade de crianças nascidas com baixo peso.

Na formação do índice de saúde, verificaram-se as variáveis referentes à mortalidade por causas externas e, especificamente, às causadas por acidentes de transportes. De acordo com o Quadro 9, o período de 2008 a 2010 foi o momento em que se verificaram os melhores indicadores para esse tipo de ocorrência, sendo os resultados classificados, em maioria, em níveis “Bom” e “Melhor” desempenho. Isso significa que nesse período obtiveram-se menores ocorrências de mortalidade por causas externas e acidentes de transportes. No período de 2011 a 2013, os resultados não foram considerados satisfatórios, principalmente no ano de 2012, em que os índices foram avaliados como de “Pior” situação. Esse resultado tem relação com o grande número de pessoas que chegaram no município para trabalhar na construção da indústria, elevando os índices de mortalidade, sobretudo, os relacionados a acidentes de transportes.

No período de 2014 a 2017, os índices relacionados a mortes por causas externas foram bastante reduzidos, sendo avaliados, em 2014, em “Pior” nível, e de 2015 a 2017, com “Baixo” desempenho. Em relação ao índice de mortes por transportes, houve melhora no índice, mas isso se deu não pela melhora da qualidade dos serviços, mas pela desmobilização da construção da fábrica.

Para avaliação geral do tema Saúde, elaborou-se o Gráfico 5, demonstrando o desempenho do índice durante o período da análise.

Gráfico 5 - Índice geral do tema Saúde (2008 a 2017)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



Na avaliação geral da variável saúde, constataram-se dois extremos durante o período de análise, um antes e o outro depois da construção do empreendimento industrial da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz. Esses dois períodos foram caracterizados pela boa avaliação dos indicadores de saúde, no entanto, em nenhum dos dois foi possível verificar nível de “Melhor” qualidade nos indicadores, ou seja, entre 0,7501 e 1,0000.

Ao contrário, nos anos de 2011 a 2013, período em que a indústria estava sendo construída, os índices relacionados à saúde foram avaliados no nível de “Baixo” desempenho, demonstrando que crescimento econômico não significa necessariamente aumento da qualidade de vida.

3.2.2.3 Tema: Habitação

O tema Habitação expressa as condições de moradia, ao considerar a demanda por investimentos públicos. Essas questões incluem os domicílios que têm acesso à rede de água, que dispõem de escoamento por meio de rede de esgotos, e a população com acesso à coleta de lixo doméstico. A ausência desses elementos

diminui a qualidade de vida dos habitantes, uma vez que, preliminarmente, essa situação está relacionada ao conforto e à melhoria do padrão de vida. Assim, Vieira e Santos (2012) enfatizam que o bem-estar das pessoas não está ligado somente à posse de bens materiais, mas também ao acesso a meios que permitam o pleno desenvolvimento, principalmente os relacionados à qualidade de vida.

Nesse sentido, a primeira variável a ser avaliada no tema Habitação se refere ao percentual da população com acesso ao sistema de abastecimento de água. O acesso à água tratada é fundamental para melhora das condições de higiene e saúde. Com isso, considerou-se nesta variável apenas aquele realizado por rede geral de abastecimento, por assegurar a qualidade da água para o consumo. Essa variável expressa a razão percentual entre a população com acesso à água por rede geral, com ou sem canalização interna, e o total da população residente no município (RIPSA, 2008).

Outra variável analisada se refere à população atendida com sistema de esgotamento sanitário, na qual a existência é fundamental na avaliação das condições de saúde da população, visto que o acesso ao saneamento básico é importante para o controle e a redução de doenças. O indicador foi calculado através da razão percentual entre a população com acesso ao esgotamento sanitário e o total da população do município.

A terceira variável se refere à população com acesso à coleta de lixo doméstico. Esse indicador é de grande relevância, podendo ser associado à saúde da população e à proteção do ambiente, pois resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças, afetando o bem-estar das pessoas. Este indicador se constitui na razão percentual entre a população atendida pelos serviços de coleta de lixo e a população total do município.

De acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000), quanto mais pessoas forem atendidas por serviços públicos, maior será o nível de qualidade de vida da população. Os dados do Quadro 10 apontam em que nível os municípios de Imperatriz estão recebendo esses serviços.

Quadro 10 - Índice geral e das variáveis do tema Habitação (2008 a 2017)

Tema: Habitação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População com acesso ao sistema de abastecimento de água	0,1841	0,9323	0,000	0,0252	0,2020	0,4382	0,3447	1,0000	0,8562	0,8567
População atendida com sistema de esgotamento sanitário	1,0000	0,2911	0,1768	0,1691	0,000	0,1720	0,1806	0,1969	0,2651	0,9510
População com acesso à coleta de lixo doméstico	0,8625	0,8476	0,000	0,8801	0,6310	0,8801	0,8801	0,8801	0,9117	1,0000
Índice de Habitação*	0,6822	0,6903	0,0589	0,3581	0,2777	0,4968	0,4685	0,6923	0,6777	0,9359

Fonte: Elaboração própria (2020).

(*) Índice encontrado a partir da média aritmética dos índices de cada variável dos temas analisados.

Legenda

Pior	Baixo	Bom	Melhor
			

As variáveis do Quadro 10 dizem respeito ao tema Habitação, as mesmas tratam de importantes indicadores da gestão urbana que podem garantir o controle de doenças, da qualidade da água, da poluição dos solos e atmosférica. Conforme observado, o tema que trata sobre o acesso da população ao sistema de abastecimento de água foi avaliado na “Pior” situação durante os primeiros anos, na análise, 2008 a 2010, estendendo-se até o ano de 2012, após esse período, os indicadores melhoram de nível, sendo avaliados a partir de 2015 na “Melhor” situação.

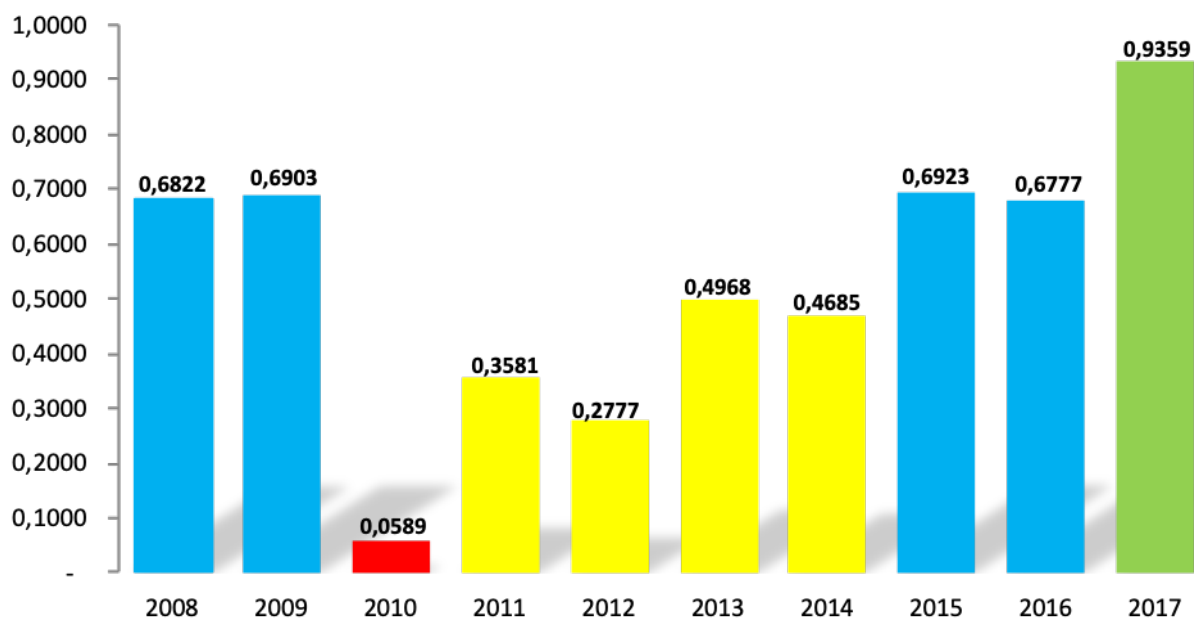
Em relação à população atendida com esgotamento sanitário, verificou-se que 2008 foi o ano que houve “Melhor” avaliação, atingindo o nível máximo da variável. Esse indicador, a partir de 2009, teve os resultados reduzidos, sendo avaliado no “Pior” nível, principalmente durante os anos de 2011 a 2013, prosseguindo até 2015, no mesmo nível de rendimento, voltando ao nível de “Melhor” momento no ano de 2017.

A variável referente ao sistema de coleta de lixo foi melhor avaliada no tema Habitação, atingindo o nível de “Melhor” situação em praticamente todos os anos da análise, somente nos anos de 2010 e 2012, houve redução na variável. Isso significa

que os serviços acontecem com regularidade e de maneira adequada no município, denotando condições favoráveis à saúde da população.

A partir dos dados apresentados no tema Habitação, apresenta-se o Gráfico 6, que trata do índice geral, calculado através da média aritmética dos resultados de todas as variáveis do tema.

Gráfico 6 - Índice geral do tema habitação (2008 a 2017)



Fonte: Elaboração própria (2020).

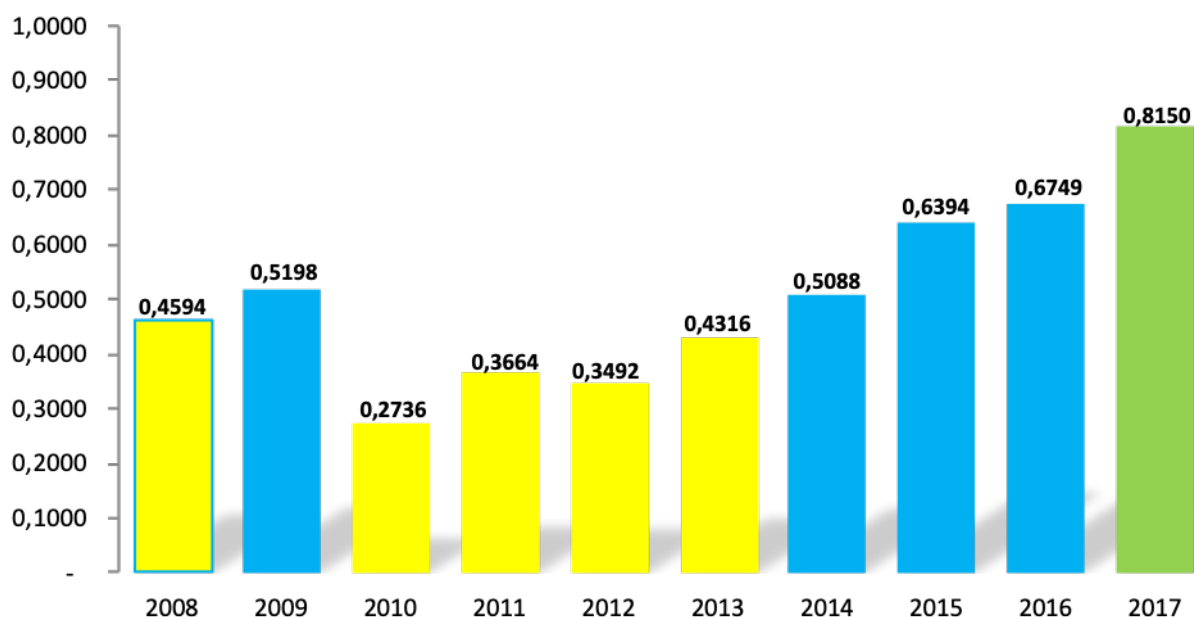
Legenda



De acordo com o Gráfico 6, no tema Habitação, o município de Imperatriz teve momento mais crítico entre os anos de 2010 e 2014, principalmente no ano de 2010, em que obteve índice muito baixo, sendo classificado na “Pior” avaliação de todo o período.

De acordo com os resultados, observou-se melhora dos índices a partir do ano de 2015 até 2017, significando elevação de todos os sistemas de cobertura de água, esgoto e coleta de lixo, fato que proporcionou melhoras no bem-estar da população.

Após demonstração dos temas Educação, Saúde e Habitação, calculou-se o índice geral da dimensão social, retratando os valores agregados de todas as variáveis, cujo resultado se encontra demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Índice geral da dimensão social (2008 a 2017)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



As informações da dimensão social têm como objetivo direcionamento para melhor aplicação de recursos e, em consequência, melhora da qualidade de vida da população. Neste sentido, de acordo com os resultados obtidos através do Gráfico 7, verificou-se que o índice geral da dimensão social, durante os anos de 2008 a 2013, foram avaliados, quase em totalidade, como de “Baixo” nível, evidenciando baixa aplicação de recursos em benefício da população. Somente a partir de 2014, os indicadores começaram a melhorar, chegando, no ano de 2017, ao “Melhor” nível de desempenho.

3.3 Cálculo do Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz (IDESI)

O IDESI foi obtido a partir da média aritmética dos resultados das dimensões econômica e social, conforme a expressão a seguir.

$$IDESI = (IDE + IDS) / 2$$

Onde:

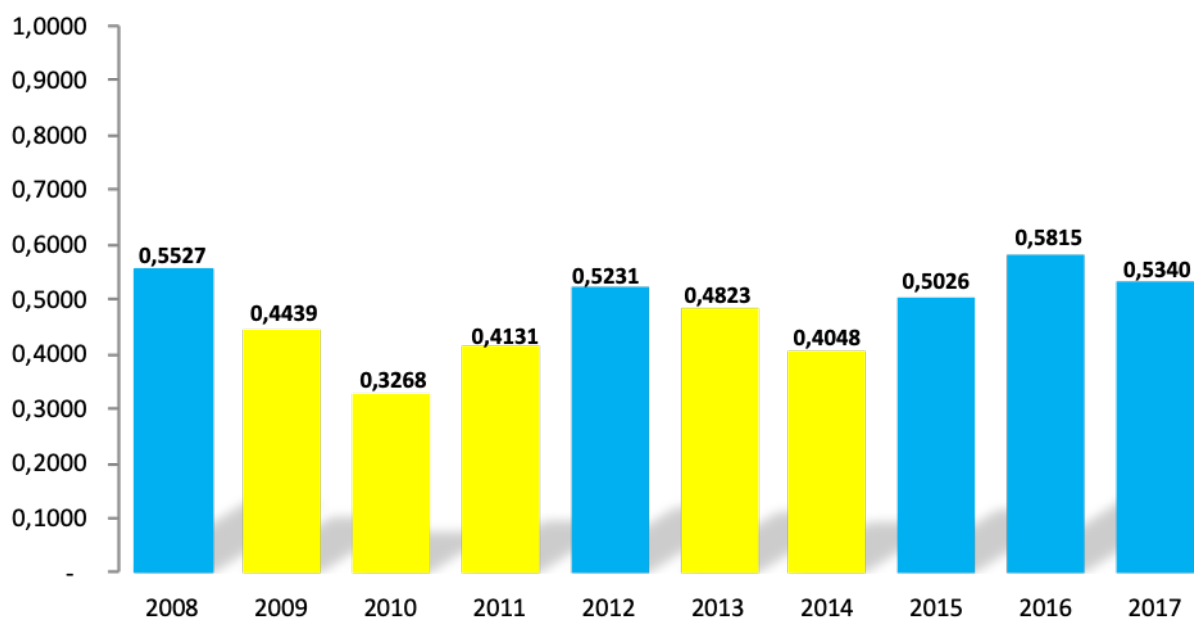
IDESI: Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz;

IDE: Índice de Desempenho Econômico;

IDS: Índice de Desempenho Social.

Com base nos resultados do IDE e do IDS, obteve-se o IDESI do município de Imperatriz, para os anos de 2008 a 2017, o qual se encontra demonstrado no Gráfico 8. Os resultados do índice se mostraram como mediano para o desenvolvimento socioeconômico do município, na medida em que nenhum indicador conseguiu ultrapassar a marca de 0,6000 pontos. Por outro lado, observou-se que em nenhum dos anos, o município foi avaliado na categoria de “Pior” desempenho, ou seja, entre 0,0000 e 0,2500. Durante o período analisado, o município foi avaliado entre os níveis “Baixo” e “Bom” desempenho.

Gráfico 8 - Índice de Desempenho Econômico e Social de Imperatriz (2008 a 2017)



Fonte: Elaboração própria (2020).

Legenda



Ao proceder à análise geral do IDESI nos dez anos do estudo, pode-se afirmar que os anos que apresentaram o melhor desempenho visto através de todos os temas e variáveis consideradas se encontram organizados em ordem decrescente: 2016, 2008, 2017, 2012 e 2015, ao apresentarem os valores de 0,5815, 0,5527, 0,5340, 0,5231 e 0,5026, respectivamente, sendo todos classificados com “Bom” desempenho. Por outro lado, os anos que apresentaram os menores resultados, também em ordem decrescente, foram: 2013, 2009, 2011, 2014 e 2010, avaliados no desempenho considerado “Baixo”.

Observa-se, no Gráfico 8, ponto de destaque para o ano de 2012, que se encontrou bem avaliado de forma isolada em relação aos três anos anteriores e os dois anos posteriores a ele no IDESI. Destaca-se que o ano de 2012 foi o período de maior movimentação econômica no município, visto que foi o ano em que o índice relacionado à dimensão econômica atingiu o mais elevado nível.

Porém, ao analisar o IDESI por dimensão, o comportamento do desempenho pode ser avaliado da seguinte forma:

- a) dimensão econômica – os temas desta dimensão revelaram claramente que os índices acompanharam a seguinte disposição, considerando os anos em que se obteve o melhor, seguindo até o pior desempenho: 2012, 2008 e 2013, que foram avaliados no nível “Bom” desempenho. Em seguida, os anos de 2016, 2011, 2010, 2009, 2015, 2014 e 2017, classificados com “Baixo” desempenho. Verificou-se, portanto, o ano de 2012 como melhor avaliado e o ano de 2017 com o pior resultado.
- b) dimensão social – as variáveis referentes à condição social mostraram realidade diferente da dimensão econômica. De maneira geral e organizando do melhor para o pior desempenho, as variáveis que tratam das características sociais da população mostraram a seguinte ordem de classificação anual: 2017, avaliado no “Melhor” desempenho; em seguida os anos de 2016, 2015, 2009 e 2014 no “Bom” desempenho; e os anos de 2008, 2013, 2011, 2012 e 2010 classificados no “Baixo” nível. Nessa dimensão, o ano de 2017 obteve o melhor índice, enquanto que o ano de 2010, o pior.

Ao realizar a avaliação de cada dimensão, alguns resultados merecem ser destacados:

- a) em relação as duas dimensões, observou-se que enquanto na dimensão econômica, o ano de 2017 foi avaliado na pior situação entre os anos analisados, na dimensão social, o mesmo ano foi considerado o de melhor desempenho do período. Na dimensão econômica, o resultado do IDE se deu primeiro em decorrência dos baixos índices encontrados na evolução da receita corrente líquida, do PIB e a da redução de constituição de novos estabelecimentos empresariais. Na dimensão social, os bons resultados do IDS se deram em decorrência dos altos índices encontrados em todas as variáveis dos temas Educação e Habitação, que em 2017 foram avaliadas no “Melhor” nível de desempenho.
- b) Em relação aos três períodos propostos para análise, ou seja, antes, durante e depois da construção do empreendimento industrial em Imperatriz, verificou-se que, na dimensão econômica, o período em que se visualizaram os melhores índices foi o momento da construção da indústria, 2011 a 2013. Nesse período, houve evolução das receitas municipais através do ISSQN, bem como crescimento econômico com maior elevação do PIB, crescimento do número de estabelecimentos empresariais e da criação de empregos formais. Na dimensão social, constatou-se que o período pós-construção, 2014 a 2017, foi o momento de melhor classificação dos índices sociais, havendo crescente dos indicadores, alavancados pela melhora de todos os índices dos temas relacionados à educação e habitação; e no tema Saúde, principalmente no que se refere à oferta de leitos hospitalares, pela melhoria no atendimento à gestante e redução da mortalidade infantil, além do decréscimo do nível de mortalidade por acidentes de transportes.
- c) Na contramão da dimensão social, o pior momento da dimensão econômica foi verificado quando a indústria estava em funcionamento, 2014 a 2017. Nesse período, verificou-se redução das receitas municipais e de transferências da União, bem como diminuição do PIB e desempregos formais, além da criação de estabelecimentos comerciais. Com relação à dimensão social, o período em que se verificou os menores índices foi quando a indústria estava em construção, nesse momento, verificaram-se altas taxas de distorção de idade-série na rede

pública de ensino, notas baixas no IDEB e redução da proporção de leitos hospitalares por habitante e de pessoas atendidas pelo PSF e equipes de Saúde Bucal, além de elevada taxa de mortalidade por acidentes de transportes. Na área de habitação, verificou-se baixo nível de pessoas atendidas por abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em decorrência dos resultados encontrados no cálculo do IDESI, durante o período da análise, verificaram-se melhoras mais expressivas no índice entre os anos de 2015 a 2017, período em que se constatou maior estabilidade no nível dos índices.

Os bons resultados obtidos nesse período ocorreram principalmente em virtude da elevação nos indicadores que avaliam a qualidade de vida da população, que na visão de Almeida et al. (2012), podem ser compreendidos através de várias formas do conhecimento humano, ou seja, social, político, econômico, médico, biológico, entre outros, podendo estar interrelacionados e, ainda, identificar-se a temas relacionados à saúde, moradia ou lazer. Portanto, a elevação do IDESI, nos anos de 2015 a 2017, ocorreu, sobretudo, pelo aumento dos indicadores que tratam da educação, habitação e algumas variáveis do tema saúde. No entanto, os resultados do IDESI para o período de 2009 a 2011, e depois os anos de 2013 e 2014, mostraram que os bons resultados obtidos nos anos de 2008 e 2012, respectivamente, não foram suficientes para assegurar o desenvolvimento econômico nos anos seguintes.

Constatou-se a elevação do IDESI, se decorreu em função de melhorias na dimensão social, principalmente a partir do ano de 2015, quando os temas Educação e Habitação apresentaram resultados semelhantes. O tema Saúde apresentou resultados bem distintos, ou seja, em algumas variáveis foram encontrados resultados melhores, já em outras, ruins.

Ao examinar se houve disparidade no resultado do índice entre os anos analisados, constatou-se que no período anterior e até o término da construção da indústria, as variáveis que tratam da dimensão econômica se mostraram superiores, por outro lado, nos anos seguintes ao término da obra e já com a indústria em funcionamento, verificou-se que o comportamento das variáveis da dimensão social foram consideradas melhores, o que levou a afirmar que o processo de crescimento

econômico, verificado no município de Imperatriz, durante a implantação do projeto industrial, foi importante para melhorar a qualidade de vida da população nos anos seguintes, visto que se perceberam melhoras na infraestrutura do município, beneficiando a população residente.

De acordo com Januzzi (2002), a observação de indicadores sociais tem contribuído bastante para o planejamento de ações e políticas sociais por parte dos governos, diminuindo as desigualdades sociais. Na visão de Vieira (2009), na busca pelo desenvolvimento, é necessário direcionamento das políticas públicas a serem implementadas.

Com isso, é necessário expressar que não foi pretensão deste trabalho afirmar que somente através da industrialização um município pode alcançar o desenvolvimento, mas, no caso de Imperatriz, essa constatação foi evidenciada pelos dados, e, se não foi a causa principal para elevação dos indicadores, a instalação de uma indústria de grande porte do município foi de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico, através dos efeitos de encadeamento que o empreendimento trouxe para economia local e toda região.

Após análise, interpretação e discussão dos resultados encontrados, encerra-se este capítulo, no qual se procurou analisar, a partir dos dados selecionados, o desenvolvimento socioeconômico do município de Imperatriz, com a certeza de que foi possível extrair várias informações e que poderá servir de base para outros estudos que tenham o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o município, e servir de apoio para mudar a realidade do município e, em consequência, a qualidade de vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou medir o desenvolvimento socioeconômico do município de Imperatriz, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2017, através da elaboração de um índice que permitisse avaliar aspectos relacionados à economia, educação, saúde e habitação. Nesta perspectiva, o estudo avaliou os reflexos que a implantação de uma indústria de papel e celulose poderia causar no desenvolvimento local e na qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, procurou-se analisar os resultados de diversos indicadores que refletissem as realidades locais, no período que antecedeu, durante e pós-implantação da industrial.

Em primeira análise, verificou-se que a chegada da companhia no município atraiu vários fornecedores, com a finalidade de suprir as necessidades da indústria, havendo, portanto, melhorias no aspecto econômico, com crescimento das receitas municipais e geração de ocupações ligadas direta e indiretamente ao empreendimento, desencadeando o fortalecimento de diversos setores da economia, haja vista a contratação de mão de obra de outras localidades e a movimentação do comércio, com a chegada de novas empresas.

Ao proceder à análise dos índices calculados, verificou-se que nos anos que antecederam ao início da construção da indústria, o nível de desenvolvimento socioeconômico do município sofreu redução no ano 2009, em relação a 2008, em seguida, no ano de 2010 alcançou o pior nível de desempenho entre todos os anos da pesquisa, com 0,3268 pontos, sendo classificado como de “Baixo” desenvolvimento.

No entanto, em 2011, ano em que se iniciou a construção da indústria, o nível do IDESI começou a melhorar, para em 2012 retornar ao mesmo patamar de 2008, sendo classificado como desenvolvimento considerado “Bom”. Contudo, os bons resultados alcançados em 2012 não foram suficientes para assegurar crescente no nível desenvolvimento do município, que a partir de 2013 voltou a ter o IDESI reduzido.

Fato que mereceu a atenção foi referente aos anos de 2015, 2016 e 2017, em que o IDESI evoluiu, sendo esses três anos avaliados no nível “Bom” desempenho. Analisando esses anos, verificou-se que, apesar do desaceleramento dos temas da dimensão econômica, as variáveis da dimensão social obtiveram

resultados expressivos, contribuindo para elevação do índice, sendo, portanto, avaliado no nível “Bom” desempenho.

Diante das constatações verificadas e de acordo com os objetivos e hipótese levantados que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, concluiu-se que a instalação de uma multinacional do ramo de papel e celulose do município de Imperatriz gerou crescimento econômico, mas somente no período da construção da fábrica. Nos aspectos econômicos, evidenciou-se acréscimo significativo das receitas municipais, principalmente através da arrecadação de ICMS e ISSQN, bem como maior percentual de elevação do PIB, da criação de empregos formais e remuneração dos trabalhadores, ademais do início da elevação do percentual da participação da indústria no PIB.

Por outro lado, no período de construção da indústria, constatou-se que o crescimento na econômico não foi capaz gerar desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população, fato confirmado pela redução dos indicadores que tratam da dimensão social, principalmente pelos elevados índices de mortalidade por causas externas e acidentes de transportes, bem como pelo baixo índice de pessoas atendidas por abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo doméstico.

Portanto, os resultados confirmaram parcialmente a hipótese levantada de que o nível de desenvolvimento no município se elevou durante os anos analisados, gerando crescimento econômico, ao mesmo tempo em que não melhorou os indicadores de qualidade de vida da população. Essa parcialidade foi verificada, uma vez que o nível de qualidade de vida da população começou a melhorar dois anos após a conclusão do empreendimento industrial, a partir de 2015, através da elevação dos índices retratados da dimensão social. Desta forma, pode-se avaliar que a industrialização não foi o suficiente para alavancar o desenvolvimento socioeconômico de Imperatriz, na medida em que não é possível afirmar que a elevação dos índices que avaliam o bem-estar da população, ocorridos a partir do ano de 2015, foram influenciados apenas pela implantação da indústria.

Nessa perspectiva, apesar da melhora nas dimensões analisadas, o crescimento do IDESI foi considerado médio, visto que, em nenhum dos anos analisados, o município conseguiu atingir o nível máximo de desenvolvimento proposto na metodologia.

Ao concluir este trabalho, reafirma-se o alcance do objetivo pretendido, ou seja, conhecer o desenvolvimento socioeconômico do município de Imperatriz, sob a perspectiva de várias dimensões, resultando na elaboração de um índice de desempenho econômico e social para o município. Com isso, intenta-se dar prosseguimento ao assunto, e almeja-se que este estudo auxilie outros trabalhos, de modo a contribuir para o conhecimento e o desenvolvimento não apenas do município de Imperatriz, como também de outros do estado do Maranhão.

Limitações da pesquisa

Durante a realização desta pesquisa, surgiram algumas limitações, que apesar disso, não comprometeu o resultado final do trabalho. A maior delas foi em relação à disponibilidade de dados, visto que muitos dados específicos para municípios não são divulgados, existindo dependência de órgãos do Governo Federal, já que a instituição de pesquisa socioeconômica do estado do Maranhão não disponibiliza dados mais detalhados sobre os municípios.

Sugestões para trabalhos futuros

Tendo como referência as informações geradas por este trabalho, sugere-se que para realização de novos trabalhos que tenham como foco o desenvolvimento regional as seguintes características:

- 1) Aplicar a metodologia utilizada para comparar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de uma região ou mesmo estado;
- 2) Aplicar a mesma metodologia em outro município;
- 3) Buscar a inclusão de novos indicadores, que somando-se aos coletados no trabalho, possa melhorar avaliação do índice de desenvolvimento dos municípios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf>. Acesso em 18 jan. 2020.

ALVES, L. **Indústria madeireira e moveleira**. In: ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS (AIL). Imperatriz 160 anos. Imperatriz: AIL, 2012.

ARAÚJO, J. A. V. de. **A região de influência de Imperatriz-MA: estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. 2016. 216 p.

BALEIRAS, R. U. **Casos de Desenvolvimento Regional**. Lisboa: Princípia. 2011

BARBOSA, Z. M.; ALMEIDA, D. L. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro. 2013, Londrina/PR. **Anais** [...]. Londrina: Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.

BARBOSA, R. dos S. Processo histórico de ocupação da bacia hidrográfica do Riacho Açaizal (MA). In: DIAS, Luiz Jorge B.; SANTOS, Luiz Carlos Araújo dos; BARBOSA, Ronaldo dos Santos (Org.). **Recursos hídricos e desenvolvimento regional: experiências maranhenses**. São Luís: Eduema, 2015. p. 71-103.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da família, panorama, avaliação e desafio**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da família**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/cebas/tabnet/772-acoes-e-programas/saude-da-familia/41285-saude-da-familia>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BOUDEVILLE, J. R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

CANO, W. Concentração e desconcentração regional no Brasil- 1970/95. **Economia e Sociedade, Campinas**, p. 101–41, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643294>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

_____. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador: FIEB, 2008.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. Três décadas de eucalipto no extremo Sul da Bahia. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N°31, pp. 55 - 68, 2012.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H.Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

DATASUS: **Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?cnes/cnv/estabMA.def>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DIAS, N. J. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. **Revista Análise & Dados**. Salvador, SEI, v. 10, n 4, p.320-325. Março, 2001.

FECAM. **Índice de desenvolvimento municipal sustentável 2018 - Metodologia de Cálculo**. Florianópolis, 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **PDI 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão**. São Luís, 2009.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/view>>. Acesso em: 1 out. 2019.

_____. **Formação de capital e desenvolvimento econômico**. In Agarwala; Singh. **Economias externas e crescimento equilibrado**, 2010

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

G1 MARANHÃO. **Imperatriz tem um dos mercados imobiliários mais aquecidos do Estado**. Imperatriz, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/08/imperatriz-tem-um-dos-mercados-imobiliarios-mais-aquecidos-do-estado.html>>. Acesso em: 2 out. 2019.

GUIA GEOGRÁFICO MAPAS DO BRASIL: **Mapa do Maranhão**. Disponível em: <http://www.mapas-brasil.com/maranhao.htm>. Acesso em: 10 jan 2020.

HOLANDA, F. de. **Dinâmica da economia maranhense no período 2000 a 2012**. São Luís: IMESC, 2013.

HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. C.; BOISIER, S.; ANDRADE T. A. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1989.

HAMMOND, A. et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Baltimore: World Resources Institute Publications, 1995. 302p.

HIRSCHMAN, A. D. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IMESC. **Produto Interno Bruto Estadual**. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/show/pib-estadual>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

IMESC. **Estudos sobre a economia maranhense contemporânea**. São Luís: IMESC, 2013. 160 p.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios - PIB a preços correntes / Série revisada**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/38/46996?tipo=ranking&ano=2016&indicador=47007>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

IBGE. **História**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/historico>>. Acesso em: 05 mar. 2019

IBGE. **Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / Indústria**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/38/46996?tipo=ranking&ano=2016&indicador=47022>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

IBGE. **Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes / Série revisada**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/38/46996?localidade1=0&tipo=ranking&indicador=47022>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

IBGE. **Censos demográficos (1950-2010)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091&t=publicacoes>>. Acesso em: 14 jul.2019.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas: Pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6450>>. Acesso em: 14 jul.2019.

IBGE. **Estimativas da População**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 30 jul.2019.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>>. Acesso em: 4 set. 2019.

IMPERATRIZ (MA). **Lei Complementar nº 003/2010**. Institui o programa de incentivos ao desenvolvimento econômico do município de Imperatriz e dá outras providências. Imperatriz: Gabinete do Prefeito, 2010.

INEP. **Taxas de distorção idade-série Escolar na Educação Básica: online**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>>. Acesso em 08 nov 2019.

INFRAERO: **Voos online**. Disponível em: <<https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-imperatriz-prefeito-renato-moreira/voos-online/>>. Acesso em: 27 jan.2020.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf>. Acesso em 28 fev. 2020.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

_____. Considerações sobre o uso, o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, pp. 51-72, Jan. /Fev. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>>. Acesso em: 19 Jan 2020.

_____. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 3ª Edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuário/Downloads/PNAP - Modulo Básico - GPM - Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2019.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

LEÃO, R.M. **A floresta e o homem**. São Paulo: EDUSP/IPEF, 2000.

MARANHÃO. **Lei nº 9.121 de 04 de março de 2010**. Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO). Disponível em: <<https://sistemas1.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/pdf?codigo=621>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MARQUETTI, A. A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**. São Paulo, Vol. 32, n 1, p. 103-124. Jan-mar, 2002.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios – Metodologia para cálculo e análise do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos**. 1. ed. João Pessoa: SEBRAE, 2008.

MENDES, D. C. **Para além do desenvolvimento econômico: O Programa de Aceleração do Crescimento e a qualidade de vida de uma comunidade autóctone de Suape (PE)**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CCSA, Recife, 2015. 133 p.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. vol. 5.n. 1. p. 7-18. 2000.

MITCHELL, G. **Problems and Fundamentals of Sustainable Development Indicators**. **Sustainable Development**. 4. 1-11. 10.1002/(SICI)1099-1719(199603)4:13.3.CO;2-E. 1996 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227651004_Problems_and_Fundamentals_of_Sustainable_Development_Indicators> Acesso em 19 jan. 2020.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões subdesenvolvidas**. Gerald Duckworth & CO. LTD: Rio de Janeiro, 1968.

NUSDEO, F. **Curso de Economia - Introdução ao direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, A. B.; NASCIMENTO, A. A. Atores e impactos na reestruturação do espaço urbano de Imperatriz-MA: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose (2008-2015). **Espaço e Economia [Online]**, [s. l.], v. 13, n. 13, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoconomia/4281>>. Acesso em: 27 set. 2019.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5. N. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, G. B. de. **O desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba: o desempenho dos indicadores de desenvolvimento**. Tese de doutorado (Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2010. 207 p.

OLIVEIRA, H. M. **Verticalização urbana e segregação socioespacial em Imperatriz/MA: uma abordagem a partir dos bairros Jardim Três Poderes e Maranhão Novo**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional/TO, 2017. 204 p.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: PNUD/IPEA, 1996.

PNUD, IPEA, FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: [s.n.], 2013. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf>. Acesso em: 10 de Fev. 2020.

PERROUX, F. O Conceito de Pólo de Crescimento. *In: Teoria dos Polos de Crescimento*. [s.l.: s.n.], 1977, p. 145–156.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da SUZANO PAPEL E CELULOSE para Fabricação de Celulose Branqueada e Papel, no município de Imperatriz, no estado do Maranhão, (2010).**

PROCÓPIO, I. V.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. B. de; AMÂNCIO, R. O Uso de Indicadores de Desenvolvimento Local: O Mapa de Exclusão/Inclusão Social do Município de Juiz de Fora.

Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 N^a 6 Jan - Jun 2009.

RIPSA, Rede Intergerencial de Informações da Saúde. **Ficha de qualificação: Proporção de Nascidos vivos de baixo peso ao nascer.** Brasília, 2008.

RIPSA, Rede Intergerencial de Informações da Saúde. **Ficha de qualificação: Cobertura de redes de abastecimento de água.** Brasília: 2008.

SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz.** Imperatriz (MA), Instituto de Imperatriz, 2003.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI** [recurso eletrônico]. 1^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local.** Brasília: IICA, 2015.

SILVA, E. R. A. **Agenda 2030: metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

SIMÕES, R. F. ...[et al.]. **Suape: novo polo de crescimento?** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013. 33 p.

SOUZA, N. J.. Teoria dos Pólos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215>.

SUNKEL, O.; PAZ, P. El subdesarrollo latinoamericano y la teoria del desarrollo. 22^a edição. México: **Siglo XX Editores**, 1988, p. 15-40.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

VIDAL, E; Costa, L. & Vieira, S. L. **Ensino Fundamental: fim de um ciclo expansionista?** In: Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2005. Livro 2 – Educação. Publicação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2007.

VASCONCELOS, A. C. F. DE. **Índice de desenvolvimento sustentável municipal participativo: uma aplicação no município de Cabaceiras-PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T; SANTOS, M. J. dos. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679> >. Acesso em: 01 ago. 2019.

WOILER, S; MATHIAS, W. F. **Projetos: Planejamento, elaboração, análise**. São Paulo: Atlas, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE I – VARIÁVEIS ORIGINAIS DA DIMENSÃO ECONÔMICA

Tema: Agregação de Valor Econômico

VARIÁVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ICMS per capita	156,82	170,59	160,55	164,19	187,07	227,37	250,38	314,57	437,46	474,88
ISS per capita	50,35	47,59	64,54	83,19	151,14	233,99	167,07	143,53	147,21	168,85
Receita Corrente per capita	1.085,52	1.149,55	1.216,95	1.420,31	1.602,48	1.787,65	1.959,84	2.043,76	2.384,76	2.354,95

Tema: Dinamismo Econômico

VARIÁVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB a preços correntes (R\$)	2.284.948	2.532.274	2.936.194	3.262.096	4.393.312	5.071.532	5.741.926	6.010.806	6.977.203	6.599.566
Número de Empregos Formais (R\$)	36.496,00	38.038,00	42.302,00	48.248,00	57.127,00	58.932,00	58.476,00	54.983,00	50.295,00	53.260,00
Número de Estabelecimentos Empresariais (R\$)	3.655,00	3.866,00	4.062,00	4.401,00	4.602,00	4.832,00	5.029,00	5.136,00	5.203,00	5.118,00
PIB per capita (R\$)	9.669,24	10.698,64	11.860,87	13.111,00	17.568,82	20.167,71	22.756,53	23.746,58	27.482,05	25.924,47
Remuneração Média dos Trabalhadores Formais em 31/12 (R\$)	703,56	868,39	945,45	1.033,72	1.213,80	1.372,67	1.403,76	1.580,31	1.670,52	1.882,13
Participação da indústria no PIB (R\$)	322.244	317.934	387.341	458.940	818.357	908.164	1.208.276	1.868.132	1.864.122	1.864.122

APÊNDICE II – VARIÁVEIS ORIGINAIS DA DIMENSÃO SOCIAL

Tema: Educação

VARIÁVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nota no IDEB da Rede Pública - Anos iniciais (4ª série / 5º ano)	..	4,2	...	4,3	..	4,5	..	5,0	..	5,2
Nota no IDEB da Rede Pública	..	3,8	...	4,0	..	3,8	..	4,3	..	4,4
Taxa de Abandono Escolar na	3,60%	1,90%	2,50%	2,30%	2,00%	2,10%	2,50%	1,70%	1,70%	1,20%
Taxa de Abandono Escolar na	7,90%	13,50%	14,70%	13,10%	12,00%	10,10%	9,00%	8,10%	8,60%	3,90%
Taxa de Distorção Idade-série	24,40%	25,1%	27,10%	26,9%	25,90%	24,20%	23,20%	22,20%	20,20%	19,30%
Taxa de Distorção Idade-série	37,10%	40,5%	43,30%	40,5%	36,20%	34,6%	32,10%	30,70%	31,20%	30,70%

Tema: Saúde

VARIÁVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População Atendida por Agentes Comunitários de Saúde	87,12%	84,68%	82,11%	78,76%	77,19%	73,81%	73,63%	72,01%	69,74%	69,31%
População Atendida por Equipes de Saúde Bucal	30,04%	30,66%	32,07%	30,67%	30,51%	30,35%	31,55%	30,08%	31,35%	31,26%
População Atendida por Equipes de Saúde da Família	61,59%	59,86%	61,22%	58,54%	58,24%	57,95%	57,62%	57,43%	57,24%	58,43%
Número de nascidos vivos	4.840	4866	4.731	4976	4.774	4986	5.198	5248	4.894	5051

Nascidos Vivos com Baixo Peso até 2.550kg	327	343	383	386	336	376	392	405	393	394
Nascidos Vivos com 7 ou mais	1.699	1.953	1.889	2.074	2.027	1.832	2.483	2.831	2.524	2590
Número de leitos hospitalares SUS	483	459	481	507	441	543	523	522	626	618
Mortalidade infantil até 1 ano de idade	113	74	75	59	56	69	58	51	60	69
Mortalidade por Causas Externas (Acidentes e Violência)	261	215	227	230	295	254	304	273	284	278
Mortalidade por Acidentes de Transportes	67	55	70	83	103	85	82	76	54	75

Tema: Habitação

VARIÁVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População com acesso ao sistema de Abastecimento de Água	195.523	227.489	196.648	198.793	207.714	219.489	216.010	246.335	240.532	241.240
População atendida com sistema de Esgotamento Sanitário	79.598	62.240	62.149	62.282	58.194	63.015	63.450	64.081	66.092	84.447
População com acesso a Coleta de Lixo Doméstico	223.471	223.471	211.092	235.780	230.254	238.303	239.110	239.871	241445	244508